

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

ANDRESSA DA ROCHA JACOBS

**Um estudo comparativo entre o perfil de gastos e rendimento das famílias
brasileiras e colombianas para o período de 2008 a 2018**

Versão Corrigida

São Paulo
2022

ANDRESSA DA ROCHA JACOBS

**Um estudo comparativo entre o perfil de gastos e rendimento das famílias
brasileiras e colombianas para o período de 2008 a 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Integração da América Latina da Universidade de São Paulo
para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Sociedade, Economia e Estado

Orientador: Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud

Versão Corrigida

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

J17e Jacobs, Andressa
Um estudo comparativo entre o perfil de gastos e rendimento das famílias brasileiras e colombianas para o período de 2008 a 2018 / Andressa Jacobs; orientador Amaury Gremaud - São Paulo, 2022.
109 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. CH712.23.2 - CONSUMO. 2. CH713.1.1 - ORÇAMENTO DOMÉSTICO. 3. CH761.22.1.5.2.1.4 - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. 4. CH712.19.2.25.5.18 - DÍVIDA. 5. CH712.23.4.2 - DESIGUALDADE DE RENDA. I. Gremaud, Amaury, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO

Termo de Ciência e Concordância do Orientador

Nome da aluna: Andressa da Rocha Jacobs

Data da Defesa: 26/11/22

Nome do Orientador: Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 22/12/22.

Assinatura do orientador

Nome: Andressa da Rocha Jacobs

Título: Um estudo comparativo entre o perfil de gastos e rendimento das famílias brasileiras e colombianas para o período de 2008 a 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Integração da América Latina da Universidade de São Paulo
para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

RESUMO

JACOBS, Andressa da Rocha. **Um estudo comparativo entre o perfil de gastos e rendimento das famílias brasileiras e colombianas para o período de 2008 a 2018**. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta dissertação apresenta um estudo comparativo entre o perfil de rendimentos, gastos e da dívida de famílias brasileiras e colombianas e sua evolução recente no período de 2008 a 2018. Para isso, apresenta a importância do Consumo em relação ao Produto Interno Bruto dos países, indica as principais Carteiras de Crédito dessas famílias, a composição dos gastos e rendimentos no orçamento familiar. De forma complementar a esta análise, o estudo preliminar apresenta uma relativização com outros países da América e Europa considerando o efeito da taxa real de juros e o crédito doméstico ao setor privado, dedicando atenção ao empréstimo consignado e à ampliação da bancarização em regiões e populações até então desassistidas.

Palavras-chave: Dívida. Consumo das famílias. Orçamento domiciliar. Crédito Consignado.

RESUMEN

JACOBS, Andressa da Rocha. **Un estudio comparativo entre el perfil de gastos e ingresos de las familias brasileñas y colombianas para el período de 2008 a 2018**. 109 f. Disertación de maestría (Maestría de la Ciencia) - Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Esta disertación presenta un estudio comparativo entre el perfil de ingresos, gastos e deuda de las familias brasileñas y colombianas y su evolución reciente em el período de 2008 a 2018. Para eso, presenta la importancia del Consumo en relación con el Producto Interno Bruto de los países, indica las principales Carteras de Crédito de estas familias, la composición de los gastos e ingresos en el presupuesto familiar. Además, el estudio preliminar presenta una relativización con otros países de América y Europa considerando el efecto de la tasa de interés real y el crédito interno para el sector privado, dedicando atención a la importancia de los préstamos de Libranza y a la expansión de la bancarización en regiones y poblaciones desatendidas.

Palabras clave: Deuda. Consumo familiar. Presupuesto de los hogares. Préstamo Libranza.

ABSTRACT

JACOBS, Andressa da Rocha. **A comparative study between the spending and income about Brazilian and Colombian families for the period from 2008 to 2018.** 2022. 109 f. Dissertation (Master of Science) - Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

This dissertation presents a comparative study between the income, spending and debt about Brazilian and Colombian families and their recent evolution in the period from 2008 to 2018. For this, it presents the importance of Consumption in relation to the Gross Domestic Product of the countries, indicates the main household Credit Portfolios, the composition of expenses and income in the family budget. As a complement to this analysis, the preliminary study presents a relativization with other American and European countries, considering the effect of the real interest rate and domestic credit to the private sector, paying attention to payroll loans and the services banking expanses in regions and populations hitherto unassisted.

Keywords: Debt. Household consumption. Household budget. Payroll loans.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Amostra selecionada de domicílios por região.....	23
Figura 2 - Evolução do tipo de dado coletado em pesquisas Censo do Brasil	28
Figura 3 - Formulário POF - Características do Domicílio e dos Moradores	28
Figura 4 - Distribuição dos municípios colombianos de acordo com o nível de ruralidade e impactos no índice de desenvolvimento humano (IDH)	31
Figura 5 - Evolução do valor real total transferido Programa Bolsa Família.....	37
Figura 6 - Taxa de crescimento anual do PIB a preços constantes (%).....	38
Figura 7 - Índice de Preços Futuros de Commodities – 2008-2018	39
Figura 8 - Componentes da demanda sobre PIB – Representatividade 2008/18 Brasil	40
Figura 9 - Componentes da demanda sobre PIB – Representatividade 2008/18 Colômbia.....	40
Figura 10 - Saldo de transações correntes de todos os produtos em Milhões de US\$	41
Figura 11 - Infográfico comparativo: composição das exportações 2018 x 2008	42
Figura 12 - Taxa média anual de Desemprego	43
Figura 13 - Índice anual de Evolução dos Salários (mínimo: 2000=100 / médio: 2010=100).....	44
Figura 14 - Valor do salário mínimo – US\$ (Câmbio do último dia útil no mês de dezembro para o ano de referência)	44
Figura 15 - Conversão de 1 US\$ na moeda do país (Câmbio do último dia útil no mês de dezembro para o ano de referência)	45
Figura 16 - Evolução do Índice de Gini (medida para o grau de concentração de renda, cujo valor varia de 0 = perfeita igualdade - até 1 = desigualdade máxima).....	48
Figura 17 - Programa de transferência de renda para a redução da pobreza.....	50
Figura 18 - Comparação da abrangência territorial das pesquisas de 2007 e 2017 - Colômbia	53
Figura 19 - Preço de Commodities – Índice 2010=100	54
Figura 20 - Representatividade de despesas com Serviços bancários de acordo com a faixa salarial (salários mínimos - SM) das famílias.....	57
Figura 21 - Decomposição do Rendimento Familiar	58
Figura 22 - Comparativo do Sistema de Previdência nas diferentes áreas	60

Figura 23 - Mudanças importantes nos hábitos de consumo dos colombianos	62
Figura 24 - Despesa total mensal da Unidade de Despesa por decil de rendimento total da unidade de despesa	63
Figura 25 - Gasto corrente médio da unidade de consumo – total nacional 2016/2017 (em Pesos Colombianos)	64
Figura 26 - Rendimento nacional antes de impostos detido por determinado grupo percentil.....	65
Figura 27 – Distribuição dos domicílios segundo tipo de renda e ordenados pelo rendimento total (decil) – 2006/2007	66
Figura 28 - Evolução do rendimento corrente monetário mensal médio do domicílio	67
Figura 29 - Porcentagem do rendimento total do país em cada decil	67
Figura 30 - Nova abordagem da Curva do “Grande Gatsby” Mobilidade intergeracional do rendimento x Desigualdade no desenvolvimento humano	69
Figura 31 -Taxa de informalidade por região.....	72
Figura 32 - Principais componentes das Despesas de Consumo	72
Figura 33 - Índice BigMac Dez/21 - Moeda dos países x Dólar para o bem em comum	75
Figura 34 - Renda média das famílias por faixa de renda.....	76
Figura 35 - Nível de endividamento.....	77
Figura 36 - Evolução da Carteira de Crédito - operações de crédito ao setor privado	77
Figura 37 - Inclusão Financeira de pessoas com 15 anos de idade ou mais	78
Figura 38 - Concessões de crédito de recursos livres - Consignado (R\$ - milhões) .	81
Figura 39 - Uso de produtos e serviços financeiros por faixa etária.....	82
Figura 40 - Representatividade de pedidos de empréstimo consignado por Idosos versus todos os pedidos recebidos pelo fundo.....	83
Figura 41 - Tipo de liberação de crédito de consumo na Colômbia	83
Figura 42 - Taxa de juros Brasil x Colômbia (% a.a)	91
Figura 43 - Saldo das operações de crédito ao setor privado, por setor, no Brasil – MM de R\$.....	92
Figura 44 - Saldo das operações de crédito ao setor privado, por setor, Colômbia – MM de COP.....	92

Figura 45 - Representatividade dos setores nas Operações de crédito privado - Colômbia.....	93
Figura 46 - Representatividade dos setores nas Operações de crédito privado – Brasil	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características gerais das famílias.....	70
Tabela 2 - Segmentação da Despesa Total	71
Tabela 3 - Despesa média com alimentação fora do domicílio	73
Tabela 4 - Despesas e Rendimentos dos países	74
Tabela 5 - Nível de renda da amostra	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Característica de cada tipo de Empréstimo Consignado.....	87
Quadro 2 - Taxa de Juros a.a. para Crédito Consignado – Brasil x Colômbia	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAP	Conselho Monetário e Avaliação de Políticas Públicas
CRB	<i>Commodity Research Bureau</i>
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
DIMPE	<i>Dirección de Metodología y Producción Estadística</i>
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional</i>
ENDEF	Estudo Nacional da Despesa Familiar
ENIG	<i>Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos</i>
ENPH	<i>Encuesta Nacional de Presupuestos de los Hogares</i>
EUA	Estados Unidos da América
FARC	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia</i>
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	<i>International Monetary Fund</i>
GEIH	<i>Gran Encuesta Integrada de Hogares</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Estrangeiro Direto
INDH	<i>El Instituto Nacional de Derechos Humanos</i>
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAS	<i>Muestreo Aleatorio Simple</i>
MFA	<i>Más Familias em Accion</i>
NME	Nova Matriz Econômica
OCDE	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
RUNEOOL	<i>Registro Único Nacional de Entidades Operadores de Libranza</i>
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
SM	Salários Mínimos
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SUS	Sistema Único de Saúde
UNASUR	<i>Unión de Naciones Suramericanas</i>
UPM	<i>Unidades Primarias de Muestreo10A</i>
USM	<i>Unidades Secundarias de Muestreo</i>
UTM	<i>Unidad Terciaria de Muestreo</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS E HIPÓTESES	19
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 PESQUISA DE DOMICÍLIOS	20
3.1.1 IBGE POF (2017-2018).....	20
3.1.2 DANE ENPH (2016 - 2017).....	22
3.2 CONCEITOS COMPLEMENTARES	25
3.2.1 Família	25
3.2.2 Rural x Urbano	29
4 CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DOS PAÍSES	34
4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB	37
4.2 BALANÇA COMERCIAL	41
4.3 MERCADO DE TRABALHO.....	42
4.4 PRINCIPAIS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	46
5 ANÁLISE DE ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS	52
5.1 PRINCIPAIS RESULTADOS – POF BRASIL.....	53
5.1.1 Despesas.....	55
5.1.2 Rendimentos.....	57
5.2 PRINCIPAIS RESULTADOS – ENPH COLÔMBIA	61
5.2.1 Despesas.....	62
5.2.2 Rendimentos.....	65
5.3 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COLÔMBIA	69
6 A IMPORTÂNCIA DO CONSIGNADO PARA AS FAMÍLIAS	80
6.1 ESTRUTURA DO CRÉDITO CONSIGNADO NA COLÔMBIA (LIBRANZA)	84
6.2 ESTRUTURA DO CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL.....	86
6.3 COMPARAÇÃO SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO – BRASIL X COLÔMBIA...89	

7 CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS.....	97
ANEXOS	105
ANEXO A - ESTRUTURA DOS QUESTIONÁRIOS POF - IBGE	106
ANEXO B - ESTRUTURA DOS QUESTIONÁRIOS ENPH - DANE.....	107
ANEXO C - DADOS UTILIZADOS PARA CORREÇÃO DE INFLAÇÃO	108
ANEXO D - RECLASSIFICAÇÃO DOS ITENS DE DESPESA DE CONSUMO – COLÔMBIA	109

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo busca-se apresentar a importância das operações de Consumo para o Brasil e para a Colômbia dimensionando a representatividade destas no Produto Interno Bruto (PIB), destaca-se como foco principal do projeto uma análise sobre o perfil do crédito para a dinâmica econômica destes países e seu impacto sobre o endividamento das famílias, permeando demais variáveis macroeconômicas pertinentes a uma análise consistente (ex: taxa de inflação, dados demográficos, crescimento do PIB e análise sobre o nível de formalização do mercado de trabalho).

Complementar às explicações sobre o perfil da dívida das famílias, faz-se necessário observar o comportamento da taxa de juros nos dois países a fim de ressaltar características intrínsecas ao sistema financeiro brasileiro e a importância do crédito consignado por ser a linha de crédito mais barata à pessoa física. Neste âmbito, poderão ser utilizadas as teorias a seguir:

- Conforme debatido amplamente em publicações de economia e constatado em séries históricas divulgadas por Banco Central, *International Monetary Fund* (FMI) e Banco Central, o Brasil apresenta uma das taxas básicas de juros e spread bancário mais elevados do mundo, pois além de constituir instrumento de política monetária servem de parâmetro para remunerar títulos da dívida pública (PAIM, 2015);
- Assim, o alto nível da taxa básica de juros se torna uma referência para todas as outras operações no mercado bancário e define o nível mínimo de remuneração desejado para outras aplicações – devido ao alto nível de retorno dos títulos públicos (atrelado ao nível da taxa básica de juros e elevado grau de liquidez), é possível observar uma anomalia no mercado financeiro (NAKANO, 2005).

Um fator em comum ao Brasil e à Colômbia que deve ser abordado em capítulo específico deste estudo refere-se ao detalhamento da carteira de Crédito Consignado, apresentando momentos históricos que definiram sua implantação em ambos os países, semelhanças deste tipo de crédito e pontos de divergência em ambas as regiões, muito utilizado por pessoas que precisam substituir uma dívida mais cara, por aposentados e pensionistas em ambos os países e como um recurso emergencial de

livre utilização. Sua característica é ser altamente regulado pelo governo e como base inicial, deve-se considerar:

- A *Ley de Libranza* nº1.527 de 2012 (COLOMBIA, 2012) da Colômbia que regula a forma em que as empresas poderão descontar os gastos que os trabalhadores realizem na aquisição de bens e serviços financiados com crédito;
- A disposição sobre a consignação em folha de pagamento e autorização para desconto das prestações expressas na Lei nº10.820 de 2003 e na Lei nº1.046 de 1.950 (regulamentações brasileiras).

Em contraponto ao exposto acima, faz-se necessário avaliar o nível de formalização das economias do Brasil e da Colômbia, principalmente no que tange ao mercado de trabalho, para que se possa comparar o potencial de desenvolvimento de suas carteiras de crédito. Conforme apontado por Paes (2010, p. 316), a existência de um setor informal de elevada magnitude tem impactos importantes sobre vários aspectos da economia – um elevado grau de informalidade significa evasão e perda de base tributária, efeitos prejudiciais sobre a produção, afetando o nível e a qualidade dos empregos e, conseqüentemente, a produtividade e o crescimento da economia.

E neste sentido, faz-se necessário contextualizar também peculiaridades recentes para âmbitos político e social de Brasil e Colômbia:

- O cenário da Colômbia é bastante particular por vivenciar décadas de conflitos civis, de direita e esquerda, conservadores e liberais ou ainda de elite latifundiária e trabalhadores camponeses (SANTOS, SENHORAS, CAMARGO, 2011), influenciados, a partir da década de 60, pelas guerrilhas – vinculadas ao narcotráfico e a ações clandestinas posteriormente. Tal ambiente formou uma conjuntura que beirou ao colapso do Estado, sem capacidade de atuar em todo o território e com enfraquecidas instituições; para esta situação foi então proposto o Plano Colômbia;
- No caso do Brasil, entre o final dos anos 50 e inícios dos anos 60, é importante ressaltar a dicotomia entre a massa que pouco progredia, ficando à margem com a introdução de processos tecnológicos e o próprio sistema – o salário real aumentava menos que a renda per capita da população em geral, mesmo em

setores onde a produtividade tinha elevadas taxas de crescimento (FURTADO, 1969); além dos impactos gerados pela ditadura militar na elevação da dívida externa do país, adoção do Plano Real e dos esforços do Partido dos Trabalhadores em reduzir a pobreza e a desigualdade.

O que se espera com essa pesquisa é que as informações e análises possam contribuir não apenas para o conhecimento sobre o desempenho macroeconômico do Brasil e da Colômbia, mas também para subsidiar o leitor sobre o desenvolvimento dessas regiões, entendimento das diferentes dinâmicas existentes e dos desafios que devem enfrentar para ampliar o consumo de forma sustentada e com qualidade. Não obstante, essa pesquisa faz-se relevante para nortear políticas públicas ou eventuais investimentos privados nas regiões avaliadas por meio das pesquisas de domicílio realizadas entre 2008 e 2018.

O tamanho do mercado consumidor do Brasil e da Colômbia são bem distantes entre si e possuem peculiaridades, contudo convergem no sentido de limitações causadas pela persistente desigualdade de renda e outros desequilíbrios sociais, características intrínsecas de países latino-americanos e que limitam inclusive a carteira de crédito, seja pelo risco país seja ou pela quantidade de pessoas que se enquadram nos critérios da Política de Crédito.

Tais limitações podem ser constatadas na publicação *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility* da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OCDE, 2018). A análise aponta que em países de alta desigualdade e baixa mobilidade, como alguns dos países emergentes, como o Brasil, os nascidos em famílias de baixa renda levariam até nove gerações ou mais para alcançar a renda média de sua sociedade se o cenário não se alterar. Na Colômbia, onde a persistência é mais alta, levaria pelo menos 300 anos para que os filhos de famílias de baixa renda atinjam a média salarial do país.

Considerando o movimento de polarização da sociedade e o acirramento político vivenciado pelo mundo nos últimos anos, destaca-se a importância de entender que este artigo apresenta apenas uma visão sobre o desempenho econômico de Brasil e Colômbia, podendo esta não ser absoluta ou suficiente, como explanado por Roedel, Nagashima e Branco (2019, p.287) “a verdade é indissociável do contexto histórico, da cultura, da filosofia, da crença e da epistemologia que lhe é aplicada. Por ser subjetiva, a existência de uma verdade absoluta é praticamente impossível”.

Deste modo, o trabalho inicia-se com uma breve explicação conceitual sobre as premissas que nortearam a pesquisa. E propõe uma revisão da história recente desses países (Brasil e Colômbia), porém de forma complementar aos conceitos da teoria econômica que sustentam a análise dos indicadores macroeconômicos.

Ao final, por meio dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e da *Gran Encuesta Integrada de Hogares* (GEIH) nota-se que, embora existam diferenças entre Brasil e Colômbia, suas regiões internas também são altamente desiguais principalmente quando a análise é segmentada em Rural e Urbano ou quando são avaliados os domicílios mais ricos em contraposição aos domicílios mais pobres (de menor renda) – neste ponto especificamente o leitor deve ter atenção à distorção existente na pesquisa domiciliar colombiana, pois domicílios de renda muito baixa possuem forte peso na composição da amostra se comparado ao Brasil. No capítulo de metodologia é feita uma revisão conceitual sobre termos como família, rural e urbano, já que existe, diversas definições, contudo nesta pesquisa fiz seu uso às definições indicadas no guia de cada pesquisa domiciliar (que tentam retratar em modelo comportamentos sociais).

Durante o período também é possível concluir maior contato das famílias no mercado bancário e ampliação de crédito às pessoas físicas por meio de empréstimos consignados (CASAS; SÁNCHEZ; MORALES, 2013; PAIM, 2015), que por vezes são utilizados de modo consciente e correto – a exemplo: substituição de dívidas mais caras (PAIM, 2015) ou como auxílio em momentos emergenciais (evidenciado inclusive no cenário de pandemia de Covid-19); mas que em muitas ocasiões pode significar um peso maior ao longo de anos por ser descontado diretamente na folha de pagamento de quem contratou – seja por pouca capacidade de assimilar as condições desde o início (BORÇA JUNIOR; GUIMARÃES, 2015) ou por utilização do recurso para cobrir despesas de familiares ou para aquisição de bens momentâneos.

2 OBJETIVOS E HIPÓTESES

Este projeto tem por objetivo apresentar uma análise comparativa entre o perfil da dívida de famílias brasileiras e colombianas e sua evolução recente, no período de 2008 a 2018, destacando possível importância do Consumo em relação ao Produto Interno Bruto dos países e as principais Carteiras de Crédito dessas famílias, através de uma análise de bases de dados. Para entendimento sobre a composição dos gastos e rendimentos das famílias, deve-se apresentar uma comparação baseada na POF e a GEIH/ENPH.

Partindo-se de uma observação e descrição das políticas promovidas pelos governos, tais como programas de transferência de renda, ajuste de legislação e subsídios, e de características históricas, como remuneração baixa, informalidade do mercado de trabalho, desigualdade e elevadas taxas de juros, apresentada a análise das alterações apresentadas na carteira de crédito dos dois países para este período, bem como de seu consequente crescimento, ainda que em período de instabilidades econômicas e das barreiras políticas ou sociais inerentes a estes países.

A importância da análise ocorre por uma necessidade de orientar melhor possíveis investimentos financeiros em ambos os países quando relacionados ao mercado de empréstimo consignado. Assim, será verificada a hipótese: as políticas de transferências de renda impactam o consumo das famílias, podendo implicar em redução da desigualdade e melhor condição de vida, mas não necessariamente resultam em mais acesso ao crédito.

Sobre o acesso ao crédito especificamente, o FMI¹ (2017) aponta que em curto prazo, um aumento da relação entre a dívida das famílias e o PIB geralmente é associado à aceleração do crescimento econômico e à redução do desemprego, mas esses efeitos podem ser passageiros e causar maior probabilidade de crises bancárias, ressaltando, porém, que os efeitos adversos são mais fortes nas economias avançadas. O órgão avalia, no entanto, que melhores regulamentações, menos dependência externa, câmbio flexível e menor desigualdade amenizariam o impacto do aumento do endividamento das famílias.

¹ Relatório Sobre a Estabilidade Financeira Mundial, Capítulo 2 e Capítulo 3.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi construído baseado em dois eixos complementares: i. leitura dos artigos listados na Referência e em publicações acerca do tema que foram observados durante a elaboração da monografia e ii. análise de dados e indicadores dos países para entendimento da evolução ao longo do período.

Assim, o entendimento da situação macroeconômica foi construído por meio dos dados, séries que abrangem os anos de 2008 a 2018, fornecidos por Banco Central do Brasil, *Banco de la República* e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)², para os seguintes itens: PIB; Saldo da Carteira de Crédito; Taxa básica de juros; Desemprego, Renda mínima e média e Índice de Gini.

Adicionalmente, foram considerados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), como por exemplo a POF e *Encuesta Nacional de Presupuestos de los Hogares* (ENPH), e do Banco Mundial – este último consultado especificamente para Crédito Doméstico ao Setor Privado e Taxa real de juros de empréstimo, para que se possa comparar os dois países com outras regiões do mundo.

3.1 PESQUISA DE DOMICÍLIOS

Considerando que um dos capítulos trata exclusivamente sobre o orçamento das famílias e que as pesquisas de domicílio aconteceram em países diferentes, além de refletirem um longo período, a seguir serão destacados os principais conceitos adotados por Brasil e Colômbia e que são descritos no caderno de premissas e metodologia dos órgãos responsáveis pela aplicação e publicação.

3.1.1 IBGE | POF (2017-2018)

² A CEPAL é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social, sendo sediada no Chile. Incentiva o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento da região. Tem se dedicado ao estudo dos desafios de se buscar o crescimento sustentável e a consolidação de sociedades plurais e democráticas (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

- A aplicação da pesquisa foi realizada nas áreas urbana e rural em todo o Território Brasileiro, no período de junho de 2017 a julho de 2018, assim como as duas pesquisas anteriores;
- Refere-se à contabilizações monetárias e não monetárias (estas mais importante para regiões rurais) e visa mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias;
- Foi criada de modo que propicia a publicação de resultados nos seguintes níveis: Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e, também, por situações urbana e rural;
- É realizada por amostragem para investigar domicílios particulares permanentes, com identificação da unidade de consumo e segue as recomendações e práticas internacionais referentes às pesquisas similares;
- Conforme documentado pelo IBGE e também atendendo às recomendações internacionais, “família” refere-se às pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sem referência explícita ao consumo ou despesas; entretanto, em geral a unidade de consumo da POF equivale com a família;
- “Domicílio” é a unidade amostral da pesquisa, sendo a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, limitada por paredes, muros, cercas e outros, coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem;
- A “unidade de consumo” compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isso significa que utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns;
- Foi adotado um plano amostral denominado como conglomerado em dois estágios, com estratificações geográfica e estatística das unidades primárias que correspondem aos setores da base geográfica do Censo Demográfico 2010 e houve seleção por amostragem com probabilidade proporcional ao número de domicílios existentes no setor compondo a amostra mestra;
- A seleção da amostra ocorreu de forma aleatória simples com perda média de 15% das entrevistas e acréscimo de igual proporção ao final. Na POF de

2017/2018 foram 5.504 Unidades Primárias de Amostragens (conjuntos de setores censitários) selecionadas e 57.920 domicílios entrevistados;

- A coleta é estruturada em sete questionários sobre características dos domicílios, moradores, aquisições, trabalho e rendimento, condições de vida e consumos alimentar. Para mais detalhes sobre cada um deles, consultar o Anexo;
- O item de “Despesa Total” da POF é composto pelos grupos i. Aumento de Ativo, ii. Diminuição de Passivo e iii. Despesas Correntes, sendo que este último pode ser decomposto em:
 - a) Despesas de Consumo, que contempla os itens: Alimentação, Habitação, Vestuário, Transporte, Higiene/Cuidados Pessoais, Assistência à Saúde, Educação, Recreação e Cultura, Fumo, Serviços Pessoais e Despesas Diversas; e
 - b) Outras Despesas Correntes, que contempla os itens: Impostos, Contribuições trabalhistas, Serviços bancários, Pensões, mesadas e doações, Previdência privada e outras.

Sobre este tema, a análise focou em comparações relativas a Despesa Total, Despesas de Consumo e “Serviços Bancários” (tarifa de conta bancária, encargos de cheque especial etc.) da conta de Outras Despesas Correntes.

3.1.2 DANE | ENPH (2016 - 2017)

- A ENPH é realizada a cada dez anos e tem por objetivo obter informações detalhadas sobre o rendimento e suas fontes assim como o montante de gastos e sua distribuição, sendo uma ferramenta importante para atualização de dados da pobreza e pobreza extrema; inclui também a obtenção de dados sobre características gerais do domicílio, seus moradores e o nível educacional;
- O método utilizado é probabilístico (que permite expandir a informação da amostra para toda a população devido ao processo de seleção), estratificado e por múltiplas etapas³ que combinam seleções controladas e aleatórias, sendo

³En la primera etapa se definen algunas unidades primarias de muestreo10A (UPM) de inclusión forzosa, estas unidades tienen probabilidad de inclusión 1, para las demás UPM del diseño se utiliza

a unidade básica de observação o domicílio e a análise composta por famílias e moradores.

Figura 1 - Amostra selecionada de domicílios por região

Por región, se recolectó información para el siguiente número de hogares:

Región	Ciudades	Otras Cabeceras	Centros poblados y Rural Disperso	Total
Región Atlántica	18.438	1.370	1.375	21.183
Región Central	16.363	1.417	1.679	19.459
Región Oriental	10.770	1.387	1.391	13.548
Región Pacífica	13.951	1.055	1.318	16.324
Capitales de departamentos de la Amazonía y Orinoquía	11.449			11.449
San Andrés	1.320			1.320
Bogotá	3.918			3.918
Total	76.209	5.229	5.763	87.201

Fonte: Dirección de Metodología y Producción Estadística (DIMPE, 2020).

- Edificação é uma construção independente e separada, composta por um ou mais espaços em seu interior, com acesso direto desde a via pública. Uma edificação pode também conter várias entradas e ser coberta pelo mesmo teto;
- “Domicílio” (*Vivienda*) é um espaço independente e separado, habitado ou destinado à habitação por uma ou mais pessoas, sendo que os seus residentes não podem acessá-lo por meio de áreas de uso exclusivo de outros domicílios;
- Rendimiento imputado pelo uso da habitação: conceito utilizado quando a família reside em uma casa própria e não paga valor de aluguel para viver aí. É considerado como rendimento porque a habitação faz parte do capital da habitação e a renda constitui a receita desse capital;
- Quando o domicílio é transferido gratuitamente, sem vínculo empregatício entre as partes ou ocupado sem consentimento do proprietário, é considerado como transferência e passa a fazer parte da renda da família, portanto o valor estimado do aluguel é o rendimento do trabalho e é considerado um salário em espécie;

la estratificación de la GEIH la cual se basa en tamaño poblacional y NBI. Estas unidades de muestreo se seleccionan por medio de la técnica de selección controlada. - Segunda etapa: Se seleccionan Manzanas (Urbano) o secciones (Rural) denotadas como Unidades Secundarias de Muestreo (USM), dentro de cada UPM seleccionada por medio de un PPT-SYS proporcional a las MT. - Tercera etapa: Se selecciona una MT o unidad terciaria de muestreo (UTM) dentro de cada manzana o sección seleccionada por medio de un muestreo aleatorio simple (MAS) (DIMPE, 2020).

- Capital (*Cabecera*) é a área geográfica que se define por um perímetro urbano, cujos limites são fixados por acordos da Câmara Municipal. Corresponde ao local onde está localizada a sede administrativa de um município;
- Centro populacional (*Centro poblado*) é um conceito criado pelo DANE para fins estatísticos, útil para identificar os centros populacionais e sua definição é por meio da concentração de pelo menos 20 (vinte) domicílios contínuos, vizinhos ou anexos, localizados na área rural. Essa concentração pode ter características urbanas como a delimitação de vias para veículos e pedestres ou pode ser rural disperso (disposição dispersa das casas e fazendas). Geralmente não possui serviços básicos;
- Rural disperso: se caracteriza pela disposição dispersa de residências e explorações agropecuárias existentes na região. Não possui um traçado de nomenclatura de ruas, avenidas e rodovias e não dispõe de serviços públicos ou outras facilidades de áreas urbanas;
- As informações foram coletadas em 13 cidades e suas regiões metropolitanas, 11 cidades intermediárias, 8 capitais de departamentos da Amazônia e Orinoquia; e 6 municípios representativos por si próprios. Também nas capitais, centros povoados e áreas rurais espalhadas em aproximadamente 130 municípios do país;
- O item Despesa Total (Gastos) da pesquisa domiciliar da Colômbia possui uma estrutura de classificação de acordo com o Sistema de Contas Nacionais, portanto se divide em:

a) Despesas Correntes - Despesas de Consumo que satisfaçam as necessidades e desejos do lar e Despesas não Imputadas ao Consumo como aqueles atrelados aos desembolsos de investimentos e pagamentos de impostos diretos;

- Classificação dos tipos de despesas de consumo⁴: Alimentação e Bebidas não alcoólicas, Bebidas alcóolicas e tabaco, Roupas e calçados, Moradia, água, eletricidade, gás e outros combustíveis,

⁴ Como o agrupamento principal de Despesas utilizado pela Colômbia difere do agrupamento adotado na POF do Brasil, foi feita uma realocação dos itens da pesquisa colombiana para possibilitar a comparação – consulte os detalhes no Anexo D.

Móveis, artigos para o lar e reparos residenciais, Saúde, Transporte, Informação e comunicação, Lazer e Cultura, Educação, Restaurantes e hotéis e Bens e serviços diversos;

- Despesas financeiras (não necessariamente atreladas ao consumo): Pagamento da última fatura do cartão de crédito; Pagamento de financiamento imobiliário (diferente da residência); Aquisição de terrenos; Pagamento de taxa por utilização de conta corrente; Pagamento de taxa por uso de cartão de crédito; Pagamento de empréstimos realizados em bancos, cooperativas e fundos etc.

- b) Despesas não Correntes - despesas de capital em dinheiro ou crédito para pagamentos relativos à habitação, veículos e impostos de renda / veicular / predial, etc.

Sobre este tema, a análise de Despesas Financeiras ficou prejudicada, pois a ENPH 2017 deixou de divulgar a tabela 19 com abertura em nível de artigos alocados.

3.2 CONCEITOS COMPLEMENTARES

Além das definições adotadas no modelo de pesquisa domiciliar de cada país, distanciando um pouco de parâmetros técnicos e de modo a conduzir o leitor à uma reflexão crítica no campo social, a seguir serão elencados conceitos complementares sobre Família e área Rural.

3.2.1 Família

Para ampliar o entendimento sobre este termo, durante a pesquisa foram analisados os posicionamentos i. da psicóloga social Danda Prado (2017), segundo a teoria desenvolvida no livro *O que é Família*⁵; ii. de Ribeiro e Saboia, Cobo e Matos (2012), que avaliam mudanças introduzidas no questionário do Censo 2010 e seus impactos nas análises do tema Família no IBGE; e iii. de autores colombianos como

⁵ Livro que teve sua primeira publicação no ano de 1981.

Sandoval, Riaño e Barrera (2018) e Páez-Martínez (2017), que pesquisam tendências sobre as famílias colombianas sob as óticas de economia e educação, respectivamente.

No livro *O que é Família* encontra-se uma breve coletânea sobre a definição literária dos dicionários sobre o termo Família: “pessoas aparentadas que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos, ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção” (PRADO, 2017, p. 12), observando ainda que apesar dos momentos de crise e evolução ao longo dos anos, ela subsiste sob múltiplas formas.

Sua manutenção, porém, não ocorre por fenômeno natural e sim por representar uma “instituição social que varia e apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme grupo social que esteja sendo observado” (PRADO, 2017, p.17). A autora expõe ainda o conceito de “Famílias alternativas” (PRADO, 2017) para comunidades que nascem da união de indivíduos adultos que vivem em um grupo autossuficiente, ressaltando em termos econômicos cada indivíduo teria sua própria fonte de subsistência ou se dedicaria coletivamente a atividades cooperadas.

De modo complementar, segundo Almeida (2008), a família pode ser considerada a expressão social, por representar a vida social e de reprodução, e econômica por representar uma unidade de consumo; contudo considerando o Direito de Família no Brasil, o autor ressalta que juridicamente existem observações no código civil de 2002 para regular as relações familiares, além das existentes na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelecem (de modo mais objetivo e menos filosófico) as regras para manutenção de sobrenome de filiação, sustento de membros e relações familiares como casamento, adoção, parentesco, tutela e união estável.

Avançando sobre este tema no universo colombiano, Sandoval, Riaño e Barrera (2018) destaca a importância de se reconhecer as mudanças recentes das famílias, sobretudo em aspectos de taxa de fecundidade e famílias diferentes daquelas biparentais⁶ com filhos. Mulheres que possuem maior grau de instrução e maior participação no mercado de trabalho, com conseqüentemente maior renda,

⁶ Biparental: i. Que é relativo a ou tem a presença dos dois pais; em que existem os dois pais para educar o filho ou filhos (ex.: família biparental); ii. Que deriva dos dois progenitores (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2022).

podem justificar o crescimento delas como chefes de família, maior planejamento e redução de fecundidade, sendo este último fator combinado com as diversas políticas de saúde do país.

Em sua argumentação, assim como comentado por Prado (2017) e Almeida (2008), a família está em constante transformação de acordo com a sociedade, no entanto observa também uma tendência à simplificação de sua composição/estrutura – os domicílios “unipessoais”, casais sem filhos e arranjos ampliados estão se tornando mais comuns, além de mais frequentes os casais homossexuais.

Para a educadora Páez-Martínez (2017) o que acontece com a família pode refletir no indivíduo e o que acontece com o indivíduo revela a família, sendo necessário uma análise das várias relações existentes, inclusive na sociedade dada a existência de um ecossistema e, por isso, ultrapassa a esfera particular e merece dedicação de política pública abrangente em diversos segmentos, como saúde, gênero, educação, diferentes regiões etc.:

En lo conceptual, la familia en Colombia es entendida como una totalidad, como un sistema relacional, permeable, en constante proceso de adaptabilidad y reajuste interno, muy similar a como se le reconoce en otros países de la región. Desde una perspectiva educativa, esos cambios en la familia se corresponden con los cambios en el ser humano. Al estar en permanente proceso de formación, el ser humano suele movilizarse de un punto a otro en procura de crecimiento y desarrollo, pero también de resistencia ante las adversidades (PÁEZ-MARTÍNEZ, 2017, p. 832).

No caso brasileiro, além de ser possível observar alterações na estrutura familiar que decorrem de “recasamentos”, quedas nas taxas de fecundidade e crescente envolvimento da mulher no mercado de trabalho, Saboia, Cobo e Matos (2012) destacam também mudanças nas relações sociais sobre a quantidade de divórcios, pessoas que moram alternadamente em mais de um lar, pessoas que vivem sozinhas, mas inseridas em uma rede de apoio, e casais que optam por residir em moradias diferentes, ressaltando que nem todas essas variações são capturadas nas pesquisas de Censo e podem causar distorções em políticas públicas.

No entanto, Saboia, Cobo e Matos (2012, p.8) consideram importantes as alterações feitas no formulário do Censo 2010, trazendo “contribuição decisiva para o debate interno e externo acerca dos desafios e possibilidades de investigação domiciliar sobre os novos arranjos familiares no Brasil, notadamente as famílias reconstituídas e as famílias com casais de mesmo sexo”. A nova proposta (Figura 2),

permite aos pesquisadores saber se a relação parental com a pessoa responsável ou de referência ocorre por consanguinidade ou afinidade e também se existem pelo menos três gerações convivendo na residência – importante dado que a pirâmide etária reduz a base e amplia seu topo.

Figura 2 - Evolução do tipo de dado coletado em pesquisas Censo do Brasil

Categorias de identificação da posição das pessoas no domicílio e na família nos Censos Demográficos - 1970/2010					
Censos Demográficos					
Anos	1970	1980	1991	2000	2010
CATEGORIAS	chefe	chefe	chefe	pessoa responsável	01 - pessoa responsável
	cônjuge	cônjuge	cônjuge	cônjuge/companheiro	02 - cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente
	filho/enteado	filho/enteado	filho/enteado	filho/enteado	03 - cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo
					04 - filho(a) do responsável ou do cônjuge
	pais ou sogros	pais ou sogros	pais/sogros	pais e sogros	05 - filho(a) somente do responsável
					06 - enteado(a)
	neto/bisneto	neto/bisneto	neto/bisneto	neto/bisneto	08 - pai ou mãe
					09 - sogro(a)
	genro/nora	genro/nora	genro/nora	outro parente	10 - neto(a)
					11 - bisneto(a)
	outro parente	irmão/cunhado	irmão	irmão	12 - irmão ou irmã
	outro parente	outro parente	avô/bisavô	outro parente	07 - genro ou nora
	outro parente	outro parente	cunhado	outro parente	13 - avô ou avó
	agregado	agregado	agregado	agregado	14 - outro parente
	pensionista	pensionista	pensionista	pensionista	15 - agregado(a)
	emp. dom.	emp. dom.	emp. dom.	emp. domést.	17 - pensionista
parente emp.dom.	parente emp.dom.	parente emp.dom.	parente emp.dom.	18 - empregado(a) doméstico(a)	
hóspede	hóspede			19 - parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	
				16 - convivente	
Total	12	13	16	11	19

*Quadro revisto por esses autores em 2011.

Fonte: Ribeiro e Saboia (2008).

Deve-se ressaltar que, em geral, a evolução na aplicação da pesquisa pode refletir em demais coletas estatísticas do IBGE. A exemplo, a seguir é possível verificar que os novos campos incluídos no formulário do Censo de 2010 foram utilizados para aplicação da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018:

Figura 3 - Formulário POF - Características do Domicílio e dos Moradores

CÓDIGOS		
01 - PESSOA DE REFERÊNCIA DA UC	06 - FILHO(A) SOMENTE DO CÔNJUGE	14 - OUTRO PARENTE
02 - CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A) DE SEXO DIFERENTE	07 - GENRO OU NORA	15 - AGREGADO(A) - NÃO PARENTE QUE NÃO COMPARTILHA DESPESAS
03 - CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A) DO MESMO SEXO	08 - PAI, MÃE, PADRASTO OU MADRASTA	16 - CONVIVENTE - NÃO PARENTE QUE COMPARTILHA DESPESAS
04 - FILHO(A) DA PESSOA DE REFERÊNCIA E DO CÔNJUGE	09 - SOGRO(A)	17 - PENSIONISTA
05 - FILHO(A) SOMENTE DA PESSOA DE REFERÊNCIA	10 - NETO(A)	18 - EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A)
	11 - BISNETO(A)	19 - PARENTE DO(A) EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A)
	12 - IRMÃO OU IRMÃ	
	13 - AVÔ OU AVÓ	

*Instrumentos de coleta. Recorte e destaques feitos no formulário oficial.

Fonte: IBGE (2018).

3.2.2 Rural x Urbano

Considerando que as populações brasileiras e colombianas apresentam grau de desenvolvimento heterogêneo dentro do próprio país e que parte dessas diferenças podem ser observadas quando se segrega os espaços de habitação – conforme será evidenciado mais adiante no capítulo 5, esta seção apresenta conceituações adicionais às adotadas na pesquisa domiciliar sobre áreas urbanas e áreas rurais, expondo inclusive algumas limitações sobre o modelo utilizado para esse tipo de comparação.

De início deve-se compreender que os territórios agrários e urbanos constituem espelhos da transformação do espaço, pois transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. Para a construção do território é preciso projetar no espaço um trabalho, energia e informação, adaptando as condições às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade (SAQUET; SPOSITO, 2009).

Nos dias de hoje, entender uma ruptura por perímetro⁷ (apenas espacial) é um ato falho. A diferenciação entre os dois mundos ultrapassa a lógica espacial e vincula-se fortemente às relações sociais (SUZUKI, 2007).

Para Rua (2006) as desigualdades ficam evidentes dentro desses espaços também, pois, no caso brasileiro, o Estado busca incentivar os complexos agroindustriais e empresários rurais em detrimento de produtores menores e da agricultora de subsistência, fator que o faz destacar que o rural se distancia cada vez mais do agrícola. Para o autor, os limites entre o rural e o urbano são cada vez menos claros em decorrência de uma “pluriatividade”:

- A redução no tempo empenhado com trabalho agrícola reduz em decorrência de mecanizações e isso algumas vezes leva o agricultor a implementar outros serviços para sua fonte de renda, como tratorista, frentista, comerciário, piloto agrícola etc.;

⁷ É importante observar que o IBGE revisitou essa abordagem em 2017 e levantou a discussão sobre os critérios utilizados na delimitação do território nacional, com o objetivo de aprimorar a divulgação do Censo Demográfico de 2020 e oferecer avanços na diferenciação de áreas rurais e urbanas que possam servir de base para a otimização de políticas públicas e do planejamento privado. São três critérios básicos para a elaboração dessa classificação e elenca os municípios em “urbanos”, “rurais” ou “intermediários”.

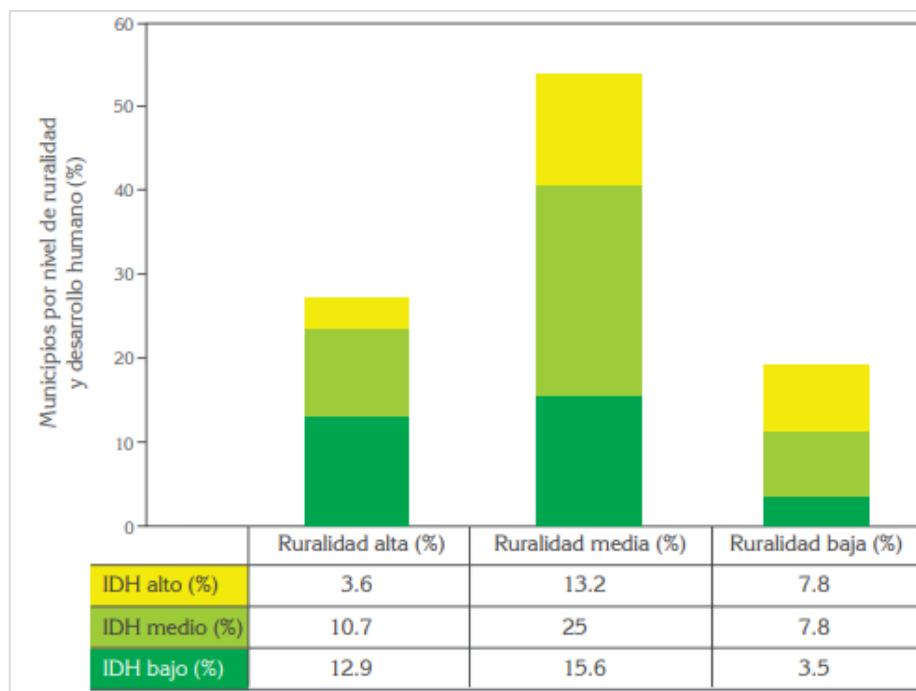
- Essa característica marca uma nova relação com a terra, a de “urbanidades no rural”, mas sem que o urbano e o rural tornem-se a mesma coisa. Rua (2006) considera que existe a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano e surgem espaços híbridos frutos dessas interações, destacando que são interações assimétricas e não polaridades espaciais;
- Por outro lado, reconhece na abordagem clássica, o conceito estaria ligado à “continuum” Rua (2006), em que haveriam graus distintos de urbanização e o destino do rural seria desaparecer ao longo do tempo.

Rua (2006) ressalta que é necessário ter uma política pública diversificada, capaz de contemplar as situações oriundas desses espaços híbridos que marcam sobretudo áreas rurais, que seja sobreposta aos antigos recortes administrativos das abordagens normativas.

Assim como analisado por Rua (2006), Parra-Peña, Ordóñez e Acosta (2012) faz uma relação entre as diferenças existentes dentro das áreas rurais colombianas: o setor agropecuário que se encontra em crescimento geralmente são os agricultores maiores que recebem a maior parte dos benefícios já que são proprietários de tangíveis e intangíveis, em diferença aos camponeses que representam quase metade da população rural, pouco aproveitam desse desenvolvimento e ainda sofrem consequência das atividades ilegais de grupos marginais (guerrilheiros e narcotraficantes).

O autor argumenta que o nível de ruralidade possui relação direta com nível de desenvolvimento humano dos municípios colombianos, entendendo que características urbanas e rurais podem conviver no mesmo espaço e que o governo deveria implementar políticas públicas que unissem “urbano-rural”, estimulando uma realidade para equiparar oportunidades econômicas e bem-estar social ao observar o “campo como fonte de potencial progresso” Parra-Peña, Ordóñez e Acosta (2012, p.2), conforme destacado na figura 4:

Figura 4 - Distribuição dos municípios colombianos de acordo com o nível de ruralidade e impactos no índice de desenvolvimento humano (IDH)



* Elaborado com dados Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2011) e dados do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia (COLOMBIA, 2022b).

Fonte: Parra-Peña, Ordóñez e Acosta (2012).

Por meio de modelos de regressão, além da influência da distância das áreas rurais até as quatro maiores capitais, Parra-Peña, Ordóñez e Acosta (2012) chega a critérios que relacionam a ruralidade e o desenvolvimento:

- Os municípios que conseguem combinar a situação rural com um maior nível de desenvolvimento humano (IDH) geralmente possuem melhor gestão pública e desempenho institucional⁸. Dentre os fatores que contribuem, destacam-se a eficiência na descentralização fiscal, força econômica, acumulação de capital humano⁹ e acesso à terra;
- Já nos municípios que possuem características de ruralidade em nível médio, o desenvolvimento humano melhora à medida que o índice de instituições e de

⁸ Pontuação no Índice de *Instituciones* – desempenho Integral e Fiscal para valoração da gestão administrativa municipal entre 0 e 100 pontos - Departamento Nacional de Planejamento – Colômbia.

⁹ Capital Humano inclui taxa de alfabetização e pessoas em idade de trabalhar por domicílio (PARRA-PEÑA; ORDÓÑEZ; ACOSTA, 2012).

coeficiente de Gini para posse de terra¹⁰ aumentam, este último por formação de classe média local;

- E nos municípios urbanos o fator determinante para o desenvolvimento é a educação, ainda que tenha importância uma boa administração pública.

Assim como as teorias expostas acima, para o PNUD¹¹ a dicotomia clássica entre urbano e rural hoje é difusa e tende a apontar para uma realidade de interdependência entre essas regiões, havendo necessidade de entender o território e as complexas relações que ocorrem nele (econômica, ambiental, social, cultural, política etc.). Neste sentido, propõe para a Colômbia uma análise de *El Instituto Nacional de Derechos Humanos* (INDH) que combina: (a) a densidade demográfica com a distância dos centros povoados menores até os maiores; (b) considera o perímetro municipal como unidade de análise; e (c) assume a ruralidade como algo contínuo, municípios mais ou menos rurais.

A partir dessa nova proposta, o estudo aponta para uma Colômbia mais rural do que se pensa ou quer acreditar, pois 75% dos municípios do país seriam predominantemente rurais e abrigariam 31,6% da população do país. Sendo importante que o governo reconheça a necessidade de alterar a sua forma de planejamento, gestão e execução de políticas públicas.

Quando verificamos a prática desses conceitos em pesquisas que subsidiam políticas públicas, o cenário prático das pesquisas domiciliares ainda diferem de Rua (2006), Suzuki (2007) e Saquet e Sposito (2009). Embora o IBGE tenha revisitado sua abordagem em 2017, com o objetivo de aprimorar a divulgação do Censo Demográfico de 2020, suas novas diretrizes devem pautar-se em: densidade demográfica, localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população – sem considerar conceitos sobre os tipos de interação social e de atividade praticada no espaço. E para a POF abordada neste estudo a seleção amostral é ainda mais antiga, baseada na malha setorial do Censo Demográfico 2010.

¹⁰ *Instituto Sinchi - Índice Gini de la tierra rural: es una medida del grado de concentración de la tierra rural en la unidad espacial de referencia, en el tiempo, teniendo en consideración el número de personas que ejercen el derecho legal de propiedad sobre la misma. El indicador toma el valor de 0 cuando la tierra rural no está concentrada respecto al número de propietarios, el incremento en el valor del indicador representa mayor grado de concentración de la propiedad rural. Y toma el valor de 1 cuando la tierra rural está totalmente concentrada* (INSTITUTO SINCHI, 2022).

¹¹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Colômbia rural: Razones para la esperanza**. Bogotá: Informe Nacional de Desarrollo Humano, 2011. Disponível em: <https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=1623>. Acesso em: 05 mar. 2021.

No caso da Colômbia, conforme detalhado conceitualmente no item 3.1, as áreas rurais podem ser classificadas como centro povoado e área rural dispersa, que além de considerar fatores de distância física levam em conta a ausência de alguns tipos de serviços do governo público. Mas, diferentemente do Brasil, na Colômbia a metodologia entre rural e urbano utilizada na pesquisa domiciliar apresenta essa zona intermediária que são os Centros Povoados, presentes tanto em áreas urbanas como em áreas rurais.

4 CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DOS PAÍSES

Este capítulo apresenta uma análise sobre o desempenho macroeconômico de Brasil e Colômbia durante o período recente, expondo a evolução destes países por meio dos indicadores de mercado de trabalho, PIB, fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e balança comercial – que contemplam os anos de 2008 a 2018. A análise pretende contribuir com o dimensionamento dos mercados existentes nestes países, sendo complementar ao estudo do mercado consumidor.

Para tanto utiliza-se o método quantitativo de análise, embasado em dados catalogados e disponibilizados pela CEPAL, e ampara seus principais conceitos em método analítico, histórico e interpretativo, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Expõe também a dificuldade enfrentada por essas economias, abordando ainda qual seria a atuação esperada dos respectivos governos acerca deste panorama.

Entretanto, vale observar que Brasil e Colômbia fazem parte de uma região que compreende o grupo de países prejudicados durante o período de colonização e que ainda apresentam resquícios dos problemas originados pela elevada desigualdade social fomentada no passado. Embora próximos geograficamente, também possuem peculiaridades, merecendo destaque nesta pesquisa aquelas que são mais recentes em âmbitos político, social e econômico.

O cenário da Colômbia é bastante particular por vivenciar décadas de conflitos civis, de direita e esquerda, conservadores e liberais ou ainda de elite latifundiária e trabalhadores camponeses (SANTOS; SENHORAS; CAMARGO, 2011), influenciados, a partir da década de 60, pelas guerrilhas – vinculadas ao narcotráfico e a ações clandestinas posteriormente.

Tal ambiente formou uma conjuntura que beirou ao colapso do Estado, sem capacidade de atuar em todo o território e com enfraquecidas instituições; para esta situação foi então proposto o Plano Colômbia¹², no governo de Andrés Pastrana

¹² Plano Colômbia - 1999: “segundo as autoridades colombianas, o Plano Colômbia é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional” que seria exercido por meio de “negociações com os principais grupos guerrilheiros do país, as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). A ideia original era substituir a produção de cocaína e papoula por atividades econômicas alternativas” (RIPPEL, 2006, p.84-85). Buscava-se a disseminação de instituições democráticas, o incremento do comércio, um maior fluxo de investimentos e a militarização para controlar/reduzir a produção de narcóticos, implementado sob forte influência financeira e militar dos Estados Unidos na região. Posteriormente, em 2004, ocorre o Plano Patriota, considerado forte ofensiva militar do Estado colombiano contra grupos guerrilheiros, eliminando vários

(1998-2002) com previsão de encerramento em 2005, mas que veio sendo prorrogado com transferências de recursos pelos Estados Unidos da América (EUA) pelo menos até 2008 (SANTOS; SENHORAS; CAMARGO, 2011). Essas mobilizações resultaram em um Estado mais forte e em centros urbanos mais seguros, contudo o ambiente de plena paz e integração é distante da realidade local, já que a partir de 2010 verificam-se deslocamentos forçados de população, problemas de propriedade e pouca assistência econômica/social, além de governo mais liberal¹³ (SANTOS; SENHORAS; CAMARGO, 2011).

E em 2016 foi assinado o Acordo de Paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (Farc-EP), contudo, as diretrizes ali estabelecidas vieram se degradando e a via de transição para um ambiente seguro e mais justo não foi implementada de fato. Por outro lado, as reformas trabalhistas, fiscais e previdenciárias que vem sendo propostas nos últimos anos causam insatisfação a boa parte da sociedade e sindicatos, inclusive na classe média, já que podem agravar ainda mais a desigualdade social¹⁴ por prever tributação aos rendimentos menores, flexibilização nas regras de trabalho e taxaçoão para empresas sem distinção de porte.

Interessante observar que nas eleições atuais (2022) Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e ex-guerrilheiro, representa uma mudança de paradigma na Colômbia, até então fortemente tradicional e de direita, com propostas¹⁵ diversificadas na economia, na segurança e na igualdade de gênero, com orientações à redução da desigualdade no país – tema que é abordado nesta pesquisa como um dos principais problemas do país.

líderes locais e retomando territórios antes sob dominação das FARC. Com o objetivo de facilitar os processos de paz, em 2005 Álvaro Uribe aprova a Lei de Justiça e Paz, que prevê penas mais brandas de até 8 anos, uso de prisões agrícolas, benefícios sem a obrigatoriedade de confissão, extradição de paramilitares para o EUA somente em ruptura de negociação ou não entrega de armas etc. E em 2008 as FARC, “lançando o Plano Renascer, que tem como objetivo central a retomada de ações militares para reconquistar territórios” (SANTOS, SENHORAS, CAMARGO, 2011, p. 69), retomando táticas de guerrilha de alto impacto (atentados em instalações de energia e centros de comunicação), resultando em forte ofensiva do governo em 2010.

¹³ Durante o período de mais de 50 décadas de conflitos, merece destaque o acordo de Paz, assinado em 2016 entre governo e FARC, que limitaria o conflito ao ambiente político, no entanto deveria ser chancelado em plebiscito que culminou na “não” aceitação, seja por ruído de comunicação ou por “incerteza da realização da justiça” (RIBAS; CARVALHO; RAMINA, 2017). Assim, a situação de paz é algo ainda não consolidado no país.

¹⁴ Síntese de Jimenez (2020), diretora do departamento de Ciências Políticas da Universidade Nacional (UN) de Bogotá, que acompanha de perto a implementação das medidas pactuadas.

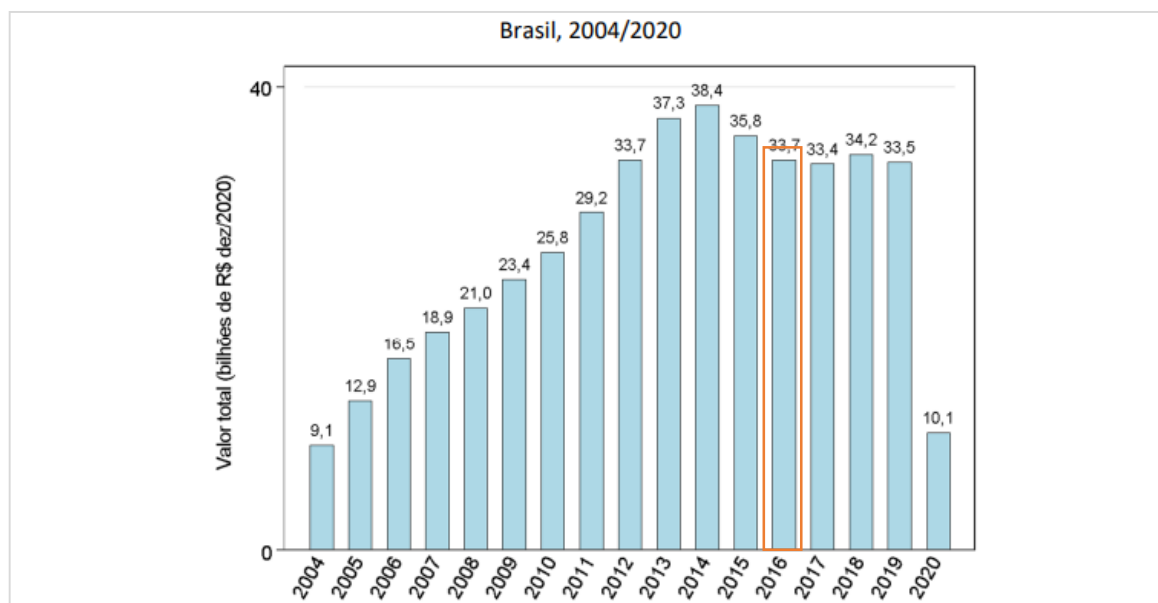
¹⁵ As 5 principais propostas para a Colômbia do presidente eleito Gustavo Petro (CNN BRASIL, 2022).

No caso do Brasil, entre o final dos anos 50 e inícios dos anos 60, boa parte dos trabalhadores acabaram ficando à margem com a introdução de processos tecnológicos e o próprio sistema adotado, ficando evidente que o progresso não se dava de modo uniforme, pois o salário real aumentava menos que a renda per capita da população em geral, mesmo em setores onde a produtividade tinha elevadas taxas de crescimento (FURTADO, 1969). Havia o entendimento de que o processo de industrialização enfrentava obstáculos de natureza estrutural, cuja causa estava na insuficiência de difundir os frutos dos incrementos de produtividade.

Entre os anos de 64 a 85 o fator político relevante encontra-se na composição do Estado, que atuava sob regime de Ditadura Militar com forte núcleo repressivo e alto endividamento externo: “quando aconteceu o golpe de 1964 no Brasil, a dívida era de cerca de 2,5 bilhões de Dólares. Quando o último presidente-general saiu do Palácio, em 1985, a dívida tinha passado dos 100 bilhões de Dólares” (GONÇALVES; POMAR, 2000, p.10-11). Já de 80 até meados de 90, problema cambiais, baixa produção e elevada inflação, resultaram em maior desigualdade.

Contudo, na primeira década dos anos 2000, o governo brasileiro alinhado à políticas de centro-esquerda, apresentou crescente preocupação em diminuir as desigualdades inter- e intra-regionais – visando descentralização do setor produtivo e melhoria na condição de vida das pessoas de classes mais baixas – por meio de medidas que promovem a ampliação de programas de transferências de renda e incentivos; reduzidas a partir de 2015 devido dívida elevada, problemas fiscais, arrefecimento da economia mundial e esgotamento de um modelo de crescimento pelo consumo, além de desgastes por corrupção e discussões éticas. A exemplo, observa-se na figura 5 que em 2015 foi o primeiro ano de queda no valor real transferido pelo Programa Bolsa Família:

Figura 5 - Evolução do valor real total transferido Programa Bolsa Família



*Relatório de Avaliação - Ciclo Conselho Monetário e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) (BRASIL, 2020b).

Fonte: Brasil (2020).

O tamanho do mercado do Brasil e da Colômbia são bem distantes entre si e possuem características únicas, contudo convergem no sentido de limitações causadas pela persistente desigualdade de renda e outros desequilíbrios sociais, situações intrínsecas de países latino-americanos e que limitam inclusive a carteira de crédito e o consumo, temas a serem explorados no próximo capítulo.

4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

Em uma visão puramente dos dados, um indicador que favorece a Colômbia se comparada ao Brasil trata-se da taxa de crescimento anual do PIB. No período de 10 anos, o país apresentou crescimento médio de 3,5%, mantendo-se positivo em todos os anos. Esta situação aponta para um cenário econômico aquecido e relativamente robusto.

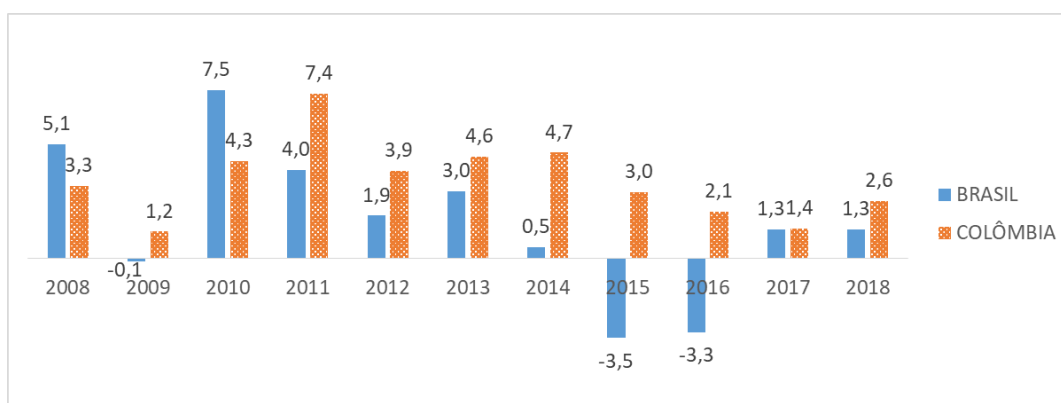
Um fator importante é que, considerando o capital de investimento externo direto quase constante, pode-se entender seu bom resultado como consequência de uma estrutura interna capaz de calibrar e gerir os indicadores macroeconômicos (investimento, inflação, desemprego etc.). Contudo deve-se observar que tal crescimento se dá de forma muito desigual entre os setores, com alta concentração de renda e sacrifícios por parte dos trabalhadores, que não perceberam o salário

mínimo aumentar (assunto a ser detalhado mais adiante), além de depender de suporte do Estados Unidos.

Neste mesmo intervalo de tempo, o Brasil apresentou um crescimento médio anual de 1,6% - ou seja, 54% abaixo do desempenho colombiano, sendo diretamente afetado por arrefecimento da economia global, queda no preço das commodities, cenários políticos incertos e resultado de incentivo exacerbado ao consumo que resultou em inflação, fuga de investimentos e desemprego, além de seu alto endividamento.

O país sofreu com o decréscimo do PIB no ano de 2009 logo após a crise financeira mundial e de 2015 a 2016 com recessão, sem conseguir recuperar-se totalmente nos anos seguintes (Figuras 6 e 7).

Figura 6 - Taxa de crescimento anual do PIB a preços constantes (%)



*Estatísticas e Indicadores da CEPALESTAT (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2020).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

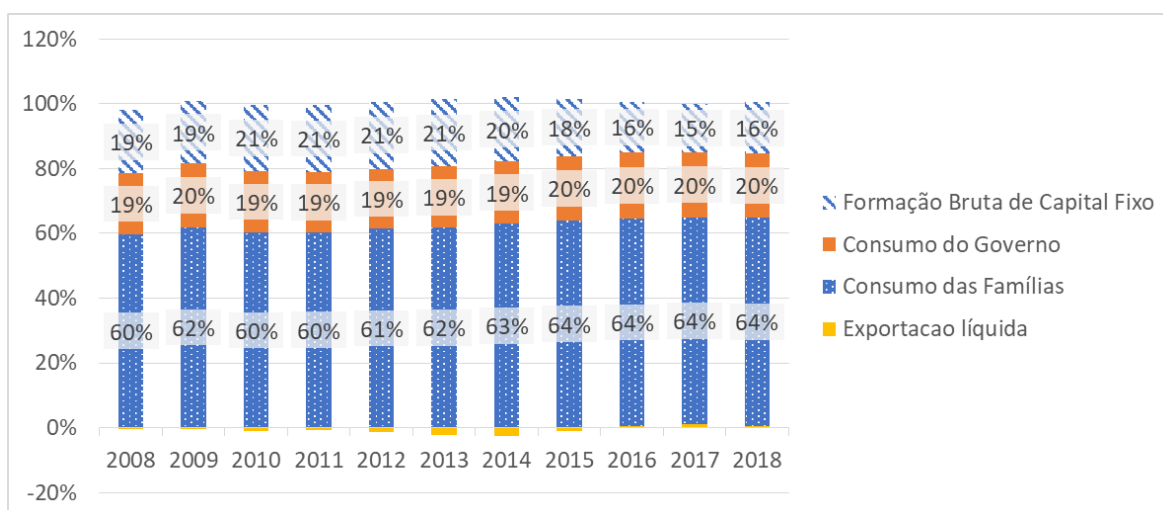
Figura 7 - Índice de Preços Futuros de Commodities – 2008-2018



* Calculado pela primeira vez pelo *Commodity Research Bureau*.
 Fonte: *Commodity Research Bureau (CRB) Commodity Index (2022)*.

Sob a ótica da despesa, conforme exposto nas figuras 8 e 9, percebe-se que uma das diferenças significativas entre o PIB do Brasil e da Colômbia pode estar ligada à conta de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Essa variável mensura a ampliação da capacidade produtiva futura por meio de investimentos correntes em ativos fixos. No período de 10 anos a Colômbia manteve essa alocação em média 20% maior do que o Brasil, quando avaliamos a representatividade da FBCF perante o PIB total, embora seja preciso resguardar o maior potencial brasileiro em termos de volume absoluto.

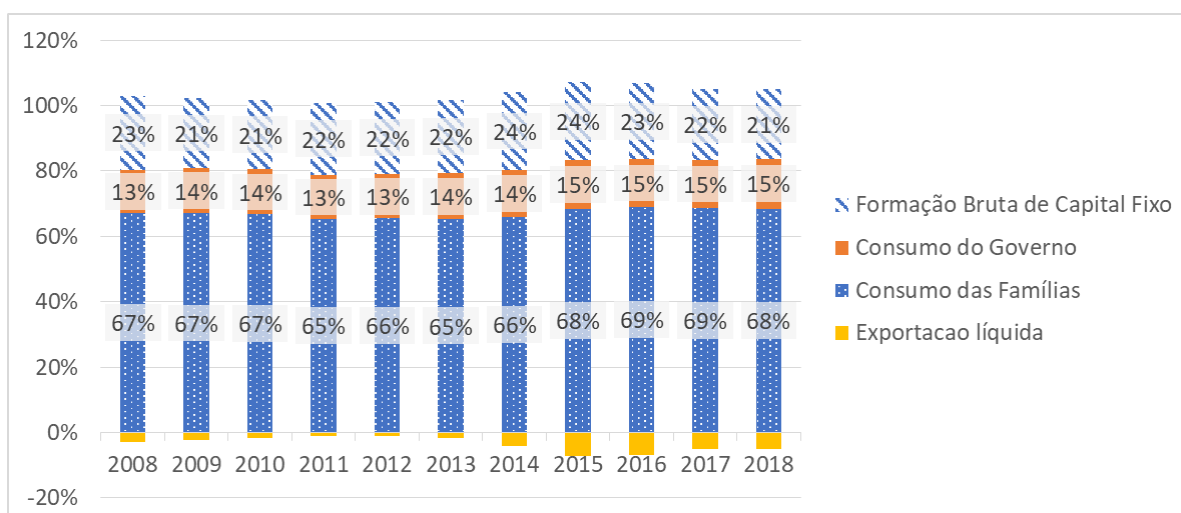
Figura 8 - Componentes da demanda sobre PIB – Representatividade 2008/18 Brasil



*Dados do IBGE (2019).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Figura 9 - Componentes da demanda sobre PIB – Representatividade 2008/18 Colômbia



*Dados do Banco de la República (2019).

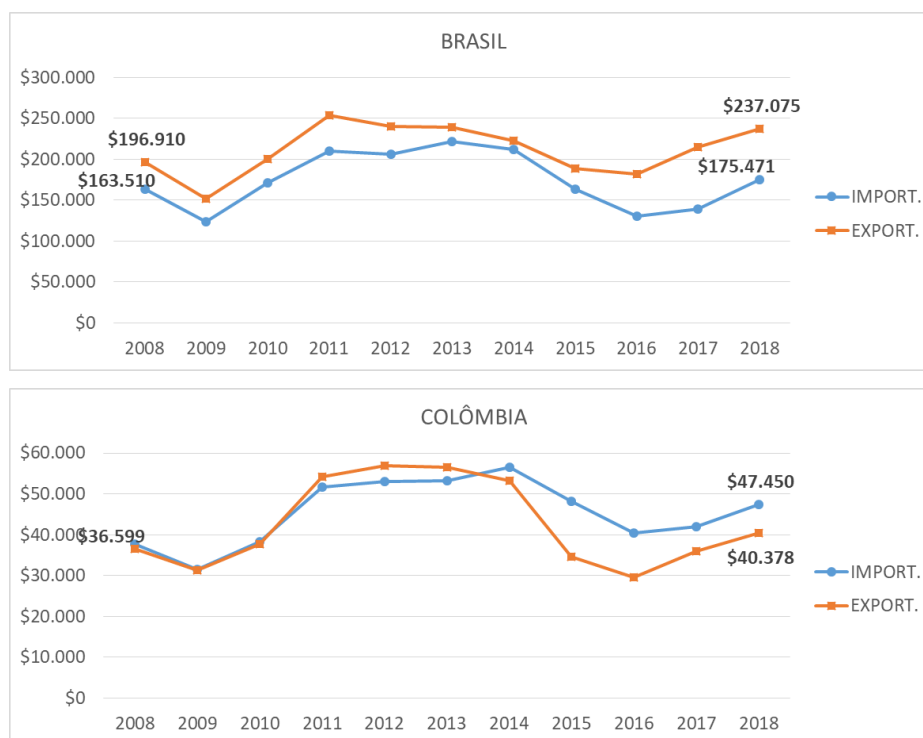
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Merece atenção também o Consumo do Governo, pois considerando a média da representatividade desta conta na composição do PIB país, percebe-se que o Brasil apresentou aproximadamente 40% de capital a mais alocado neste item – enquanto a média anual da Colômbia fica em 14%, no Brasil o patamar médio é de 19% ao longo dos anos. Esse resultado pode estar relacionado ao tamanho dos países, seja geográfica ou populacional, contudo, deve ser repensado por meio de reformas estruturais para reequilibrar as contas públicas. Neste item é importante lembrar que a Colômbia vem atuando fortemente em processos liberais que pouco dependem com assistencialismo ou programas distributivos.

4.2 BALANÇA COMERCIAL

Por meio das movimentações na Balança Comercial, expressa na figura 10, é possível verificar claramente o peso econômico de cada país perante o mercado internacional. O Brasil teve um fluxo de exportação em média 5 vezes maior do que o apresentado pela Colômbia, para comparação em Dólares, e se manteve basicamente superavitário durante o período com crescimento de 20% confrontando 2018 x 2008; em contraposição, nos últimos 5 anos a Colômbia tem se mostrado deficitária nesta conta ao importar mais que exportar. Deve-se ressaltar que ambas apresentam movimentações similares em suas curvas e que, de uma forma geral, conversam diretamente com o desempenho econômico mundo.

Figura 10 - Saldo de transações correntes de todos os produtos em Milhões de US\$



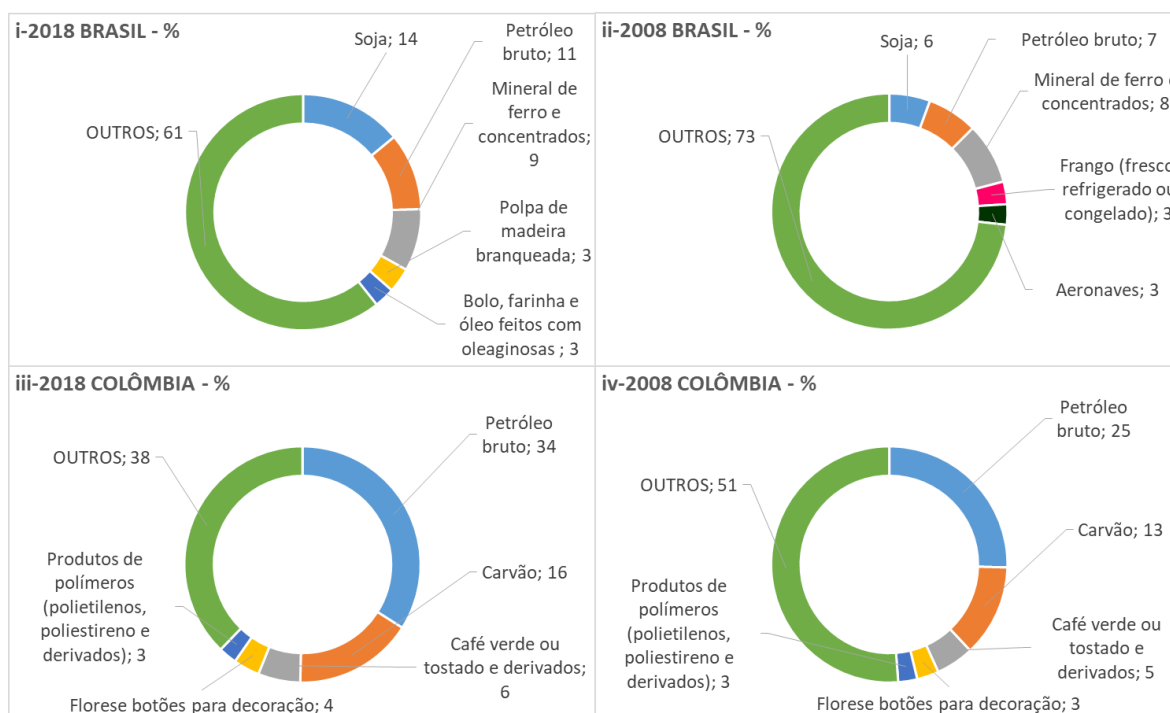
*Estatísticas e Indicadores da CEPAL (2020).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na decomposição por tipo de exportação, que compara a representatividade do item em 2008 e 2018 (Figura 11), verifica-se que, tanto em Brasil e como Colômbia, os 3 produtos principais são commodities cujas participações foram ampliadas, indicando especialização em alguns setores;

- No Brasil a produção conjunta de 'soja, petróleo e mineral de ferro' aumentou a representatividade sobre o total de exportações em quase 60%;
- Na Colômbia 'petróleo, carvão e café' mostram-se, em conjunto, 30% mais representativos.

Figura 11 - Infográfico comparativo: composição das exportações 2018 x 2008



*Estatísticas e Indicadores da CEPAL (2020).
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

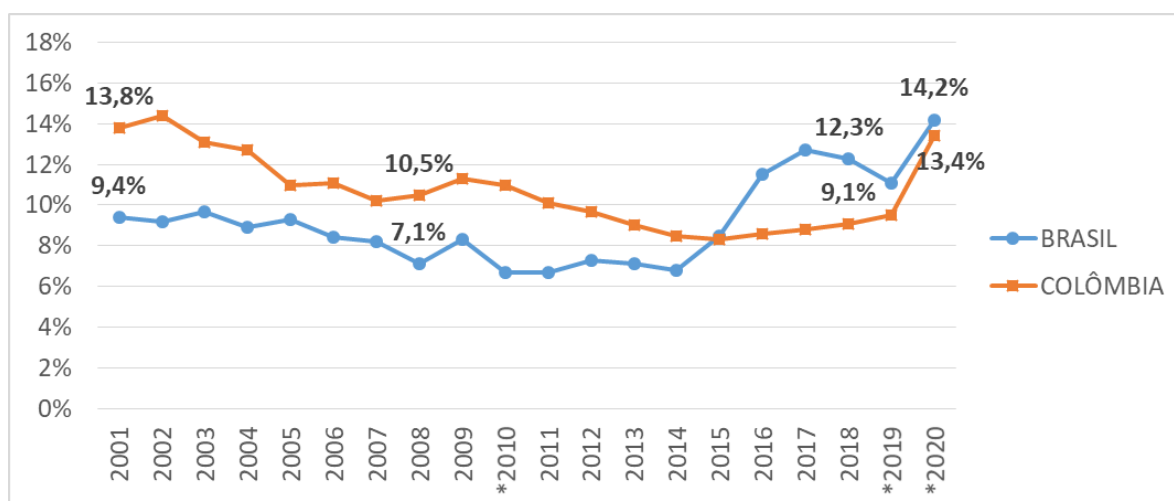
Portanto indicando países com caráter econômico bem próximo do ambiente rural ou de dependência de recursos naturais. Ainda que seja possível perceber a evolução destes espaços com a introdução de grupos agroindustriais ou de empresas mineradoras, o campo possui forte representatividade.

4.3 MERCADO DE TRABALHO

Sobre o desemprego, percebe-se que durante os primeiros 15 anos do século XXI os dois países desempenham de forma similar, com quedas consistentes – ao compararmos o ano de 2015 com o primeiro ano do período (2001) a redução foi mais forte em Colômbia (-40%) frente ao Brasil. O ponto interessante da figura 12 ocorre em 2016, quando os resultados se opõem: enquanto a Colômbia se mantém relativamente aquecida até o ano de 2018, o Brasil eleva seu nível de desemprego

para níveis anteriores ao início deste século ao ser desestabilizado pela crise econômica que gerou variação negativa na taxa real do PIB em 2015 e 2016. Em 2020, atingem o mesmo patamar quando a pandemia da COVID-19 intensifica o processo de crise e há desaquecimento da economia global.

Figura 12 - Taxa média anual de Desemprego



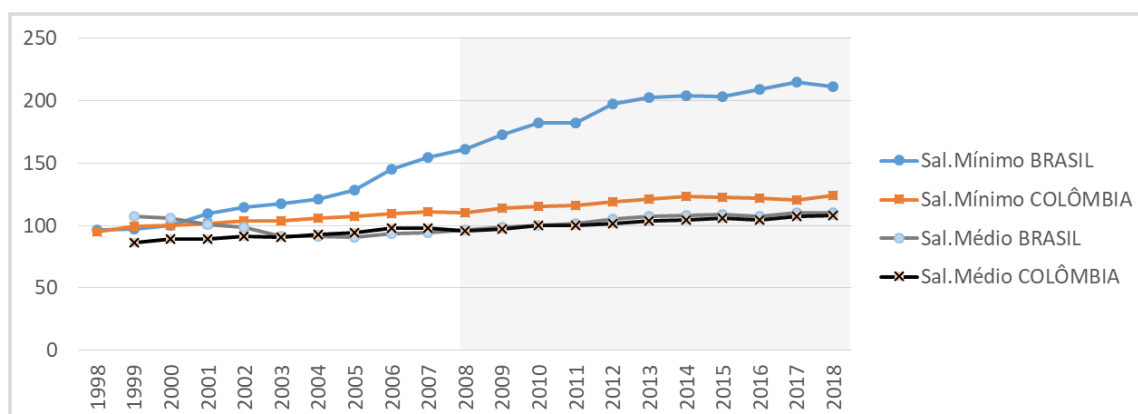
*Estatísticas e Indicadores da CEPAL (2020). Dados adicionais coletados via IBGE e DANE.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Sobre o cenário vivenciado pela Colômbia após 2015 (ponto de inflexão da curva na figura 12), uma das explicações em médio ou longo prazo pode estar relacionada às inovações tecnológicas que ajudam a reduzir custos de mão de obra – para se produzir um bilhão de pesos no PIB industrial de 2015 foram necessários 23,5 postos de trabalho enquanto que em 2018 esta relação chegou a 21,9 postos de trabalho. Contudo ressalta-se que dificilmente esta situação foi consolidada em curto prazo e de modo uniforme em todos os setores, sendo, provavelmente, reflexo de ações que vieram acontecendo ao passar dos anos e que precisam ser superadas (ZAMUNDIO, 2020).

Para melhor entendimento do mercado de trabalho, deve-se considerar também o nível de transparência existente, pois um setor informal de elevada magnitude tem impactos significativos sobre diferentes aspectos da economia – o alto grau de informalidade significa evasão e perda do montante de tributos, efeitos prejudiciais sobre a produção, afetando o nível e a qualidade dos empregos e, conseqüentemente, a produtividade e o crescimento da economia (PAES, 2010).

Ainda que as discussões não sejam claras sobre a correlação entre o nível de formalização e aumento no salário mínimo, na figura 13 é possível observar que Brasil e Colômbia apresentam movimentos bem distintos. Neste contexto a mudança drástica ocorrida no Brasil refere-se a resultados da política adotada pelo governo do Partido dos Trabalhadores, que buscou reduzir a pobreza e a desigualdade.

Figura 13 - Índice anual de Evolução dos Salários (mínimo: 2000=100 / médio: 2010=100)

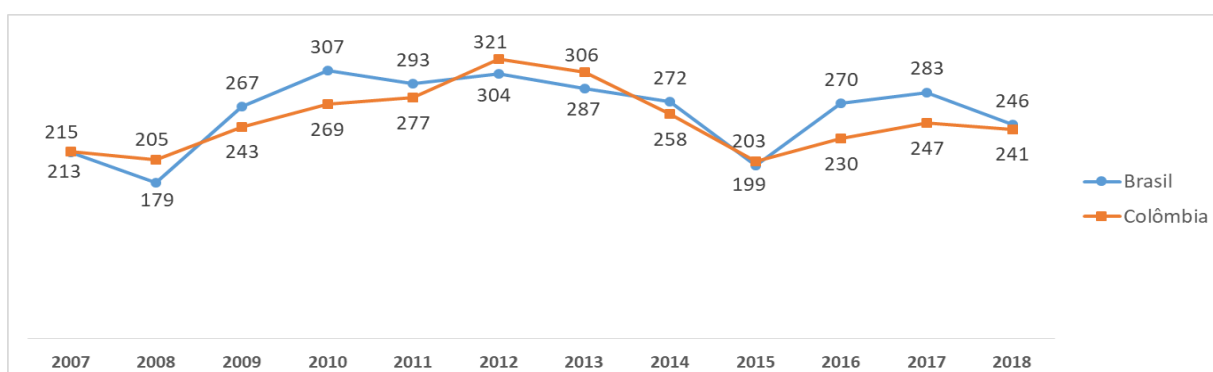


*CEPALSTAT - Estatísticas e Indicadores da CEPAL (COMISSION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2020).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para melhor comparação entre a representatividade do salário mínimo Brasil x Colômbia, a figura 14 apresenta a conversão em Dólar de ambos para cada ano, sendo possível observar que as curvas possuem movimentos bem próximos entre si e que na comparação de 2018 sobre 2007 houve aumento nominal de cerca de 15%, cabendo destacar que pode indicar uma desvalorização da moeda brasileira em grau um pouco maior, conforme as figuras 14 e 15.

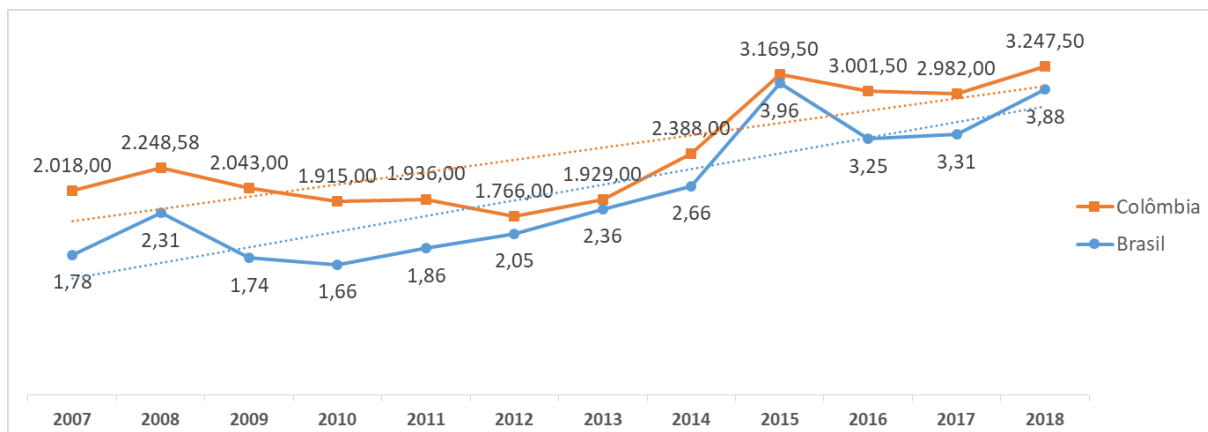
Figura 14 - Valor do salário mínimo – US\$ (Câmbio do último dia útil no mês de dezembro para o ano de referência)



* Estatísticas e Indicadores da CEPAL (2020).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Figura 15 - Conversão de 1 US\$ na moeda do país (Câmbio do último dia útil no mês de dezembro para o ano de referência)



*Estatísticas e Indicadores da CEPAL (2020).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A situação da Colômbia apresentada no relatório da OCDE¹⁶, já mencionado anteriormente, é também impactada quando se avalia as políticas trabalhistas praticadas nos últimos anos no país, pois ações mais liberais promoveram a terceirização inclusive em atividades fim (com simples notificação ao trabalhador se o sistema for alterado), empregos em carga horária reduzida, permitiram salários abaixo do mínimo em algumas situações, além da desigualdade permanente entre setores urbanos e rurais, pois estes participam bem menos no sistema de pensão (MARTINEZ, 2019). Zamundio (2020) entende que a proposta de contratações do trabalho por horas pode ajudar a reduzir o nível de informalidade da economia e introduzir um público nas contribuições sociais trabalhistas, mas ressalta que pode pesar mais às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Sobre a Taxa média anual de Desemprego abordada na Figura 12, é necessário ressaltar que cada órgão possui suas especificidades para a medição, no entanto o conceito geral acaba sendo parecido e não afeta a análise, a saber:

- Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no manual Inquéritos de População Ativa, Emprego, Desemprego e Subemprego¹⁷, pode ser compreendido como uma taxa momentânea para mensurar pessoas, em idade de trabalhar, que “durante o período de referência, estavam (a) sem emprego;

¹⁶ *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility* (OCDE, 2018).

¹⁷ Definições apresentadas na Décima Terceira Conferência de Estatísticas do Trabalho (OIT, 1982) que são também apresentadas no manual sobre Conceitos e Métodos (OIT, 1990).

(b) disponíveis para trabalhar; e (c) à procura de emprego” (OIT, 1990, p.36). Sua importância se expressa em pelo menos duas vertentes: a econômica e a social; com perspectivas de entender volume de recursos disponíveis (mão de obra), formular programas de políticas de emprego, sistemas de geração e manutenção de rendimento, propor formação profissional, dentre outras;

- De maneira prática e resumida, no Brasil o IBGE mensura o desemprego como pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho – exclui-se universitários que somente estudam, donas de casa e empreendedores que possuem negócio próprio. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não seria suficiente não possuir um emprego;
- Já para o DANE da Colômbia, o indicador mensurado na semana de referência é composto por outros 2 segmentos: Aberto – pessoas que estavam sem emprego, buscaram por emprego no último mês e tinham disponibilidade; e Oculto – pessoas que estavam sem emprego, não buscaram por emprego no último mês, mas buscaram emprego nos últimos 12 meses apresentando uma razão válida de desânimo (ex: aguarda contato, não há trabalho na cidade, está cansado de procurar, aguarda sazonalidade, não possui experiência exigida, etc.) e estavam disponível. Matematicamente expresso por: relação percentual do número de pessoas que procuram emprego¹⁸ sobre o número de pessoas que integram a força de trabalho.

4.4 PRINCIPAIS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Diante do cenário do mercado de trabalho desestabilizado na Colômbia e no Brasil, com muitas pessoas na informalidade e sem receber remuneração digna, o presente tópico visa demonstrar a importância das políticas de transferência de renda para esses dois países.

Os pobres da América Latina representavam 35,1% do total da população em 2007, o que equivale a 190 milhões de pessoas, sendo que cerca de 1/3 encontrava-se abaixo da linha da extrema pobreza. Por esse sintoma persistir há décadas na

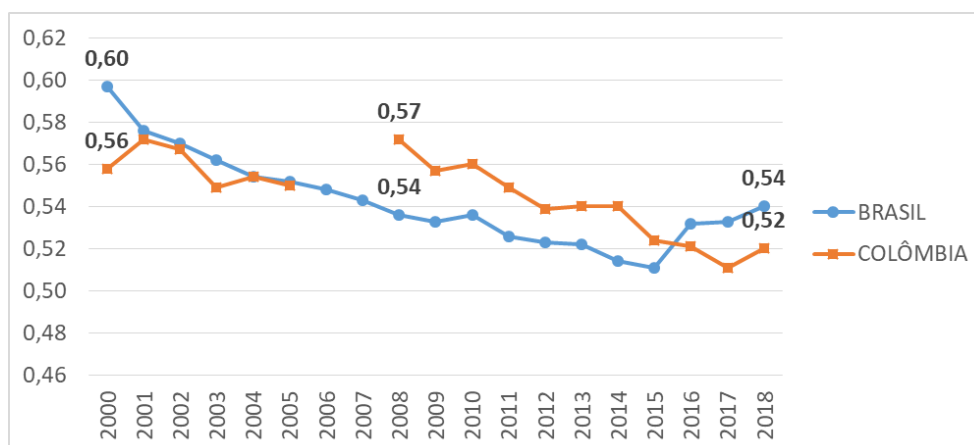
¹⁸ Na Colômbia, a população em idade de trabalhar é constituída por pessoas de 12 anos ou mais em zona urbana e 10 anos ou mais em zona rural. DANE - *Cuál es la población en edad de trabajar* (PET).

região, diversos países empenham esforços, ainda que em diferentes níveis, em políticas de transferência de renda, incluindo Brasil e Colômbia, conforme destacado no relatório *Transferencias de ingresos para la erradicación de la pobreza – Dos décadas de experiencia en los países de la Unión de Naciones Suramericanas* (UNASUR) da CEPAL (2014).

No caso brasileiro a principal política de transferência de renda condicionada é o Programa Bolsa Família (PBF) assegurado pelo Governo Federal desde 2003 após a criação da Medida Provisória nº. 123. Funcionando com a concessão de auxílio mensal em crédito realizado em cartão magnético para famílias mais vulneráveis, de caráter temporário após análise de Cadastro Único e com fiscalização descentralizada. Acabou por unificar outros programas menores – vide figura 17 ao final do capítulo; porém exige que as famílias cumpram o calendário de vacinação para crianças, façam acompanhamento gestacional e mantenham as crianças na escola. Ressalta-se que a partir de 2008 o PBF foi ampliado, incluindo adolescentes; e ao final de 2013 representava 0,47% do PIB do país cobrindo 28% da população brasileira (CEPAL, 2014).

Contudo, entende-se que sua atuação ainda é relativamente baixa, se comparada a outros programas sociais, sendo quase trinta vezes inferior às despesas previdenciárias de até 1 salário mínimo que também atinge uma população vulnerável como idosos de baixa renda e deficientes, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (SOUZA et al., 2019). Mas estima-se que o programa tenha retirado da pobreza ou pobreza extrema mais de 6 milhões de pessoas no ano de 2017 (ano este em que as famílias eram impactadas com o pior patamar do mercado de trabalho em relação aos 10 anos anteriores) e que o programa reduz o coeficiente de Gini entre 1% e 1,5% (SOUZA et al., 2019), já que seria o responsável por quase 10% da queda do Gini entre 2001 e 2015 – índice na figura 16.

Figura 16 - Evolução do Índice de Gini (medida para o grau de concentração de renda, cujo valor varia de 0 = perfeita igualdade - até 1 = desigualdade máxima)



*Estatísticas e Indicadores da CEPAL; dados adicionais coletados via IBGE (2000 e 2010 Brasil) e *The World Bank* (2000 e 2001 Colômbia) - 2020.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme o relatório da CEPAL (2017), o programa de transferência condicionada de renda na Colômbia refere-se a famílias com integrantes menores de 18 (dezoito) anos em situação de pobreza e vulnerabilidade social e foi iniciado em 2001 para minimizar efeitos de uma crise financeira que se instalava no país, porém priorizava municípios menores e de caráter rural, sendo estendido nacionalmente apenas no ano de 2007. Sua cobertura no ano de 2013 chegou a 0,22% do PIB do país cerca de 24% da população colombiana, com pagamentos bimestrais e duração limitada ao ciclo escolar (10 meses).

Assim como o programa brasileiro, o *Más Familias em Accion* (MFA) possui princípios pautados na saúde e educação e faz uma seleção a partir do cadastro no Sistema de Identificação para Potenciais Beneficiários de Programas Sociais (SISBEN), mas possui critérios para seleção automática como situação de extrema pobreza, povos indígenas e pessoas prejudicadas pela violência.

A primeira modalidade de pagamento do benefício ocorreu em dinheiro em postos bancários ou em caixas estendidos, estes últimos de caráter temporário para municípios que não possuem instituições financeiras; e posteriormente passou a adotar o uso de cartões eletrônicos para saques e pagamentos – não atrelado a produtos financeiros. Ocorre que em 2009 o programa MFA adotou como objetivo o vínculo entre a população mais pobre e o sistema financeiro formal, criando conta poupança no BanAgrario e permitindo acesso a diferentes produtos financeiros a esta parcela da população mais vulnerável. O Plano de Bancarização justifica-se tendo em

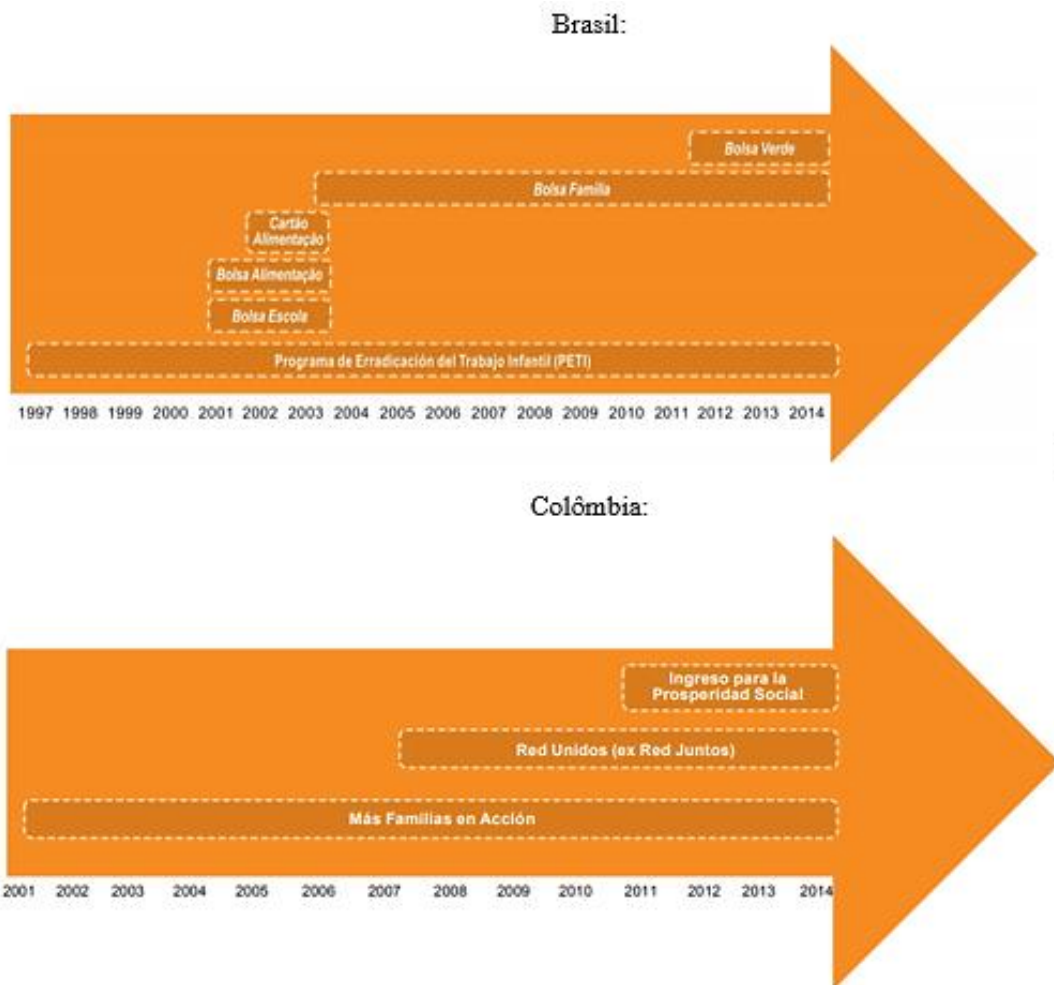
vista que atenderia um público composto majoritariamente por pessoas de baixo nível educacional, alta informalidade na geração de renda e quase nenhuma posse de ativos fixos (MALDONADO; URREA, 2010).

Um ponto que chama atenção é que o Brasil iniciou em 2008 a inclusão bancária dos beneficiários do PBF apenas com a liberação de uma conta Caixa Fácil via Caixa Econômica Federal, permitindo cotas para saques e extratos, uso do cartão de débito, depósito de valores e sem taxa de abertura de conta, mas pouco atuou com demais serviços financeiros como crédito e seguro, adotados na Colômbia. Ainda que estes produtos não tenham sido o objetivo principal do MFA, em uma pesquisa de amostra aleatória com cerca de 600 famílias beneficiárias – das cidades de Bogotá, Valledupar, Montería, Pasto, Sincelo e Cali – chama atenção o fato de que 94% eram bancarizadas e destas, 46% tinha dívida ativa (MALDONADO; URREA, 2010), sendo apenas 22,5% de modo formal via instituição financeira e os demais informais como “gota a gota” com pagamento diário e juros altos, agiotas, fiado, etc.

Tal aspecto reflete não só a dificuldade que esse público tem para entender questões financeiras, ao buscar empréstimos que seriam mais baratos, como também a dificuldade dos bancos em ter produtos que cheguem de fato ao público vulnerável, pois menos de ¼ dos beneficiários tinham conhecimento da possibilidade de solicitar empréstimos (MALDONADO; URREA, 2010) e menos de 50% dos beneficiários bancarizados receberam alguma oferta além da abertura da conta poupança (Ibidem - p.31). Dentre os serviços que chegam a ser ofertados, além da própria conta poupança, destacam-se empréstimos em consignação (56%), transferências do tipo “*Giros Nacionales*” que possuem um prazo um pouco maior para chegar ao destinatário (50%) e cartão de crédito (34%) (MALDONADO; URREA, 2010).

Já sobre os impactos positivos do programa MFA, o estudo da CEPAL (2014) indica que são: o ganho de altura das crianças, maior cobertura de vacinação e melhor desempenho das crianças em testes cognitivos ou de matemática, redução na evasão escolar e na criminalidade. Informa inclusive que em 2011 houve uma análise em que, em média, os estudantes que participam do programa possuem de 4 a 8 p.p. mais probabilidade de concluir o segundo grau do que os que não participam do programa, além deste benefício ser mais significativo em mulheres e domicílios rurais.

Figura 17 - Programa de transferência de renda para a redução da pobreza



Fonte: CEPAL (2014).

Cabe observar que além das políticas de transferência de renda atreladas ao desempenho/vínculo educacional, os países possuem outras formas de amparar socialmente as famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade, como por exemplo por meio de sistema de previdência social – forma de rendimento segura no longo prazo e que ampliaria acesso ao crédito mais barato, conforme debate exposto no capítulo 6, mais adiante. Ressalta-se, porém, que tanto no Brasil como na Colômbia alguns dos principais desafios são alcançar as pessoas que vivem em cenário de informalidade e de superar as barreiras orçamentárias do governo.

Ainda que programas como o Bolsa Família e o *Más Familias em Accion* consigam melhorar a vida de muitos cidadãos, a renda recebida limita-se a colaborar com consumo de necessidades básicas. Conforme aponta o relatório da CEPAL (2014), os programas de transferência de renda condicionada comprometem-se com dois principais objetivos: reduzir a pobreza no curto prazo aumentando o consumo

das famílias mais pobres e fortalecendo a capacidade das pessoas beneficiadas por criar a corresponsabilidade na família.

5 ANÁLISE DE ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS

Embora o capítulo anterior tenha iniciado um pouco da discussão orçamentária das famílias, esta seção aborda os principais resultados das pesquisas oficiais de orçamento familiar (POF e ENPH), destacando dados sobre a composição das contas de Rendimentos e Despesas, e apresenta, ao final, uma análise comparativa entre as situações vivenciadas por Brasil e Colômbia para indicadores como renda média, despesa média, tipos de gasto e nível de renda. Esse estudo de mercado costuma ser relevante, em conjunto com outras análises, para nortear eventuais investimentos, sejam eles privados no âmbito de serviços financeiros, ou para orientar políticas públicas ao fornecer ao leitor a possibilidade de comparar países de uma mesma região. Cabe observar que os órgãos responsáveis pela aplicação e análise dessas pesquisas domiciliares reforçam seus propósitos neste sentido.

Para o IBGE (2018), a POF é realizada com o objetivo de disponibilizar informações sobre o orçamento doméstico e condições de vida da população, bem como gerar dados e estudos, para subsidiar políticas públicas na área social, da nutrição, saúde, moradia, entre outras. O órgão expressa também que, para o setor privado, a pesquisa pode ser útil na definição de estratégias que dependam do perfil do consumidor e da demanda por bens e serviços. E destaca ainda sua importância para atualizações das estruturas de ponderação para a inflação, em particular do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC).

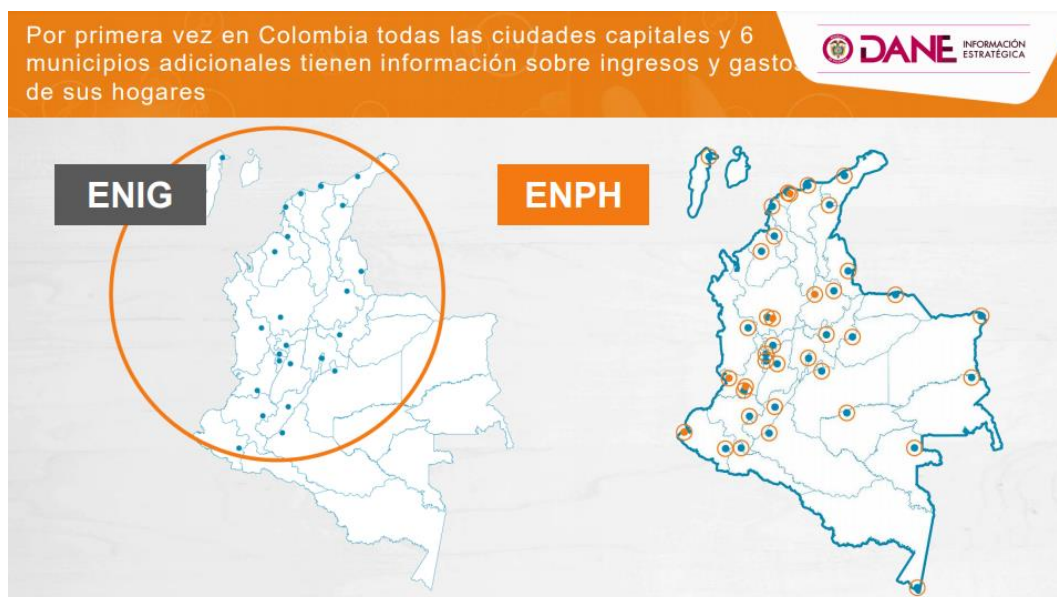
De forma muito similar ao posicionamento brasileiro, para o DANE (2018), a ENPH busca informações sobre o valor e a distribuição dos gastos das famílias colombiana, bem como o valor e as fontes de renda, com o objetivo de permitir a atualização do sistema de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor. Além de buscar conhecer as características e padrões de consumo em áreas urbanas e rurais, possibilitando estimar a pobreza e aventar melhor distribuição da renda familiar.

Conforme sinalizado anteriormente, este estudo considerou comparações no período de dez anos para que ao menos duas coletas pudessem ser confrontadas em cada país, contudo é importante destacar que houve dificuldade para comparar algumas evoluções da Colômbia de forma mais profunda visto que a estrutura de sua aplicação sofreu alterações significativas¹⁹, a saber:

¹⁹ Para mais detalhes, consultar item ANTECEDENTES da *Ficha Metodológica Encuesta Nacional de Presupuestos de los Hogares* (ENPH, 2018).

- Nos anos de 2006 e 2007, a Colômbia aplicava a *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos* (ENIG) que compreendia 25% da amostra utilizada na GEIH;
- Em 2016, especialistas optaram por alterar o nome da pesquisa para ENPH, evitando o termo “renda” com a finalidade para desviar percepções negativas da população, uma vez que a situação política do país era difícil por enfrentar: a reforma tributária, negociações com as FARC, além de experiência adquirida com o Censo Agropecuário que havia sido atrelado ao imposto predial;
- Na última pesquisa (2017) o comitê organizador ajustou também situações operacionais e temáticas, com a inclusão de questões sobre refeições, o refinamento dos itens sobre Rendimento e Trabalho, além da ampliação da cobertura amostral (vide mapa abaixo).

Figura 18 - Comparação da abrangência territorial das pesquisas de 2007 e 2017 - Colômbia



*Resultados Información Estratégica (2018).
 Fonte: DANE (2018).

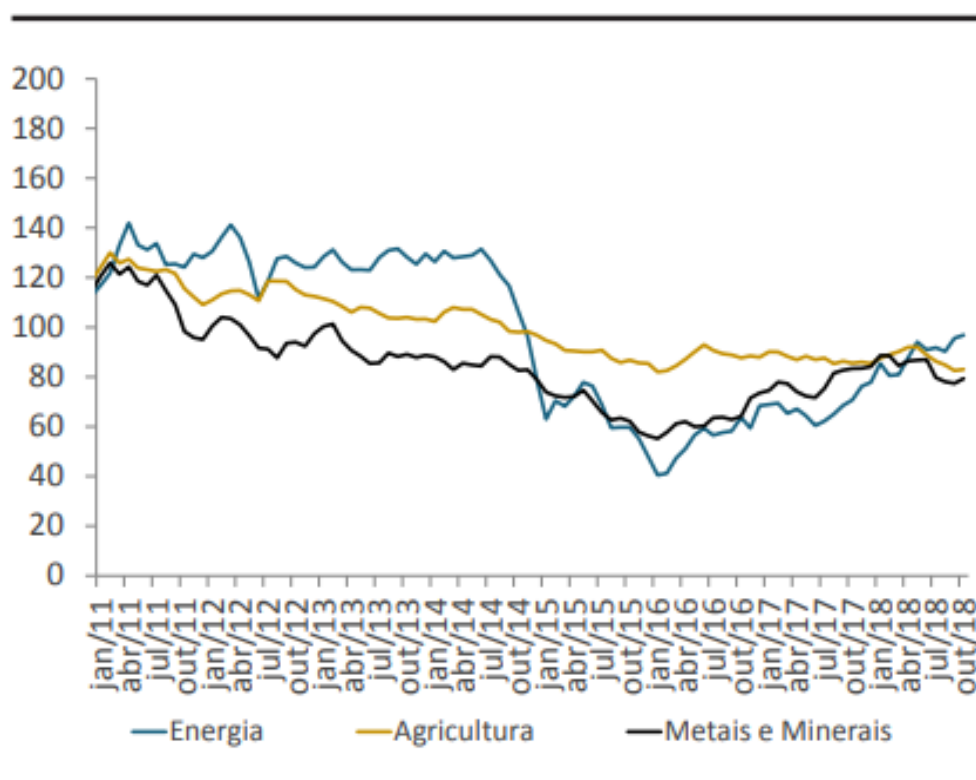
5.1 PRINCIPAIS RESULTADOS – POF BRASIL

A partir dos dados da POF é possível observar alterações que ampliaram ainda mais a desigualdade no Brasil, incluindo persistentes diferenças regionais de Rendimento e Despesas, porém fica evidente também um sólido mercado consumidor, com renda sustentada em algumas classes ou áreas, ainda que a

inflação acumulada no período estudado tenha sido de 77% e instabilidades, políticas do país e econômicas em nível global, tenham prejudicado crescimentos uniformes.

Sobre a conjuntura econômica durante esses 10 anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)²⁰ destaca que os anos de 2007 e 2008 foram marcados por forte crise financeira internacional e arrefecimento da demanda global, implicando em queda nos preços das commodities. Posteriormente o setor recuperou-se, mas veio a ser afetado em 2013 e entre os anos de 2016 a 2018 atuou de modo ainda volátil – reflexo do alto endividamento no período pós-crise com uso da alavancagem nos países avançados, envolvendo todos os setores e especialmente os governos.

Figura 19 - Preço de Commodities – Índice 2010=100



*Dados do Banco Mundial.
Fonte: IPEA (2018).

Particularmente sobre a situação brasileira, Barbosa Filho (2017) argumenta que os anos de 2014 a 2017 foram marcados por crise econômica causada por uma série de choques de oferta e demanda, em decorrência de políticas públicas duvidosas que reduziram a capacidade de crescimento do país e geraram um custo fiscal elevado:

²⁰ Carta de Conjuntura: n. 41, out./dez. 2018 (IPEA, 2018).

Os choques de demanda estão divididos em três grupos. O primeiro engloba o esgotamento da NME (nova matriz econômica) a partir do final de 2014. O segundo choque seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015. O terceiro foi a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central. Além disso, a consolidação fiscal tentada no ano de 2015 possui impacto menor sobre essa recessão devido à sua baixa magnitude e duração (BARBOSA FILHO, 2017, p.51).

5.1.1 Despesas

Na publicação “Primeiros Resultados” do IBGE²¹ para a POF 2017/2018, a primeira distorção regional, entre áreas urbana e rural, pode ser observada no valor da Despesa Total Média Mensal²²: enquanto no país o montante é de R\$ 4.649,03 por família, a situação urbana, quando comparada com o valor nacional, fica 7% maior, e na área rural a despesa média das famílias é 45% inferior.

Já sobre os itens que compõem as Despesas com Consumo, é possível concluir que os três principais fatores de gasto é comum tanto em âmbito local como nacional, sendo Alimentação, Habitação e Transporte somam juntos 72% do consumo das famílias brasileiras, o que representa 58% da Despesa Total. Essa relação de maior consumo dentro dos grupos de Alimentação, Habitação e Transporte ocorre basicamente por abarcarem itens mais essenciais, ou seja, de primeira necessidade da população, e que são consumidos em grande volume.

Ainda na conta Despesas de Consumo, outro item se destaca quando comparado ao longo do tempo. Segundo os dados do IBGE²³, a representatividade de gastos com Saúde cresceu de forma consistente no país, em áreas urbanas e em áreas rurais, para todas as pesquisas realizadas – evolução da representatividade de Assistência à saúde: 4,20% - 1974/1975; 6,50% - 2002/2003; 7,20% - 2008/2009; e 8% - 2017/2018.

Nesta frente, PNUD (2019) e Reich (2016) explicam que os governos possuem compromisso político com o direcionamento de recurso financeiro (assegurando sua

²¹ Primeiros Resultados – Pesquisa de Orçamentos Familiares. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), pela Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento (IBGE, 2019).

²² Termo utilizado na Pág. 38 do Relatório e construído a partir do item Despesa Total. Para a obtenção da despesa total média mensal, são totalizadas as despesas médias mensais classificadas em três grandes grupos: despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo.

²³ IBGE – POF e Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) (IBGE, 2019).

continuidade) para cuidados de saúde universais, mesmo que possuam entre si um leque diverso de sistemas de saúde e de rendimentos – como reserva de parte das contribuições de seguridade social e de imposto de valor agregado no Brasil ou ainda pela priorização orçamentária a este objetivo – sendo necessário que criem condições para que todos tenham acesso a uma vida longa e saudável.

No caso brasileiro, assim como em outros países, partiu-se de uma abordagem gradual para a criação e expansão de programas de cobertura universal de cuidados de saúde. O processo foi iniciado com a oferta de planos de saúde aos funcionários públicos e trabalhadores do setor formal e cobertura às populações pobres e vulneráveis, por meio de sólido compromisso político e engajamento de movimentos sociais. Dentre os países analisados no Relatório da PNUD (2019), um diferencial do Brasil é que ampliou as bases de recrutamento de profissionais de saúde para a expansão dos cuidados de saúde e ofereceu oportunidades mais flexíveis de carreira aos trabalhadores comunitários da área da saúde.

Para que seja possível ter uma dimensão da estrutura de saúde no Brasil, o Relatório destaca que cerca de 25% da população tem plano de saúde privado mesmo havendo o atendimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o desenvolvimento nestes dois níveis realça os desafios para uma gestão das desigualdades, envolvendo provisão e financiamento público e privado de forma paralela com tendência para a aumentar o atendimento em áreas carentes e fortalecer a prestação de serviços de saúde.

Por fim, outra assimetria regional indicada na POF ocorre com o item Alimentação Fora do Domicílio²⁴, a publicação do IBGE aponta que a diferença entre os valores das áreas urbana e rural foi bastante significativa, com o resultado da área urbana 87,1% maior que o da área rural. Contudo, os valores médios, em reais, da despesa com Alimentação no Domicílio apresentaram uma diferença menor – sendo 15,0% maior os valores empenhados pelas famílias residentes em áreas urbanas.

Além dos itens destacados acima que estão previstos nas Despesas de Consumo, vale observar que os gastos com Serviços bancários (contabilizados na conta de Outras Despesas Correntes) aumentou sua representatividade dentro do orçamento das famílias: em 2008 era apenas 0,4% da Despesa Total (R\$ 9,94 / R\$ 2.626,31) e dez anos depois passou a representar 1% desta (R\$ 46,23 / R\$ 4.649,03),

²⁴ Alimentação Fora do Domicílio são refeições realizadas e consumidas fora da residência e incluem almoço e jantar, lanches, bebidas, alimentação na escola, cafés etc. (IBGE, 2011).

o que em valor real²⁵ representa aumento de 162% neste tipo de gasto. A ampliação neste item acompanha o crescimento na linha orçamento familiar alocado para Empréstimos: 1,4% da Despesa Total de 2008 x 2,4% da Despesa Total em 2018 (+164% em valor real).

Contudo é possível observar que a representatividade aumenta de acordo com a faixa salarial indicada na figura 20, destacando-se em classes baixas de até 3 SM e na classe mais rica com mais de 25 SM. Ainda que em valores absolutos tenham divergência, pode indicar maior “bancarização” das famílias, ou seja, inclusão de parte do mercado à produtos e serviços financeiros:

Figura 20 - Representatividade de despesas com Serviços bancários de acordo com a faixa salarial (salários mínimos - SM) das famílias

	Faixa salarial (SM) x Despesas com Serviços bancários em relação à Despesa Total Familiar							Total
	Até 2	2 a 3	3 a 6	6 a 10	10 a 15	15 a 25	Mais de 25	
2018	0,5%	0,6%	0,8%	1,1%	1,1%	1,0%	1,5%	1,0%
2008	0,1%	0,2%	0,3%	0,5%	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%
Aumento	412%	258%	168%	127%	161%	82%	310%	150%

* Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total. IBGE (2011; 2018).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em complemento, segundo o IBGE (2019)²⁶, em 2018 83,3% da população brasileira vivia em famílias que algum membro tinha acesso aos serviços financeiros básicos: 62,2% conta corrente; 55,9% poupança; 49,9% cartão de crédito; e 19,5% cheque especial, indicando que 34 milhões de pessoas ainda precisam ser incluídas no sistema. E 46% dos brasileiros pertenciam a famílias com alguma instabilidade financeira que implicou em atraso de pagamento de pelo menos uma conta fixa mensal – sendo conta de água, eletricidade ou gás a maior parte e apenas 7,8% dos atrasos relativo à prestação de imóvel ou aluguel.

5.1.2 Rendimentos

²⁵ Data inicial = 12/2008 e Data final = 12/2018, ao Índice de correção no período = 1,76812760. Portanto (R\$ 46,23 / R\$ 17,58)-1 = 162%. Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

²⁶ Release: POF 2017-2018: 72,4% dos brasileiros viviam em famílias com alguma dificuldade para pagar suas despesas mensais (IBGE, 2021b).

O orçamento das famílias considera também a ótica das receitas, que incluem valores dos rendimentos recebidos no trabalho, nas transferências governamentais e de renda de patrimônios (como aluguéis de imóveis); e variações patrimoniais (aquisição de imóveis por exemplo). O rendimento adotado na POF é composto por dois grupos principais: os que ocorrem de forma monetária, e os que são não monetária, que é o valor imputado do quanto de renda seria necessário para a aquisição de bens que as famílias fizeram de forma não monetárias.

Conforme observado nos primeiros resultados divulgados pelo IBGE (2019), o Rendimento Total Médio Mensal Familiar é de R\$ 5.426,70 e também neste ponto é possível identificar a distorção entre os mundos urbano e rural, pois o primeiro fica 7% acima da média nacional e o segundo, para a mesma comparação, fica 44% abaixo. Contudo, quando analisado apenas o Rendimento Médio do Trabalho, no Brasil esse valor foi de R\$ 3.118,66, sendo que 69% tem origem em proventos recebidos pelos empregados (assalariados) e 19% pertence a remuneração das pessoas que trabalham por conta própria (autônomos). Vale destacar que o Rendimento Médio do Trabalho em zonas rurais foi R\$ 1.426,33, ou seja, 54% menor que a média do país, e portanto, apresentando uma conotação de maior dependência de ações do governo – fato expresso na figura 21 abaixo.

Figura 21 - Decomposição do Rendimento Familiar

Situação do domicílio	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar							
	Total	Tipos de origem dos rendimentos						Variação patrimonial
		Rendimento total	Rendimento do trabalho	Transferência	Rendimento de aluguel	Outras rendas	Rendimento não monetário	
Valor (R\$)								
Total	5 426,70	5 088,70	3 118,66	1 056,85	89,30	36,99	786,90	338,00
Urbana	5 806,24	5 452,81	3 388,96	1 102,35	99,38	38,48	823,63	353,43
Rural	3 050,49	2 809,09	1 426,33	771,99	26,22	27,65	556,90	241,40
Distribuição (%)								
Total	100,0	93,8	57,5	19,5	1,6	0,7	14,5	6,2
Urbana	100,0	93,9	58,4	19,0	1,7	0,7	14,2	6,1
Rural	100,0	92,1	46,8	25,3	0,9	0,9	18,3	7,9

Fonte: IBGE (2018).

As transferências (19,5% no total do país) incluem aposentadorias e pensões, bolsas de estudos e programas sociais de transferência de renda, contudo o IBGE

destaca a importância de ‘aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)’, com participação de 55,0% dentro do grupo de transferências para o país e de 70% das transferências em áreas Rurais²⁷. Nesta comparação fica evidente a importância da previdência nas áreas rurais, contudo faz-se necessário relembrar ao leitor o peso que esta possui na atual estrutura previdenciária do país e também sua fragilidade regulatória por ser subjetiva nos comprovantes de atividades no campo – indicando oportunidade na regulação e fiscalização.

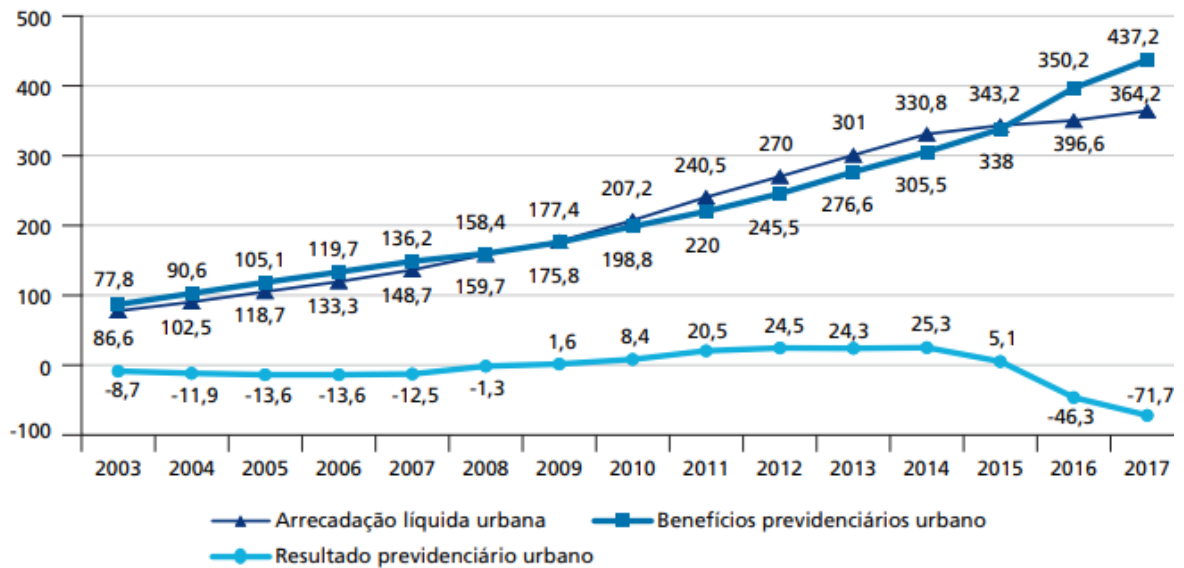
A exemplo, na publicação *Previdência Rural no Brasil* do IPEA, ressalta-se a diferença entre a quantidade de pessoas residentes em área rural com idade acima de 55 anos e a quantidade de benefícios rurais concedidos, 6,2 milhões versus 9,3 milhões, respectivamente, para o ano de 2015. Os dados confirmam também que “grande parte dos benefícios rurais se concentraram no Nordeste, região que engloba 60% da extrema pobreza no meio rural, sendo necessário, portanto, separar o que é política assistencialista do que é planejamento previdenciário de caráter contributivo” (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2018, p. 136). A figura 22 compara a situação previdenciária de áreas urbanas com a de áreas rurais e nela é possível observar que no meio rural, a arrecadação líquida de 2003 a 2016 se manteve bem menor que os dispêndios com os benefícios concedidos.

²⁷ *Previdência Rural no Brasil* - IPEA, agosto de 2018: “No caso dos trabalhadores rurais, a participação na previdência social se dá através da contribuição regular ao INSS ou por meio da seguridade especial, que desvincula a aposentadoria da contribuição compulsória. Nesse último caso, os trabalhadores quinze anos de trabalho e idade mínima de 55 anos de idade para mulheres e 60 anos são obrigados a comprovar o exercício da atividade com pelo menos para homens. Dessa forma, é possível obter a aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo (KRETER; BACHA, 2006)” (IPEA, 2018).

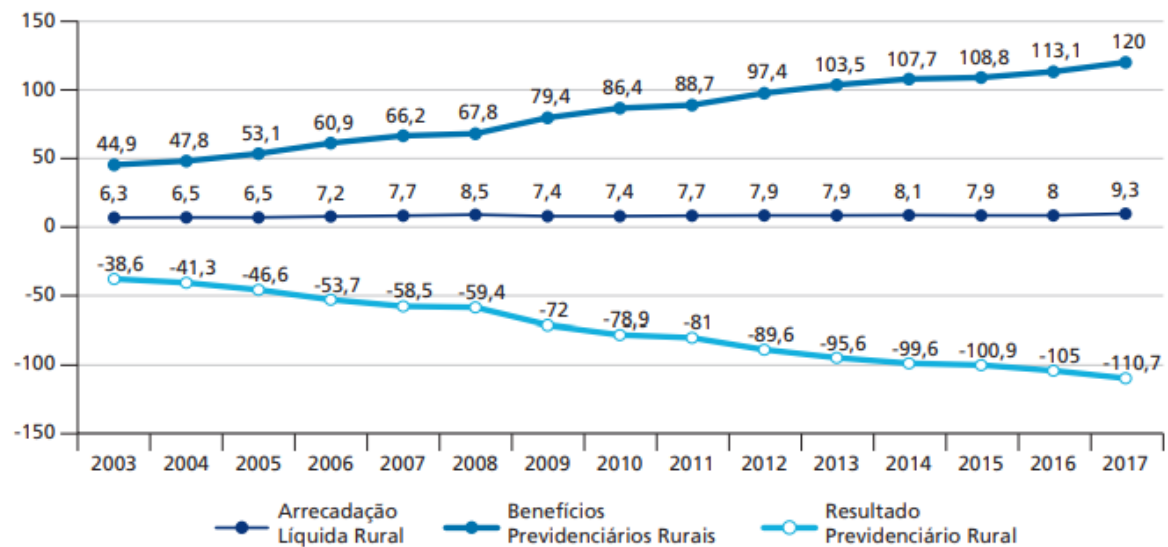
Figura 22 - Comparativo do Sistema de Previdência nas diferentes áreas

Arrecadação, despesa com benefícios e resultado previdenciário urbano (2003-2017)

(Em R\$ bilhões, valores corrigidos pelo INPC)

**Arrecadação líquida, despesa com benefícios e resultado previdenciário rural (2003-2017)**

(Em R\$ bilhões, valores corrigidos pelo INPC)



Fonte: IPEA (2018).

Uma outra forma de verificar a desigualdade brasileira é analisando o resultado da POF com a segmentação por níveis de renda, tanto de forma isolada como atrelado aos indicadores de despesa. Na mesma publicação feita pelo IBGE (Primeiros Resultados de 2018) observa-se que 25% das famílias tinham um orçamento mensal cujas as receitas eram no máximo dois salários mínimos e por possuírem baixos valores recebidos, elas contribuem com apenas 5,5% dos valores registrados no total

do país. Isto significa que, do rendimento médio mensal global de R\$ 5.426,70 apenas R\$ 297,18 vem deste grupo. Em outro extremo, na última classe, estão apenas 2,7% das famílias brasileiras que receberam mais de 25 salários mínimos (R\$ 23.850,00) e este grupo contribui com R\$ 1.080,26 para média global de R\$ 5.426,70. Dessa forma observa-se que este grupo se apropria de quase 20% do montante total recebidos pelas famílias do país.

Por outro lado, a publicação aponta que a distribuição da despesa total é menos concentrada do que a distribuição dos rendimentos recebidos pelas famílias, fato importante para a formulação de políticas públicas e para o combate à pobreza. Os gastos com alimentação na despesa total possuem²⁸ proporcionalmente um peso maior em famílias de menor rendimento, tendo alcançado 22,6% quando os rendimentos foram até R\$ 1.908,00 e 7,6% na classe mais elevada com renda acima de R\$ 23.850,00; já no item habitação, para a classe mais baixa a participação na despesa total foi de 39,2% e, na situação oposta, foi de 22,6%.

No item de transporte essa mesma relação é verificada, no entanto o que chama atenção é o fato das famílias menos abastadas gastarem mais com o transporte público enquanto que as famílias mais abastadas alocam sua despesa de transporte com a aquisição de veículos.

5.2 PRINCIPAIS RESULTADOS – ENPH COLÔMBIA

A partir dos dados da ENPH é possível observar persistentes diferenças regionais de Rendimento e Despesas, principalmente ao segregar os resultados de áreas rurais e mais afastadas, onde o consumo centra-se em itens essenciais como os de alimentação (muitas vezes preparados no próprio lar). Contudo, fica evidente que, no geral, o país possui um mercado consumidor que vem alterando seu perfil nos últimos anos – veja a figura 23. O mercado de trabalho que cresce, permite acesso a itens menos básicos e impõe vida atribulada aos moradores, que passando períodos mais longos longe de casa, ampliam também o consumo de alimentos fora do domicílio.

²⁸ Despesa Total inclui as contas do consumo, das despesas correntes e da classificação outros.

Figura 23 - Mudanças importantes nos hábitos de consumo dos colombianos



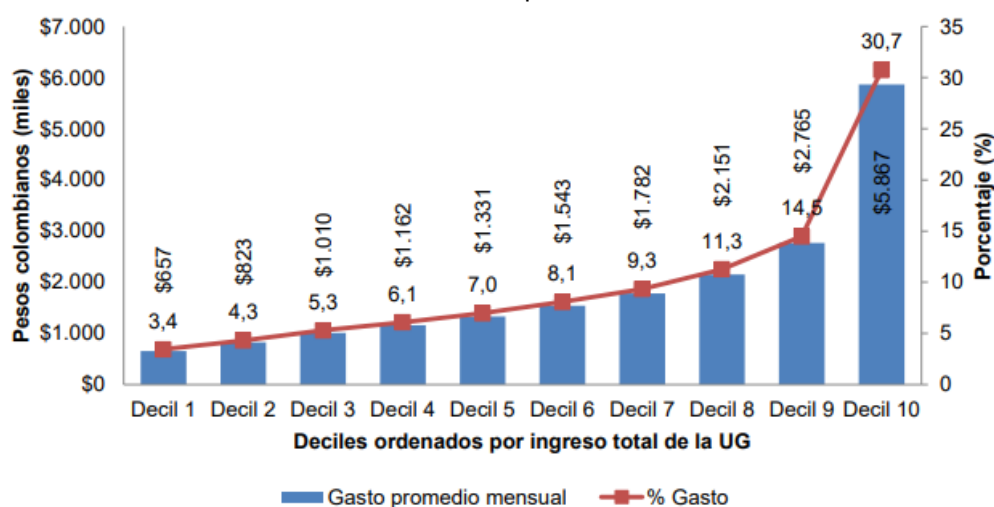
Fonte: DANE (2018).

5.2.1 Despesas

No Boletim Técnico do DANE²⁹ sobre a ENPH de 2017, onde se encontram características gerais da população, domicílios, pessoas, receitas e despesas, é possível verificar que, assim como no caso brasileiro, a desigualdade entre as famílias colombianas é acentuada. Uma forma de evidenciá-la pode ser pela ótica do consumo, pois as que possuem maior poder aquisitivo (estão entre as 10% de maior rendimento) também possuem as maiores despesas, representando 30,7% da despesa média mensal total das famílias da Colômbia, enquanto que as famílias que estão entre os 20% com menor rendimento representam apenas 7,7% destas despesas.

²⁹ Encuesta Nacional de Presupuestos de los Hogares (ENPH, 2018).

Figura 24 - Despesa total mensal da Unidade de Despesa³⁰ por decil de rendimento total da unidade de despesa



Fonte: DANE (2018).

Essa análise do DANE (Figura 24) foi estruturada por decil, em que a amostra pesquisada foi dividida em dez partes iguais de acordo com a ordenação de uma variável específica, a fim de diferenciar os resultados observados entre domicílios com maiores e menores receitas e despesas. O decil 1 contém as famílias com os valores menores e o decil 10 contém as famílias com valores mais altos para a variável em questão.

Já de forma a ampliar o nível de detalhe dessas despesas, na estratificação para dados de 2017 em nível nacional, conclui-se que as maiores despesas estão alocadas nas categorias de Habitação, Alimentos e bebidas e Bens e serviços diversos, que juntas somam 63% dos gastos correntes das famílias. Essas três categorias também eram as de maior representatividade na pesquisa realizada em 2007, porém 6,8% menor, sendo que todas tinham menor representatividade.

Para esse mesmo tipo de comparação também é possível evidenciar a desigualdade do país, pois as áreas rurais e mais distantes, possuem esses 3 componentes representando 72% das despesas domiciliares, sendo que o maior peso está associado ao grupo de Alimentos e bebidas com 31,2% dos gastos nessas regiões contra 15,9% no indicador país, por outro lado a vida em regiões rurais possui

³⁰ Unidade de Gasto: pessoa ou grupo de pessoas que cuidam de suas próprias despesas, que compartilham habitação e possuem um fundo comum para atender às suas necessidades essenciais (despesas com alimentação, serviços de habitação, equipamentos e outras despesas domésticas). A unidade de despesa pode ser equivalente à família, conforme definido, ou uma família pode ser composta por várias unidades de gastos (excluindo aposentados, trabalhadores e o serviço doméstica e seus filhos) (DANE, 2018).

um custo de Habitação 5 p.p. menor ao apresentado no país como um todo. Na figura 25 a seguir é possível dimensionar de forma monetária o impacto mensal médio de cada grupo de consumo no orçamento das famílias.

Figura 25 - Gasto corrente médio da unidade de consumo – total nacional 2016/2017 (em Pesos Colombianos)



Fonte: DANE (2018).

É importante destacar que medidas de desigualdade baseadas em dados de orçamento, coletados via pesquisas domiciliares, subestimam a magnitude do fenômeno. Conforme destacado pela CEPAL no Relatório Panorama Social de America Latina (2017, p.46), as pesquisas de orçamento muitas vezes não captam adequadamente as famílias de renda alta, seja por problemas na coleta ou na cobertura. Tal fato é retratado na literatura especializada como "truncamento" e especialistas tem utilizado informações de registros fiscais e contas nacionais dos países desenvolvidos para medir a desigualdade, porém para a América Latina essas medições ainda são raras e a tendência tem sido utilizar o indicador do percentual de renda capturada pelos 1% ou 10% mais ricos ou índice de Gini corrigido.

Sobre o agrupamento de Serviços Financeiros (cód. 126), importante para dimensionar a inclusão das famílias no sistema bancário e financeiro do país, observou-se que em 2007 representava 9,3% da Despesa Total – especificamente sobre tarifas de cartão de crédito, conta corrente e cheques, a representatividade era

de apenas 0,3%. Contudo em 2017 os Serviços Financeiros passou a representar 6,5%, não sendo possível indicar o subitem responsável uma vez que a divulgação da tabela³¹ foi descontinuada. Assim, no subcapítulo 5.3 a comparação entre Brasil e Colômbia será apresentada por meio de outro indicador comum entre eles (ainda que menos robusto).

5.2.2 Rendimentos

A desigualdade de despesas comentada no item anterior também fica evidente pelo prisma de rendimentos, ainda que apenas essa observação não seja suficiente para determinar o tamanho da disparidade, um cenário crítico existe nesses dois países e é apontado no site do *World Inequality Database* (WID.world), atualmente uma das principais fontes sobre este tema e que nasceu em 2011 com o objetivo de fornecer acesso gratuito a todas as séries existentes de concentração de renda de 30 países:

Figura 26 - Rendimento nacional antes de impostos detido por determinado grupo percentil



Fonte: *World Inequality Database* (2019).

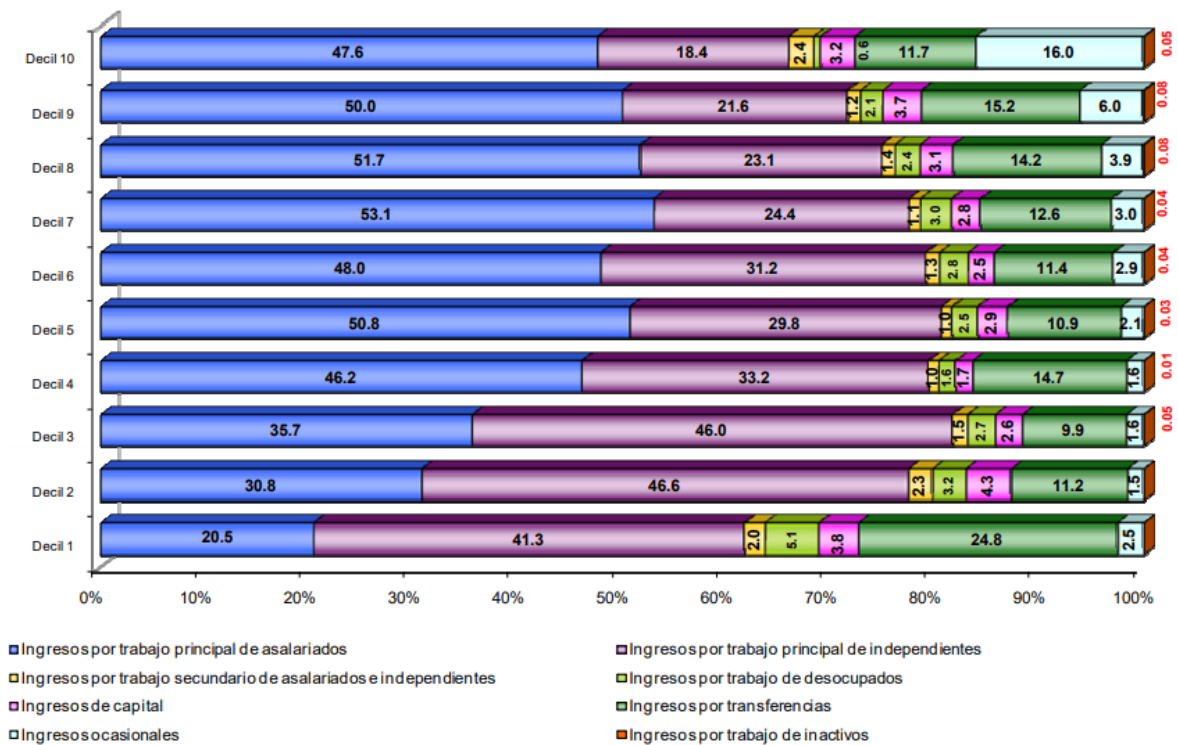
³¹ Tabelas Total Nacional (DANE) - *Gasto total mensual y promedio por hogar y por persona, según clasificación del gasto (artículo bien o servicio)*.

³² O rendimento nacional antes de impostos é a soma de todos os fluxos de rendimentos pessoais antes de impostos que acumulam para os proprietários dos fatores de produção, trabalho e capital, antes de aplicar o imposto / transferência, mas depois considerar o funcionamento de sistema de pensões. A população é composta por indivíduos com mais de 20 anos. A unidade básica é o indivíduo (e não a família), mas os recursos são divididos igualmente entre os casais (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2019).

Os dados da ENPH de 2017 indicam que quase 40% do rendimento total da Colômbia ficou concentrado em 10% dos domicílios ordenados pelos maiores rendimentos e, em contraponto, outros 20% dos domicílios ordenados pelos menores rendimentos receberam apenas 3,8% do rendimento total do país. A forma de ganho que mais se destaca é a que se dá por meio de salários do trabalho principal, que representa 48% da renda dos domicílios, seguida de transferências (subsídios, doações etc.) que representa 15%. E embora nas áreas rurais ou distantes essas duas formas de ganho também tenham alta representatividade, ambas são menores, 40% e 12%, respectivamente.

Para 2007 a divulgação desta análise foi estruturada por decil, de modo que comparar o resultado geral do país em 2017 fica inviável utilizando apenas os resultados preliminares:

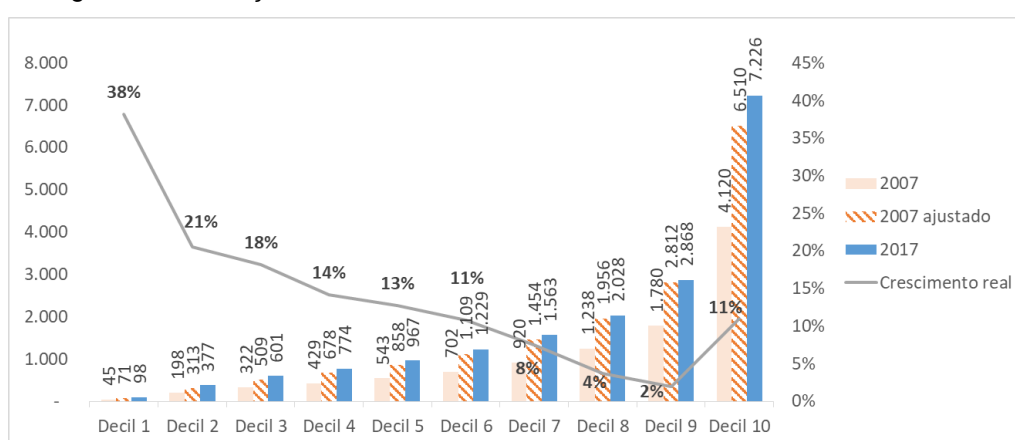
Figura 27 – Distribuição dos domicílios segundo tipo de renda e ordenados pelo rendimento total (decil) – 2006/2007



Fonte: DANE (2009).

Embora a inflação no período de 2007 a 2017 não tenha sido baixa, cerca de 58% para os 10 anos segundo dados compilados pelo *Banco de la República*³³ (Banco Central colombiano), o rendimento monetário médio dos domicílios aumentou para todos os níveis, sendo em maior escala para os lares menos abastados (representados nos decis 1 a 6) e para os mais abastados (representados no decil 10), de forma que 10 anos não foram suficientes para minimizar o rendimento desigual entre os diferentes grupos – vide figuras 28 e 29.

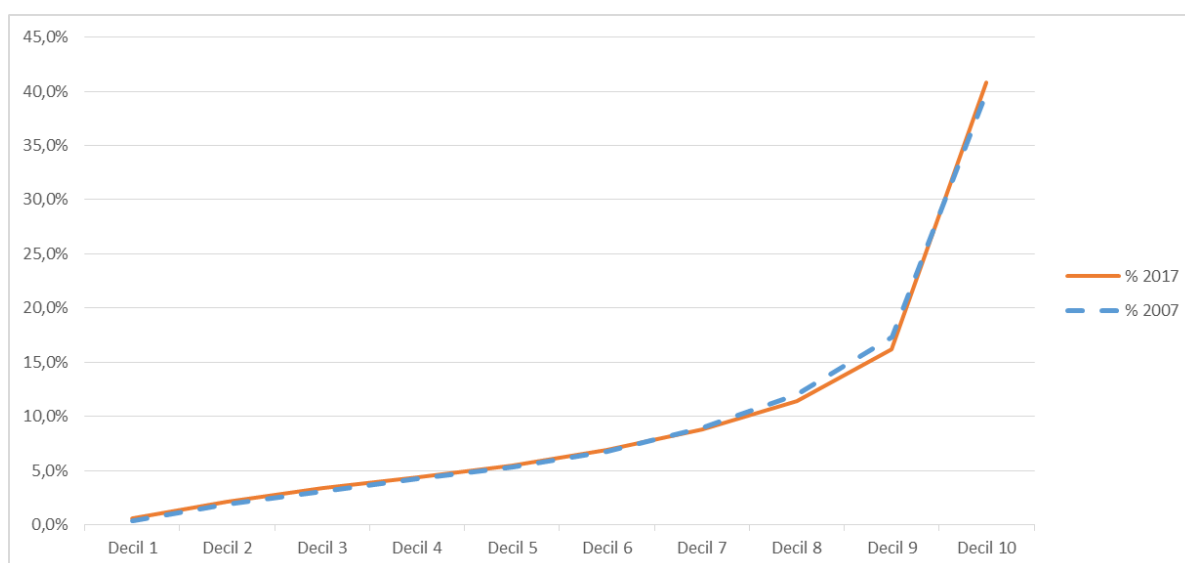
Figura 28 - Evolução do rendimento corrente monetário mensal médio do domicílio



* Decil ordenado por rendimento corrente monetário disponível no domicílio. 2007 ajustado = rendimento médio corrigido pela inflação do período (58%).

Fonte: DANE (2009; 2018). Reproduzido pela autora (2022).

Figura 29 - Porcentagem do rendimento total do país em cada decil



* Decil ordenado por rendimento corrente monetário disponível no domicílio.

Fonte: DANE (2009; 2018). Reproduzido pela autora (2022).

³³ 1.2.5. Serie histórica_ periodicidad mensual do Banco de La República (2022).

Acerca das diferenças de renda existentes na Colômbia e também como forma de associá-las ao risco envolvido, destacam-se os apontamentos feitos pelo PNUD no Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2019)³⁴:

- Em países com um grau elevado de desigualdade de rendimento, a associação entre o rendimento dos pais e o dos seus filhos é mais forte. Isso significa, de forma bastante simplificada, que existem poucas chances de que o filho que nasce em uma família pobre consiga ter maiores rendimentos que seus pais quando crescer – a mobilidade intergeracional do rendimento é inferior em países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano;
- Essa correlação positiva entre a ‘desigualdade de rendimento superior’ e a ‘menor mobilidade intergeracional ao nível do rendimento’ é conhecida como Curva do “Grande Gatsby”;
- A inovação apresentada é que também se verifica essa correlação com indicador da desigualdade no desenvolvimento humano, embora não implique necessariamente em causa e consequência. “Quanto maior for a desigualdade no desenvolvimento humano, maior será a elasticidade intergeracional ao nível do rendimento” (PNUD, 2019, p.27), ou seja, menor será a mobilidade.

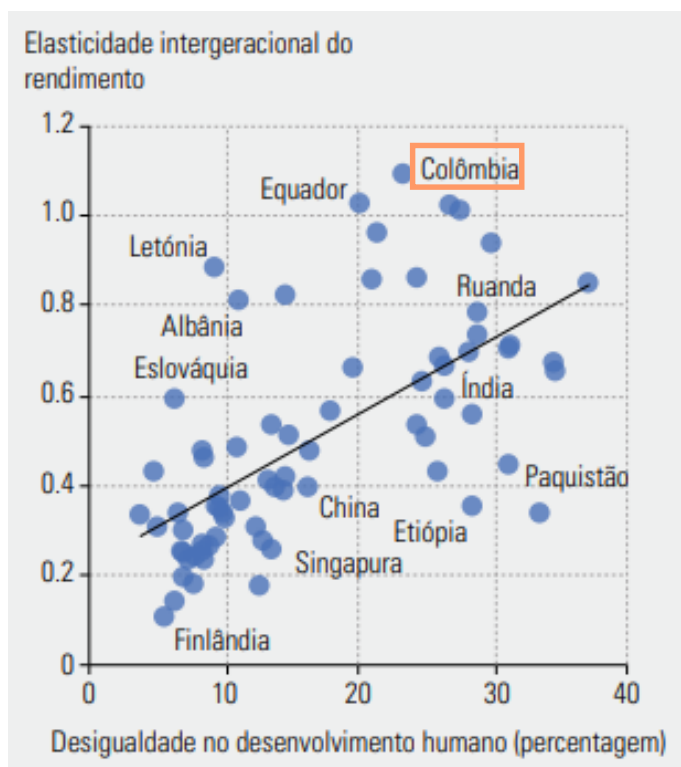
O PNUD explica que “quando os grupos de elite podem moldar as políticas em proveito próprio e dos seus descendentes, isso reproduz a acumulação de rendimentos e oportunidades no topo. Um grau elevado de desigualdade de rendimento está, deste modo, relacionado com uma menor mobilidade” (2019, p. 90). Esse modelo cria barreiras à capacidade dos indivíduos de melhorarem sua condição socioeconômica, assim oportunidades acabam sendo determinadas pelos incentivos e pelas instituições que interagem enquanto fatores subjacentes à Curva do “Grande Gatsby”.

Na figura 30, a desigualdade no desenvolvimento humano é medida pela perda percentual no valor do Índice de Desenvolvimento Humano devida à desigualdade em

³⁴ Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. É uma análise independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento. Abrange documentos de investigação e de artigos de opinião e análise sobre o desenvolvimento humano encomendados, tendo em vista a elaboração do Relatório.

três frentes: rendimento, educação e saúde. Quanto maior for a elasticidade do rendimento intergeracional, mais forte será a associação entre o rendimento dos pais e o dos filhos, refletindo uma menor mobilidade intergeracional, e também maior a desigualdade no Desenvolvimento Humano.

Figura 30 - Nova abordagem da Curva do “Grande Gatsby” Mobilidade intergeracional do rendimento x Desigualdade no desenvolvimento humano



Fonte: PNUD (2019).

5.3 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COLÔMBIA

A pesquisa de domicílios permite estudar a divisão dos gastos das famílias com segmentações de classes de renda e regiões e, com isso, é possível mensurar as disparidades regionais entre as áreas urbana e rural, mapear o volume das transferências e ainda identificar a formação de mercado consumidor para grupos de produtos e serviços. Como as pesquisas do Brasil e da Colômbia possuem uma estrutura básica similar, foi possível comparar seus resultados, como os que estão em destaque nesta seção.

A primeira observação refere-se às características gerais das famílias, tamanho da amostra selecionada e quantidade de pessoas por domicílio. É possível observar que a Colômbia fez um forte movimento para controle de natalidade nos últimos 10 anos em todo seu território, seja como resultado de políticas públicas, por facilidade no acesso à informação (assuntos que caberiam análises adicionais) ou migração de população, pois tanto em locais urbanos quanto em rurais a taxa média de pessoas por unidade familiar caiu (Tabela 1). Outro fator que também aponta essa situação é a taxa de fecundidade total (por mulher), consolidada pelo Banco Mundial³⁵ para os anos de 2011 e 2018, enquanto as taxas mundial (2,5 x 2,4) e a brasileira (1,8 x 1,7) caíram aproximadamente 3%, na Colômbia a queda foi de ~8% (de 2,0 para 1,8).

Tabela 1 - Características gerais das famílias

RESIDENTES NO DOMICÍLIO - tamanho médio das famílias (pessoas)				
	COLÔMBIA		BRASIL	
	2007	2017	2008/2009	2017/2018
Total	3,9	3,3	3,3	3,0
Urbana	3,8	3,3	3,2	3,0
Rural	4,5	3,5	3,6	3,2
DADOS AMOSTRAIS - volume pesquisado				
	COLÔMBIA		BRASIL	
Domicílios	60.000	87.201	55.970	57.920
Residentes	234.000	291.950	184.701	178.431

*Estimativa

* Em 2007 a subamostra de gastos da Colômbia corresponde a 25% de amostra total da pesquisa Gran Encuesta Integrada de Hogares³⁶.

Fonte: IBGE (2008; 2018) – dados POF 2008 e 2018 e DANE (2009; 2018) – dados ENPH 2017 e ENIG 2007. Elaborado pela autora (2022).

Adentrando a análise em temas orçamentários, quando a conta de Despesa Total é segmentada (Tabela 2), é possível observar que tanto Brasil como Colômbia mantiveram a distribuição/representatividade dos grandes componentes ao longo dos dez anos, sendo necessário um destaque para o Consumo em áreas rurais ou longínquas da Colômbia que foi reduzido quase que na mesma proporção em que

³⁵ *World Development Indicators - Fertility rate, total (births per woman), series SP.DYN.TFRT.IN / SP.DYN.TFRT.IN / SP.DYN.TFRT.IN (THE WORLD BANK, 2021b).*

³⁶ O resumo dos resultados e informações básicas sobre a amostra podem ser consultados aqui: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/condiciones_vida/ingresos_gastos/Presentacion_resultados_boletin.pdf. Há ainda um outro documento que especifica o tamanho da amostra em 42.733 domicílios com informações coletadas – disponível em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/condiciones_vida/ingresos_gastos/boletin_ingresos.pdf.

aumentou o item Outras Despesas. Essa situação acontece em decorrência de aumento no gastos de seguros e sobretudo com verbas direcionadas para a proteção social:

Para garantizar la igualdad de oportunidades y brindar unas condiciones mínimas de servicios sociales, mediante la Ley 789 de 2002, se definió el Sistema de Protección Social (SPS) como el conjunto de políticas públicas orientadas a disminuir la vulnerabilidad y a mejorar la calidad de vida de los colombianos, especialmente de los más desprotegidos. Desde entonces, el sistema incluyó las intervenciones públicas y privadas para asistir a las personas, los hogares y las comunidades a mejorar su manejo del riesgo y proporcionar apoyo a quienes se encuentran en situación de pobreza para que logren superarla (COLOMBIA, 2022b, p.268)³⁷.

Tabela 2 - Segmentação da Despesa Total

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS

BRASIL	2008/2009			2017/2018		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Despesas de Consumo	81%	81%	87%	81%	81%	85%
Outras Despesas	11%	11%	5%	12%	12%	7%
Aumento de Ativo	6%	6%	5%	4%	4%	5%
Diminuição do Passivo	2%	2%	2%	3%	3%	4%

COLÔMBIA	2007			2017		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Despesas de Consumo	79%	78%	92%	78%	77%	84%
Outras Despesas	6%	7%	3%	9%	9%	11%
Aumento de Ativo	6%	6%	2%	8%	9%	3%
Diminuição do Passivo	9%	9%	3%	5%	5%	2%

Fonte: IBGE (2011; 2018) – dados POF 2008 e 2018 e DANE (2009; 2018) – dados Total Nacional ENIG 2007, quadro 19 e Total Nacional ENPH 2017, quadro 13 Clase_Nacional. Elaborado pela autora (2022).

Pode-se associar a este fato os esforços que o governo vem fazendo nos últimos anos para elevar o grau de formalização no mercado de trabalho, com integração em sistemas, flexibilizações e controles mais rigorosos – a taxa de informalidade, mensurada pelo DANE e contabilizada nos Planos Nacional de Desenvolvimento de 2014/2018 e 2018/2022, são: 2012 = 69,1%, 2014 = 65,6% e 2018 = 63%, porém de forma bastante desigual em áreas rurais (Figura 31). Para o

³⁷ Plan Nacional de Desarrollo 2014-2018, Colombia (COLOMBIA, 2022).

Brasil o cenário é menos promissor, embora em patamar menor que o da Colômbia, durante o período em análise seu índice de informalidade³⁸ ficou praticamente constante: 2012 = 41,5%, 2014 = 39,1% e 2018 = 41,5%.

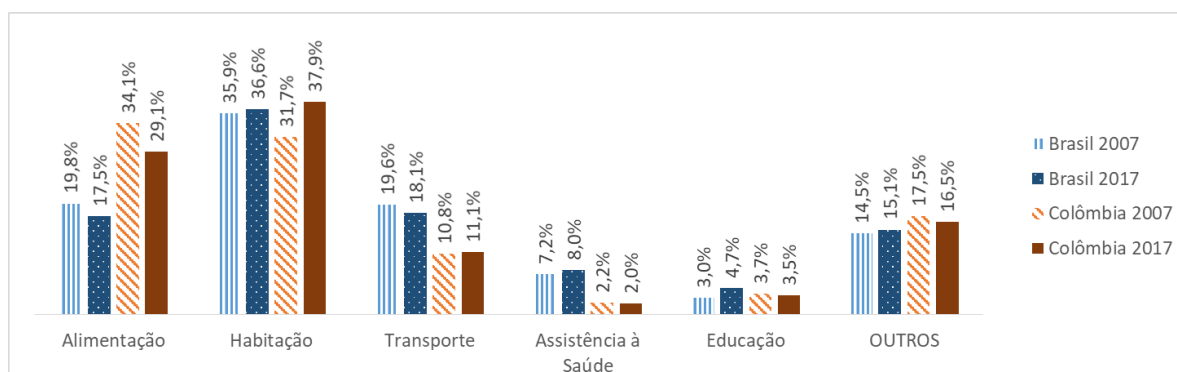
Figura 31 -Taxa de informalidade por região



Fonte: DANE (2018).

No que se refere à evolução dos principais componentes das Despesas de Consumo (Figura 32), as maiores mudanças ocorrem nos gastos de famílias colombianas para os grupos Alimentação, com queda de 5 p.p. puxada por itens como legumes, leite e derivados, pão e carne; e Habitação com elevação de 6 p.p. puxada pelos itens de aluguéis. Já no Brasil, para os dez anos de análise, os grupos de consumo não tiveram tanta alteração da representatividade.

Figura 32 - Principais componentes das Despesas de Consumo



Notas: i. para que fosse possível fazer a comparação, houve um reagrupamento das Despesas das Famílias colombianas e os itens não relativos ao consumo (123 *Efectos personales*, 124 *Proteccion*

³⁸ Dado obtido a partir da Taxa de formalização (%), divulgada pelo IBGE em indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, com indicação do coeficiente de variação, segundo nível de instrução, sexo e cor ou raça (IBGE, 2021a).

social, 125 Seguro, 126 *Servicios financieros* e 127 *Otros servicios* - Tabelas 19 e 13) foram excluídos – vide Anexo D.

ii. Categoria “Outros” inclui categorias como Vestuário, Cuidados Pessoais, Recreação e Cultura, Tabaco, dentre outros.

* Dados IBGE (2011; 2018). DANE (2018) – ENPH 2017 Total Nacional, quadro 13 Divisão e Grupo e ENIG 2007 Total Nacional, quadro 19 Divisão e Classe.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dentro do grupo Alimentação vale atenção para as despesas com alimentação fora do domicílio, embora com pequenas variações ao longo do tempo nos dois países, o hábito de vida regional reflete bastante neste item, pois as áreas rurais e mais afastadas possuem baixo consumo fora do domicílio nos dois países, ainda que na situação brasileira tenha ocorrido um aumento de 6 p.p. para este subitem na tabela 3:

Tabela 3 - Despesa média com alimentação fora do domicílio

	2007			2017		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
BRASIL - Em Real	131,33	144,69	58,94	215,96	230,76	123,32
Representa sobre o grupo alimentação	31%	33%	18%	33%	34%	24%
COLÔMBIA - Em COP	221.497,28	222.164,54	136.354,54	296.756,31	285.355,88	85.451,00
Representa sobre o grupo alimentação	31%	35%	13%	33%	38%	11%

Nota: Valores nominais, sem ajuste de inflação. O valor gasto com este item pelas famílias na Colômbia foi contabilizado apenas para aquelas que tiveram consumo fora do domicílio. A representatividade para os dois países é o valor desembolsado fora do domicílio sobre o valor total da despesa com o grupo Alimentação, independentemente da quantidade de domicílios que tenham praticado tal fato.

* Dados IBGE (2011; 2018). DANE (2018) – Total Nacional ENIG 2007, quadro 19 Classe e Total Nacional ENPH 2017, quadro 13 Clase_Nacional.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ainda nos dados sobre Despesas, é possível observar que a despesa média mensal familiar no Brasil ficou praticamente inalterada quando se compara os dois períodos extremos, valores de 2007 atualizados pela inflação³⁹. Mais uma vez a

³⁹ A atualização de inflação considera: Colômbia ~58% com base em cálculo a partir das taxas mensais divulgadas pelo *Banco de la República* e Brasil ~77% com base na calculadora do Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022a).

diferença regional aparece tanto para Colômbia como para Brasil, com diferença em torno de 50% entre os gastos de regiões urbanas e rurais/distantes.

Por outro lado, na tabela 4 aparece uma nova informação, a desigualdade de renda e despesa entre os dois países aparecem também próximo de 50% e chegando a quase 60% para áreas rurais, de modo que a diferença supera o “nível local”.

Tabela 4 - Despesas e Rendimentos dos países

DESPESA MÉDIA MENSAL FAMILIAR							
	2007 (ajustado à inflação no período)			2017			2017 x 2007
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Brasil (Real)	4.643,65	5.044,70	2.470,59	4.649,03	4.985,39	2.543,15	0,1%
Colômbia (COP)	2.040.172,37	2.351.235,32	875.068,63	1.909.139,07	2.163.433,93	976.010,58	-6,4%
Colômbia (Real)	2.265,00	2.610,34	971,50	2.123,09	2.405,88	1.085,39	-6,3%
Custo de vida Colômbia x Brasil	-51%	-48%	-61%	-54%	-52%	-57%	
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR							
	2007 (ajustado à inflação no período)			2017			2017 x 2007
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
BRASIL (Real)	4.936,31	5.439,48	2.647,25	5.426,70	5.806,24	3.050,49	9,9%
COLÔMBIA (Peso)	2.193.235,92	2.499.762,24	1.045.124,18	2.250.603,69	2.545.118,11	1.169.890,49	2,6%
COLÔMBIA (Real)	2.434,93	2.775,24	1.160,30	2.498,62	2.825,59	1.298,81	2,6%
Rendimento Colômbia x Brasil	-51%	-49%	-56%	-54%	-51%	-57%	

Nota: Inflação Colômbia = 58%; Inflação Brasil = 77%. Câmbio ao valor de 31/12/2017, 1 BRL-Brasil=901 COP-Colômbia⁴⁰.

* POF/IBGE; IPCA/Banco Central do Brasil; IPC/Banco Central da Colômbia; e ENPH/DANE. Despesa Média Familiar Colômbia = Despesa Total / Total Domicílios.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Corroborando os diferentes custos existentes nos países, na figura 33 é possível observar a relação destes para um mesmo bem (Índice BigMac):

⁴⁰ Conversão cambial para período do passado com dados atualizados até atualizado até 20/12/2017 (FXTOP, 2017).

Figura 33 - Índice BigMac Dez/21 - Moeda dos países x Dólar para o bem em comum



Fonte: *The Economist* (2022).

Tal desigualdade entre os países pode também ser reforçada com a decomposição das amostras de domicílios por nível de rendimento (Tabela 5), pois famílias com até 2 salários mínimos representam cerca de 60% na pesquisa da Colômbia e pouco mais de 20% na pesquisa do Brasil:

Tabela 5 - Nível de renda da amostra

	Ano	TOTAL	Até 2 SM	2 A 3 SM	3 SM >
BRASIL	2017	100%	24%	19%	58%
	2007	100%	22%	17%	61%
COLÔMBIA	2017	100%	61%	16%	23%
	2007	100%	61%	14%	25%

* IBGE (2011; 2018), famílias por classe de rendimento. DANE (2009) – Total Nacional ENIG 2007, quadro 1 e Total Nacional ENPH 2017, quadro 1.

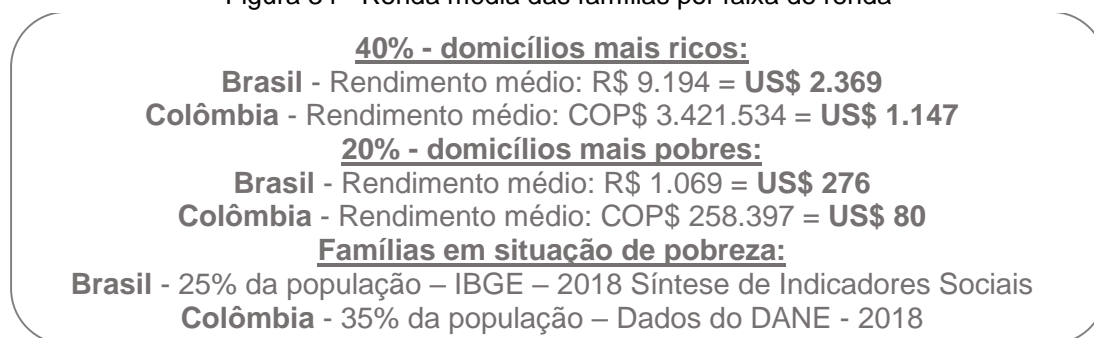
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na tentativa de tornar a análise de rendimento um pouco mais próxima da realidade, tendo em vista as desigualdades apontadas acima, os dados a seguir (vide figura 34) mostram uma comparação para os domicílios 40% mais ricos e 20% mais pobres em cada um dos países, para rendas convertidas ao US\$ em câmbio da época (dez/17 e dez/18):

- Na parcela dos domicílios mais ricos: a Colômbia possui uma média de rendimento ~50% mais baixa que o Brasil;
- Na parcela dos domicílios mais pobres: a Colômbia possui uma média de rendimento ~70% mais baixa que o Brasil;
- Sobre as distâncias existentes entre a remuneração dos 'mais ricos e os mais pobres': na Colômbia a renda média dos domicílios mais ricos equivale a 14,33

vezes a renda dos mais pobres; no Brasil a mesma comparação é de 8,58 vezes – tal desigualdade fica em linha com as análises da OCDE em *How to Promote Social Mobility*.

Figura 34 - Renda média das famílias por faixa de renda



* POF/IBGE 2018, dados trabalhados em sistema R. Dados: DANE (2018).
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

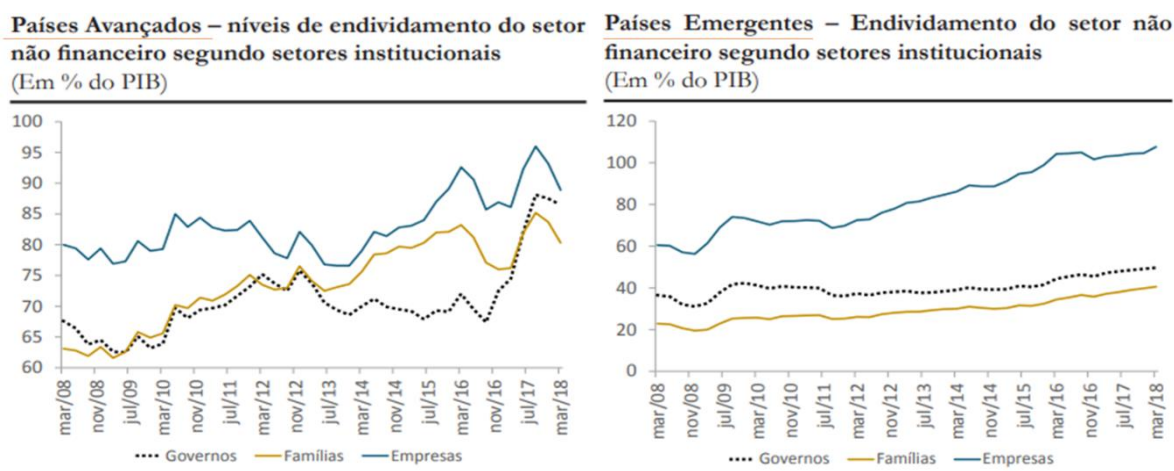
No decorrer da pesquisa foi possível comprovar as diferenças sociais internas de cada país e também as diferenças entre os países, evidenciando principalmente as distorções existentes em áreas rurais, porém, neste tópico sobressai o fato de que a Colômbia continua menos desenvolvida que o Brasil. Os avanços que ela vivenciou nos dez anos analisados são importantes para sua estruturação social e econômica, porém são insuficientes para romper o ciclo desigualdade no país, sendo necessário que o governo revise suas políticas públicas ou dê maior celeridade nos planos atuais.

Em convergência a esta situação, é possível entender que há espaço para melhoria com ações de transferência de renda⁴¹, pois em 2017 este quesito representava 20% do rendimento das famílias brasileiras em contraposição a 16% nas famílias colombianas. E outra possibilidade, um pouco mais conservadora em relação a uma política pura de transferência de renda, seria ampliar acesso ao crédito para famílias ou empreendedores individuais, conforme estudo do IPEA⁴² vide figura 35, pois na comparação do endividamento das famílias em países avançados versus países emergentes os níveis são distantes entre si:

⁴¹ Dados POF 2017 (IBGE, 2018) e ENPH 2017 (DANE, 2018).

⁴² Carta de Conjuntura: n. 41, out./dez. 2018 (IPEA, 2018).

Figura 35 - Nível de endividamento

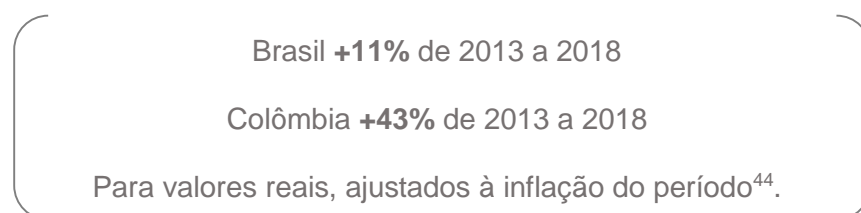


* Grupo de Conjuntura – IPEA, 4º trimestre de 2018.

Fonte: IPEA (2018).

Além das restrições de crédito às famílias e das barreiras impostas por economias com alta informalidade, de acordo com o *Global Findex*⁴³ 2017 cerca de 60% dos que não possuem uma conta informaram que um dos principais motivos é porque os custos de serviços financeiros são muito elevados, mostrando a necessidade de fornecer serviços bancários mais baratos às populações mais pobres. Deve-se, no entanto, ressaltar que tanto Colômbia como Brasil percorrem um caminho no sentido de ampliação de crédito e inclusão das pessoas no mercado financeiro, vide dados das figuras 36 e 37.

Figura 36 - Evolução da Carteira de Crédito - operações de crédito ao setor privado

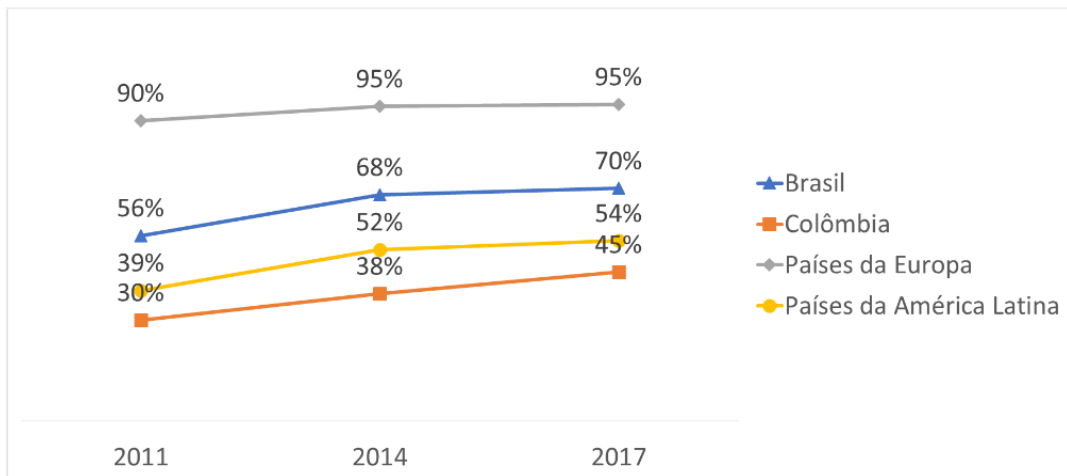


Fonte: *Banco de la República* (2019) e Banco Central do Brasil (2022b). Elaborado pela autora (2022).

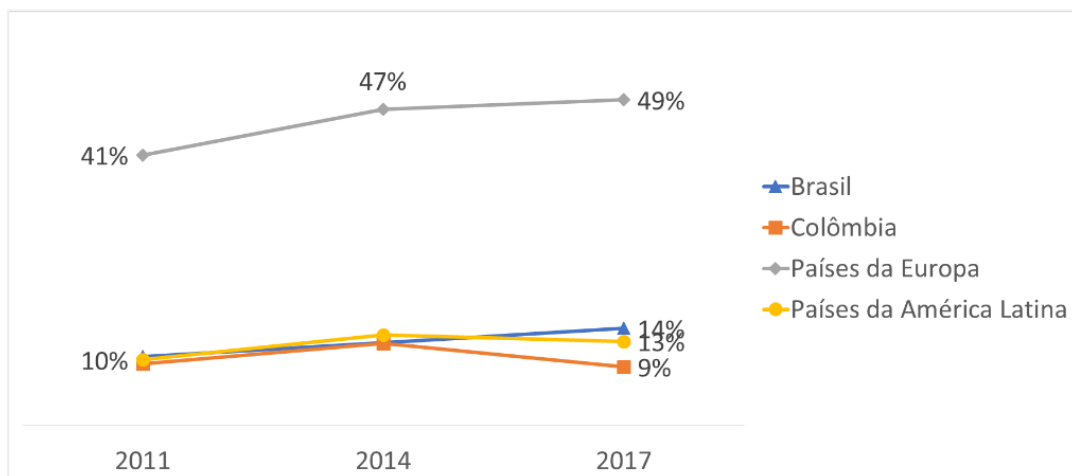
⁴³ *Global Findex* - Índice desenvolvido em 2011 pelo Banco Mundial em parceria com a Fundação Bill e Melinda Gates para comparar o grau de inclusão financeira dos países avaliando 150 mil pessoas em 140 economias (DEMIRGÜÇ-KUNT et al., 2018).

⁴⁴ *Banco de la República, Inflación anual de 2013 a 2018 = 29%*. Banco Central do Brasil, correção do valor via calculadora oficial = 34,91%. Saldo das operações de crédito ao setor privado indicados no figura 36.

Figura 37 - Inclusão Financeira de pessoas com 15 anos de idade ou mais
Pessoas que afirmaram possuir conta em alguma instituição financeira no último ano



Pessoas que afirmaram ter uma poupança em uma instituição financeira - último ano



*Dados *Global Findex* do ano de 2017 - Demirgüç-Kunt et al. (2018).

Dados: Elaborado pela autora (2022).

Ainda sobre este tema, Cano et al. (2015), entende que os índices de inclusão financeira devem ser vistos com cautela uma vez que geralmente mensuram pessoas que possuem determinado produto bancário (ex: conta corrente, conta poupança etc.), mas não significa que essas pessoas utilizem efetivamente tais produtos. Em seu entendimento a “bancaização” pode ser relacionada a possuir um produto financeiro, mas a “inclusão financeira” deveria considerar pessoas que possuem um ou mais produtos financeiros e o(s) utiliza(m) efetivamente. Ressalta inclusive que essas medidas possuem distorções dentro da população colombiana destacando que o setor rural e grupos populacionais mais vulneráveis são os mais desatendidos, assim como comentado nos capítulos anteriores desta dissertação.

Embora ainda não em patamar suficiente, na experiência brasileira o movimento de “bancarização” demonstrada na figura 37 se deu com o aumento da oferta de produtos específicos destinados à população de baixa renda e com a ampliação da cobertura geográfica, incluindo municípios desassistidos pelo sistema financeiro tradicional, ao adotar meios como banco postal e correspondentes bancários. Houve o entendimento geral de que a redução da pobreza passa por adoção de estratégias de intervenção regional para desenvolvimento do local e inclusão, em conjunto com ações de ampliação de crédito e consumo às populações marginalizadas (BARONE; SADER, 2008).

Neste aspecto deve-se considerar a abordagem do capítulo 4, pois ainda que exista esse esforço do governo o maior acesso ao crédito às famílias, permanece distante em ofertar produtos bancários, que vão além da conta corrente, às famílias mais dependentes do PBF⁴⁵.

⁴⁵ Essa questão vem sendo revisada pelo governo brasileiro recentemente, com a publicação da Lei 14.431/22 que liberou operações em consignação para beneficiários do Auxílio Brasil (novo nome do PBF). Mas manteve essas famílias distantes do Crédito Caixa Tem – microcrédito destinado para os clientes do aplicativo Caixa Tem.

6 A IMPORTÂNCIA DO CONSIGNADO PARA AS FAMÍLIAS

Neste capítulo aborda-se o Crédito Consignado como importante opção para as famílias, seja como auxílio na substituição de dívidas de custo mais elevado como em possibilitar mais consumo ou apoio a gastos emergenciais, uma vez que é um recurso de livre utilização para quem o obtém. Também será apresentado seu contexto em ambos os países, semelhanças e pontos de divergência. Deve-se considerar que esse crédito possui regulamentação específica no Brasil e na Colômbia e que, por isso, geralmente amplia ou é reduzido de acordo com as normativas publicadas pelo governo.

A exemplo, embora fora do período foco deste trabalho, tal ampliação ocorreu durante a pandemia de Covid-19: com a economia impactada, muitos trabalhadores brasileiros tiveram redução de renda e o governo, tentando equilibrar o orçamento familiar, ampliou transitoriamente o percentual máximo para comprometimento da renda com empréstimo consignado, passando de até 35% para até 40%⁴⁶ ao aprovar a Medida Provisória nº 1.006 de 2020 (BRASIL, 2020a)⁴⁷ que resultou na Lei nº 14.131 (BRASIL, 2021)⁴⁸ de 30 de março de 2021, além de estabelecer um prazo maior de carência (de até 120 dias) para vencimento da primeira parcela e estender tais regras aos servidores públicos federais:

Assim, um aumento moderado e temporário do limite do crédito consignado representa opção mais vantajosa para lidar com a contração no mercado de crédito por ser a que representa menores riscos para as instituições financeiras e a que menos onera os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (SIMÕES FILHO, 2020, p. 4).

Considerando os dados da POF 2018⁴⁹, cerca de 15% da renda das famílias brasileiras advém de aposentadorias e essa proporção fica ainda maior quando aplicado recorte às famílias de classe média baixa que recebem entre 2 e 3 salários mínimos, chegando a compor 23,3% da renda familiar. O reflexo da política

⁴⁶ Considerando 5% da Reserva de Margem exclusiva para cartão.

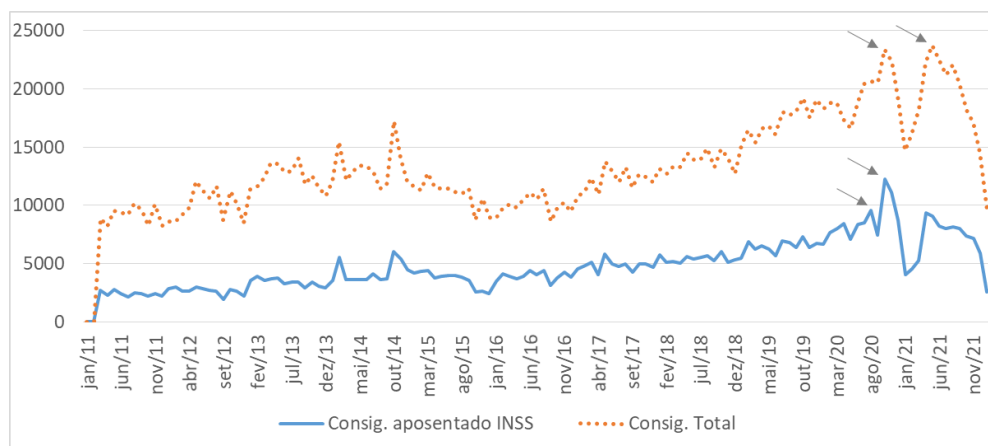
⁴⁷ Ementa: aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante a pandemia de covid-19 em out/20.

⁴⁸ Ementa: acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de crédito com desconto em folha de pagamento até 31/12/2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

⁴⁹ Tabela 2.1.2 - Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de origem do rendimento - Brasil - período 2017-2018.

incentivada pelo governo pode ser observado na figura 38 abaixo, pois durante a pandemia a concessão de crédito pessoal consignado atingiu os maiores picos da história:

Figura 38 - Concessões de crédito de recursos livres - Consignado (R\$ - milhões)



* Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) – 20670 e 20671. Séries iniciadas em 03/2011. Fonte: Banco Central do Brasil (2022b). Elaborado pela autora (2022).

Já na Colômbia, como exemplo de alterações de redução do mercado promovidas pelo governo, pode-se observar a Lei nº 1.902 de 2018 que autoriza as associações de pensionistas, aposentados da Força Pública e Educação a atuar como operadores de *Libranza*, mas exclui algumas categorias de cooperativas e fundos de empregados, além de ter sido fundamental para formalizar as operações de compra e venda de carteira estabelecendo regras mais seguras para este procedimento e indicando órgãos fiscalizadores para tal atividade – movimento afim de evitar problemas como os da Estraval S.A.⁵⁰.

Outro fato interessante e que converge com a análise apresentada no capítulo 5 é que muitas pessoas passam boa parte da vida sem acesso a crédito e sem ter uma relação próxima de instituições financeiras, mas quando conseguem se aposentar, por essa ser uma renda contínua e segura, passam a ter condições de contratar empréstimo em taxas mais baratas e com rápida liberação. Na análise do Banco Central do Brasil⁵¹ (Figura 39) é possível verificar que entre as pessoas de 55 anos de idade ou mais o empréstimo consignado possui mais representatividade do

⁵⁰ *El país - El escándalo que protagonizaron varias firmas inversionistas por líos con libranzas.*

⁵¹ Série Cidadania Financeira | Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

que em outras faixas etárias; e as modalidades mais caras de empréstimo como cheque especial e cartão de crédito possuem os menores índices de utilização:

Figura 39 - Uso de produtos e serviços financeiros por faixa etária

Tipo de Produto Financeiro	Faixa Etária				
	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	>= 55 anos
Cartão de crédito	45,1%	53,6%	52,6%	45,6%	31,6%
Carnês de lojas	21,6%	26,1%	24,7%	25,1%	20,6%
Conta Poupança	15,0%	23,6%	22,4%	22,3%	18,1%
Cheque especial	3,9%	7,9%	9,9%	8,6%	3,5%
Empréstimo pessoal	3,9%	7,7%	7,0%	5,8%	6,2%
Financiamento de carro	2,9%	7,4%	8,1%	4,6%	3,8%
Crédito consignado	2,3%	2,3%	5,2%	4,6%	7,1%
Seguro	2,3%	3,2%	3,4%	4,0%	2,4%
Pagamento direto com celular sem ser internet <i>banking</i>	2,0%	1,6%	1,3%	1,2%	0,4%
Financiamento de casa	1,3%	3,2%	4,4%	0,6%	1,8%
Microcrédito	1,0%	1,1%	2,6%	0,6%	0,7%
Cartão cash pré-pago sem ser ligado a conta corrente	0,7%	0,9%	1,6%	0,6%	0,4%
Título (exemplo: tesouro direto, LCA, LCI)	0,7%	0,7%	1,0%	0,6%	0,4%
Previdência Privada	0,3%	1,4%	3,6%	3,4%	0,9%
Ações	0,3%	0,5%	0,8%	0,0%	0,2%
Investimento em cooperativa de crédito	0,3%	1,1%	0,5%	0,0%	0,2%

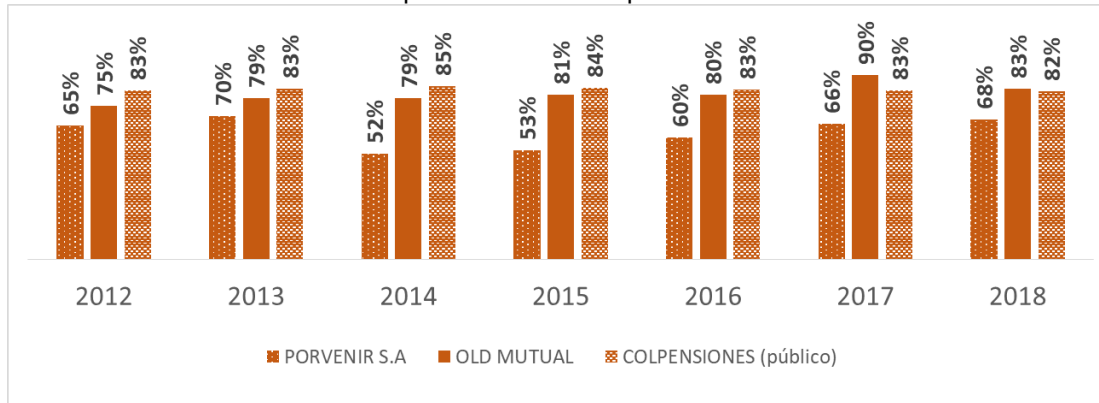
¹Resposta de múltipla escolha – a soma das porcentagens da coluna não totaliza 100,0% – 1.934 respondentes e 68 casos sem informação

* Dados de 2015 coletados em entrevistas presenciais.

Fonte: Banco Central do Brasil (2017).

Embora em uma análise diferente da apresentada acima, Villa Patino (2019) avalia que em 4 dos 5 fundos de pensão colombianos a representatividade de empréstimo consignado para o público Idoso é bem significativa: em PORVENIR S.A 14% dos beneficiários apresentaram pedidos ativos de empréstimo consignado; em *Old Mutual* este indicador foi de 6,13%; em *Colfondos* foi 20% para esta mesma relação; já em *Colpensiones* (maior fundo e de origem pública com 1.335.624 pensionistas) 53,5% dos beneficiários apresentaram pedidos ativos de empréstimo consignado; na figura 40 é possível observar a relação de Idosos com pedidos de empréstimo consignado sobre o total de empréstimo solicitado no respectivo fundo:

Figura 40 - Representatividade de pedidos de empréstimo consignado por Idosos versus todos os pedidos recebidos pelo fundo

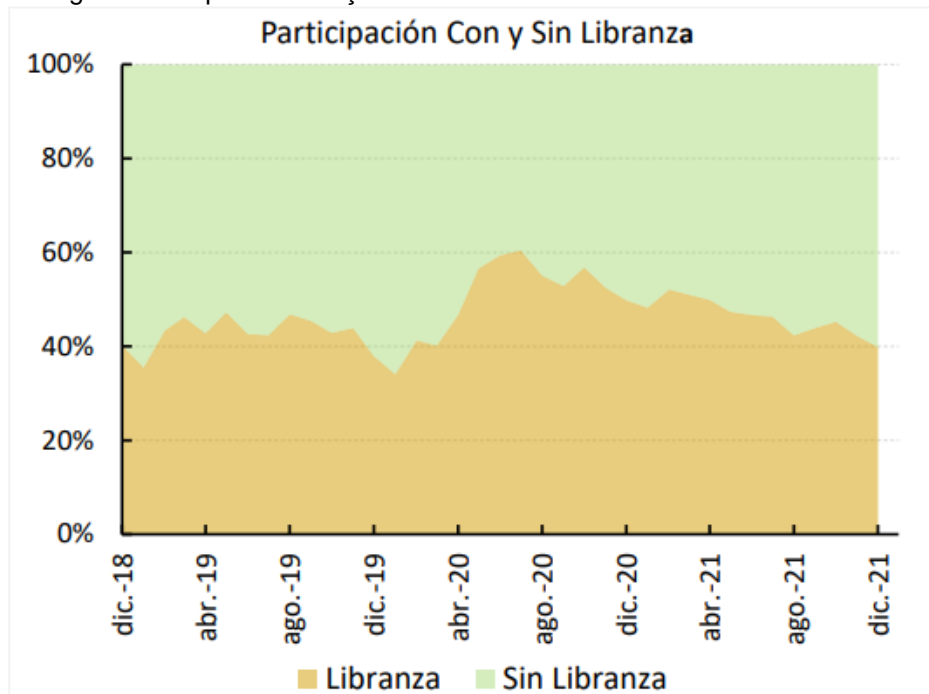


* Villa Patino (2019): dados fornecidos ao autor em 2018 pelos fundos de pensão por meio de ação de tutela aprovada por juiz para proteção do direito de acesso à informação e direito de petição.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na figura 41 é possível observar que a liberação de crédito para consumo na Colômbia ocupava cerca de 40% para a modalidade de *Libranza* em dez/18 e que, durante o período de pandemia de Covid-19, sua representatividade passou a ser ainda maior – chegando a 60% na carteira de consumo em meados de 2020.

Figura 41 - Tipo de liberação de crédito de consumo na Colômbia



* Cálculos Banco de la República Anexo estadístico Informe de política monetária

Fonte: Colombia (2022a).

Por ser um tipo de empréstimo altamente regulamentado, a seguir serão abordados conceitos gerais acerca da taxa de juros praticada neste produto, saldo

das operações de crédito ao setor privado em cada país e também os aspectos normativos adotados no Brasil e na Colômbia, com destaque para as leis que tornaram viável a prática do empréstimo consignado:

- A *Ley de Libranza* n°1.527 de 2012 (COLOMBIA, 2012) da Colômbia que regula a forma em que as empresas poderão descontar os gastos que os trabalhadores realizem na aquisição de bens e serviços financiados com crédito;
- A disposição sobre a consignação em folha de pagamento e autorização para desconto das prestações expressas na Lei n°10.820 de 2003 (BRASIL, 2003) e na Lei n°1.046 de 1950 (BRASIL, 1950) (regulamentações brasileiras).

6.1 ESTRUTURA DO CRÉDITO CONSIGNADO NA COLÔMBIA (*LIBRANZA*)

Conforme a *Cartilla ABC de las libranzas*, a *Libranza* é uma modalidade de empréstimo em que a pessoa física adquire o crédito mediante concessão de sua autorização prévia e irrevogável ao seu empregador para reter, mensalmente, uma parcela de sua remuneração que será direcionada a um terceiro como pagamento do saldo da dívida contraída. Na Colômbia esse terceiro que concede o empréstimo ao cliente pode ser uma instituição financeira (banco), cooperativas, institutos de fomento ao desenvolvimento, fundo de empregados ou algum estabelecimento comercial que venda bens e serviços (diversos), desde que exista um convênio formal estabelecido entre o banco/estabelecimento comercial e o órgão pagador da remuneração do cliente – este deve ainda ter cadastro no *Registro Único Nacional de Entidades Operadores de Libranza* (RUNEOL).

O valor da parcela a ser descontada da remuneração do cliente não pode ultrapassar 50% da renda líquida que ele tem a receber mensalmente. Este crédito pode ser contratado por pessoas assalariadas, pensionistas, contratada por prestação de serviço, cooperativado ou associado de fundo de empregados. Ainda que este tipo de empréstimo não tenha um destino/uso delimitado para o recurso liberado, a taxa de juros aplicada costuma ser reduzida porque o desconto da parcela é compulsório e o risco de inadimplência acaba sendo reduzido.

A taxa de juros atrelada ao empréstimo consignado deve respeitar a taxa máxima exigida legalmente, sendo que poderá ser alterada em situações específicas

somente com expressa autorização do cliente e este poderá optar por pagar antecipadamente parcelas a vencer se desejar. O empregador ou órgão pagador não pode cobrar taxas de administração do cliente para transacionar/repassar o valor da parcela à instituição detentora da dívida. E, por fim, eventualmente poderá ser exigido a contratação combinada de seguro de vida e desemprego, mas não é possível que a seguradora seja determinada ao cliente. Cabendo sempre ao tomador do empréstimo informar ao operador da consignação quando a relação trabalhista for encerrada ou quando houver alteração do empregador/contratista.

Na Colômbia esse tipo de crédito inicialmente era atrelado às cooperativas, mas posteriormente permitiu-se que instituições financeiras aderissem à modalidade. Os artigos nº 59, nº 149, nº 151 e nº 152 do *Código Sustantivo del Trabajo* – documento que regula as relações trabalhistas do país – já deixavam expresso que o empregador somente poderia deduzir, compensar ou reter valores com autorização escrita pelo trabalhador, limitando cooperativas a retenção de até 50% da remuneração do trabalhador e autorizando descontos para pagamento de financiamento imobiliário.

Contudo Villa Patino (2019) destaca que não existia até então um marco normativo que permitisse praticar com transparência as operações de *Libranza* e ao comentar sobre as decisões do governo para viabilizar esta modalidade, destaca a comparação positiva que o Congresso da República da Colômbia fez às experiências Brasileiras e Panamenha debatendo suas respectivas regulamentações e benefícios sociais. E na própria descrição da Lei há o reconhecimento de sua importância: “*Por medio de la cual se establece un marco general para la libranza o descuento directo y se dictan otras disposiciones*” (COLOMBIA, 2012, p.1).

Casas, Sánchez e Morales (2013, p. 96-101) também comenta as normas complementares que o Governo da Colômbia publicou – como o Decreto nº 1881 de 2012 e “*Por el cual se reglamenta parcialmente el artículo 14 de la Ley 1.527 de 2012*” e o Decreto 1455 de 2013 “*Por el cual se modifica parcialmente el artículo 1º del Decreto 1881 de 2012*” – dando mais transparência ao processo ao estabelecer:

- Prazo de 9 meses para que o Ministério da Fazenda e Crédito Público finalizasse a implantação do RONEOL; Estendido posteriormente até dez/2013;
- Regra de transição para as operações contratadas até o registro único ser implantado e para as operações anteriores à publicação da Lei nº 1.527 de

2012 (COLOMBIA, 2012), garantindo o direito dos credores para contratos vigentes;

- Não exigência de tarifas de inscrição nem para revisão de cadastro;
- Segurança para que o cancelamento de registro não afetasse os descontos que já estavam em curso.

Para o autor, as principais vantagens da regulamentação da modalidade de *Libranza* são: mais transparência por determinar centralização e publicação de informações importantes como taxa de juros que permite ao contratante do empréstimo escolher a melhor operadora; maior competitividade ao abrir o mercado às instituições que não são financeiras e permitir inclusão de pessoas com menor renda e prestadores de serviços; e, por fim, a institucionalidade com a criação de órgãos de suporte e reguladores. Segundo Casas, Sánchez e Morales (2013, p. 130) tais fatores culminaram numa dinâmica positiva ao mercado, pois o primeiro trimestre de 2012 o valor da carteira de crédito teve crescimento de 21% se comparado ao mesmo período de 2011.

6.2 ESTRUTURA DO CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL

Conforme resumido pelo Banco Central do Brasil, Crédito Consignado é um tipo de empréstimo pessoal com desconto em folha, ou seja, em que a parcela mensal é descontada diretamente do valor do salário, da aposentadoria ou da pensão do cliente e pode ser contratado por i. servidores públicos municipais, estaduais ou federais (ativos ou aposentados); aposentados e pensionistas do INSS; ou empregador em caso de celetistas. E se dá de três formas: Convencional, com prazo e prestação definidos; via Cartão de Crédito consignado, em que o pagamento dos produtos e serviços adquiridos ocorre via fatura em consignação; ou via Saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – vide quadro 1:

Quadro 1 - Característica de cada tipo de Empréstimo Consignado

	Convencional	Cartão de Crédito	FGTS
Formas de contratação	Por meio de Bancos e Correspondentes		
Folha de Pagamento	Cabe ao órgão conveniado informar no demonstrativo de pagamento/saldo de FGTS o valor do desconto mensal decorrente de cada operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito		
Tipo de Cliente	Servidor Público, Aposentado e pensionista INSS e funcionário CLT		Funcionário CLT (ativo ou não, mas com saldo)
Taxa de juros a ser aplicada	INSS - Resolução do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); ou Servidor Federal - Portaria do Ministério do Planejamento; ou Pelo convênio do banco com a empresa de Celetistas		Definida pelo Conselho Curador do FGTS
Ano de aprovação da modalidade pelo governo	1995 - Servidor Federal; 2003 - INSS e CLT.	2015 para todos os públicos	2016
Margem consignável (máximo a ser descontado a.m.)	Até 35% da remuneração líquida	Até 5% da remuneração líquida (de modo exclusivo)	Até 10% do Saldo do fundo e até 100% do valor da multa paga pelo empregador, mas pode variar com o valor de saldo disponível

*Perguntas e respostas sobre Empréstimos consignados e Lei nº10.820/2003⁵²

Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Quadro elaborado pela autora (2022). No caso do FGTS, o tipo de empréstimo pode ser tratado como contrato de cessão fiduciária até que haja quitação.

Para que o empréstimo consignado ocorra é necessário que exista um convênio entre a fonte pagadora do cliente e o banco em que será contratado o empréstimo, sendo indispensável a expressa e formal autorização do cliente, além de cumprimento das normas aplicáveis, tais como:

- Lei nº 8.112, de 1990, e Decreto nº 8.690, de 2016 para Servidores federais;
- Lei nº 13.313/2016 para trabalhador interessado em utilizar parte dos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia em operação de empréstimo consignado e Lei 13.932/2019 para antecipação de Saque-Aniversário;
- Lei nº 10.820, de 2003 inclusão de consignado para aposentados e pensionistas INSS, empregados atrelados a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e titulares de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e de

⁵² Observar que em 2022 o Governo autorizou a consignação aos clientes que recebem benefícios de prestação continuada e transferências de renda (ex: Auxílio Brasil), portanto as modalidades Convencional e Cartão de Crédito passa a abarcar este público. E que determinação de margem consignável tem como objetivo evitar o super endividamento do cliente que toma empréstimo.

programas federais de transferência de renda ao considerar os recentes ajustes realizados pelo governo em 2022;

- Para aposentados do INSS: Lei nº 8.213 de 1991 e Instrução Normativa INSS/PRES nº28 de 2008, nº 81 de 2015, nº 100 de 2018 e nº 134 de 2022, que regulamentam a operacionalização do empréstimo;
- Além de normativos específicos publicados por Estados e Municípios quando o empréstimo consignado for ofertado aos seus respectivos funcionários públicos.

Embora a consignação fosse prevista em normativos desde 1946, foi somente em 2003 que houve a regulamentação da concessão de empréstimo a todos os assalariados do setor público e privado, para os aposentados e pensionistas. Dentre as vantagens pode-se destacar que é uma modalidade mais segura para o banco que empresta o recurso, pois as parcelas são descontadas de forma compulsória diretamente da folha de pagamento do cliente; viabiliza empréstimos de forma rápida até mesmo aos indivíduos cujos nomes estão nos registros de inadimplência nos bancos de dados de proteção ao crédito; e foi visto pelos bancos tradicionais como forma de expansão de suas operações atingindo inclusive uma população antes distante de instituições financeiras (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Outras vantagens do crédito consignado é que suas taxas chegam a ser três vezes menores do que as aplicadas em empréstimos pessoais do tipo não consignado e que seu prazo médio é 17% maior das outras modalidades de empréstimo. A combinação de menores inadimplência e taxa de juros não impacta a rentabilidade aos bancos que muitas vezes atuam de forma agressiva no mercado para atrair os clientes (PAIM, 2015, p. 17). Neste contexto, é possível observar na participação das carteiras de crédito que houve estímulo para o cliente utilizar o recurso liberado em consignação como forma de substituir financiamentos e dívidas mais onerosas, como o cheque especial por exemplo, e que as mudanças institucionais foram mitigadoras de risco por reduzir a inadimplência (BORÇA JUNIOR; GUIMARÃES, 2015).

Contudo deve-se observar que parte significativa das pessoas que contrai este tipo de empréstimo possui baixa educação financeira para entender os impactos sobre seu orçamento familiar e que em alguns casos acaba contraindo a dívida para ajudar familiares ou colegas. Por isso, “a falta de preparo das famílias para a sua inclusão no

sistema financeiro representa um custo de aprendizado que deve ser superado nos próximos anos” (PAIM, 2015).

Borça Junior e Guimarães (2015), por meio de análise econométrica de séries temporais, identificaram que de 2004 a 2013 o ciclo expansionista de crédito à pessoa física foi responsável em média por 45% do crescimento do consumo das famílias – com destaques para crédito pessoal, em particular o consignado; crédito destinado à aquisição de veículos; e cartão de crédito – e por um terço do crescimento econômico ao longo do período, mas sua expansão ocorreu de modo mais moderado após 2008.

6.3 COMPARAÇÃO SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO – BRASIL X COLÔMBIA

Nos subitens anteriores foi possível verificar que a contratação de empréstimo consignado possui estrutura muito similar tanto no Brasil como na Colômbia e que em ambos é uma modalidade relevante para a carteira de consumo das famílias, com rápida liberação de recurso para livre utilização e baixa inadimplência uma vez que o pagamento de parcelas ocorre direto da folha de pagamento do tomador do empréstimo. A seguir serão feitas algumas comparações diretas sobre taxa de juros e evolução das operações de crédito privado, embora seja válido observar que os termos e as condições exatas que são associados aos empréstimos podem variar em cada país.

Iniciando a discussão pela taxa de juros média aplicada em crédito consignado⁵³, considerando os bancos que declararam esta informação, observa-se a distância entre Brasil e Colômbia: para os dois anos de apuração (2015 e 2018) a taxa brasileira aos servidores públicos ficou aproximadamente 100% acima da taxa Colombiana⁵⁴. Já na comparação das taxas mínimas de juros, é possível verificar que em 2015 o Brasil ainda ficava 160% acima da Colômbia. Com a proposta do governo brasileiro de redução da taxa básica de juros no período e dos bancos se movimentarem por ampliar o acesso ao crédito, ao final de 2018 essa distância da taxa mínima ofertada aos servidores públicos 82% acima da taxa mínima praticada na Colômbia.

⁵³ Dados de Taxa de Juros: Banco Central do Brasil – Pessoa física / Crédito pessoal consignado.

⁵⁴ Dados da *Hacyenda y Credito Publico* do Governo da Colombia: *Tasas de interés de colocación por tipo de entidad - Creditos a través de libranza*.

Se a comparação considerar as taxas médias adotadas ao aposentados e pensionistas do INSS, observa-se que Brasil fica 80% acima da taxa de consignação adotada na Colômbia em 2018. E o cenário fica mais crítico quando a comparação ocorre entre as taxa média de juros do empréstimo consignado aplicada aos trabalhadores celetistas (setor privado), pois elas já são maiores do que às aplicadas aos servidores públicos, aposentados e pensionistas INSS dado o risco de que estes tomadores rompam seus contratos de trabalho ou sejam desligados, o que implicaria em possível inadimplência ao banco assim que cessa o desconto em consignação.

Por outro lado, embora o Brasil tenha apresentado um movimento por reduzir suas taxas de juros no período, não foi possível identificar maior concorrência no mercado já que a quantidade de instituições financeiras que declararam suas taxas ao Banco Central pouco se alterou – vide dados indicados no quadro 2:

Quadro 2 - Taxa de Juros a.a. para Crédito Consignado – Brasil x Colômbia

	Ano 2015 - juros a.a.			Ano 2018 - juros a.a.		
	Médio	Mínimo	Qtde. Instituições	Médio	Mínimo	Qtde. Instituições
BRASIL - privado	35,6	18,0	42	41,4	15,7	42
BRASIL - público	30,0	20,9	37	28,3	14,6	38
BRASIL - INSS	30,3	24,9	36	25,5	19,9	38
COLÔMBIA	14,8	8,0	38	14,2	8,0	27

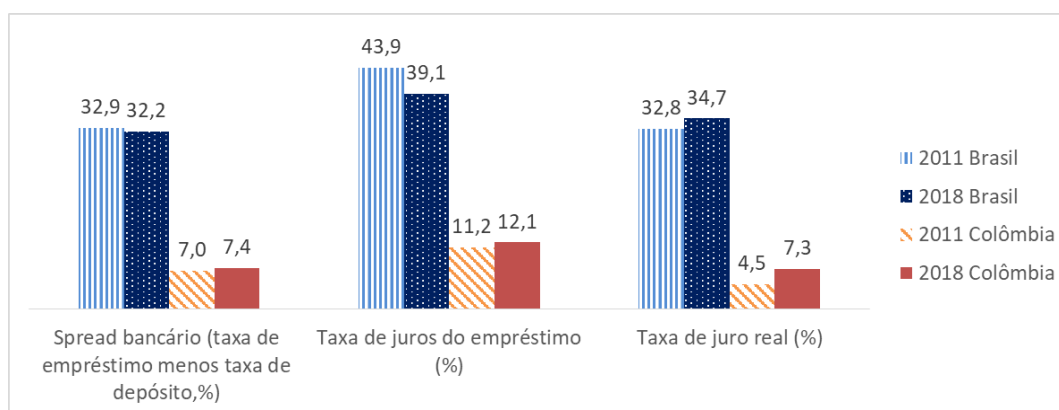
Nota: Crédito pessoal consignado público (na tabela = Brasil público) e Crédito pessoal consignado privado (na tabela = Brasil privado). Cálculo de média do ano a partir das mensurações semanais por instituição financeira realizadas em cada país.

**Superintendencia Financiera de Colombia – Tasas de Interés Activas (tasa efectiva anual)* (COLOMBIA, 2022a) - Informe Semanal para o item *Creditos a traves de libranza*; Banco Central do Brasil – Taxas de Juros por Modalidades de crédito. Banco Central do Brasil (2022b).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Vale destacar que a diferença de juros entre Brasil e Colômbia não se restringe ao mercado de crédito consignado. Como demonstrado nos indicadores do Banco Mundial, as distâncias entre os países ocorre também em Spread bancário, taxa de juros para empréstimos em geral e taxa real dos empréstimos em geral – vide FIGURA 42:

Figura 42 - Taxa de juros Brasil x Colômbia (% a.a)



*Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Fonte: Dados do *The World Bank* (2021a; 2021c). Elaboração própria.

Esse cenário ocorre principalmente porque houve um intenso movimento para redução de *spreads* bancários na Colômbia desde a década de 90, com redução de impostos financeiros, redução de taxas de reserva e remoção de barreira para que novos bancos (nacionais e internacionais) operassem no país. Ainda que ajustes de equilíbrio tenham ocorrido em momentos de instabilidades econômicas e elevação de custos operacionais, seu patamar de spread caiu significativamente no início dos anos 2000: de 19% a 25% entre os anos de 1990 a 1996 para 9% – níveis menores que muitas economias na América Latina, inclusive menores do que as do Brasil. Nos anos mais recentes (2010 a 2019) o spread médio colombiano teve mais uma queda e tem situado próximo a 7% (GALVIS-CIRO et al., 2022).

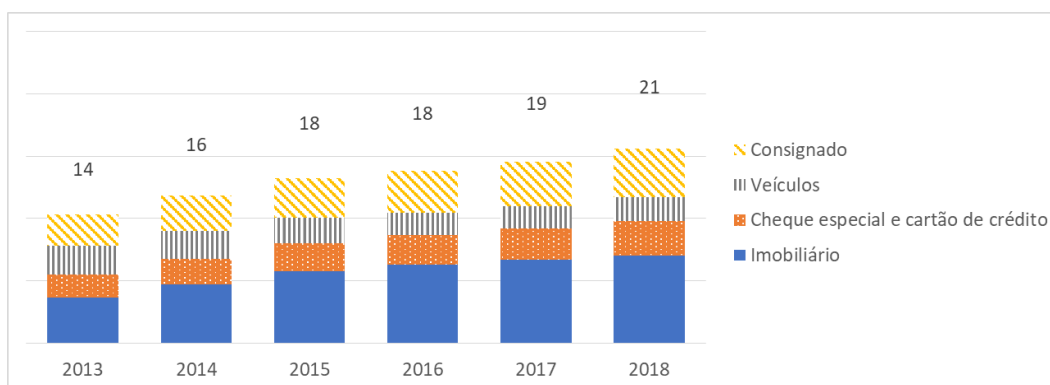
Em contrapartida, o caso brasileiro reflete um alto custo do crédito e vem sendo pauta de diversos estudos, quando se compara aos dados internacionais. A elevada taxa básica de juros e os altos spreads cobrados pelas instituições financeiras contribuem para que existam as maiores taxas reais de juros cobradas das empresas e das pessoas físicas no Mundo (PAIM, 2015). Nakano (2005) explica que o alto nível da taxa básica de juros se torna uma referência para todas as outras operações no mercado bancário e define o nível mínimo de remuneração desejado para outras aplicações – devido ao alto nível de retorno dos títulos públicos (atrelado ao nível da taxa básica de juros e elevado grau de liquidez), é possível observar uma anomalia no mercado financeiro.

O Brasil é um dos poucos países onde o próprio Banco Central (via Conselho de Política Monetária) determina a taxa de juros que remunera títulos da dívida pública (pós-fixada) e o elevado piso da taxa de juros Selic permite que existam títulos e

aplicações de curtíssimo prazo remunerados por esta taxa, fato que impossibilita alongar o perfil da dívida pública. Em regra a taxa de curto prazo brasileira é mais alta do que a taxa de juros de longo prazo, facilitando ações de especulação (NAKANO, 2005).

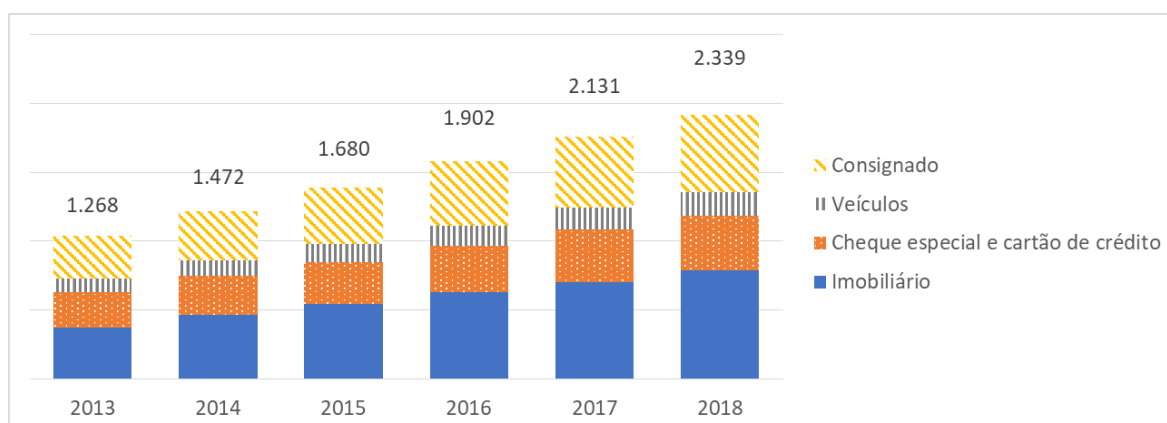
Por outro lado, ainda que existam distorções entre as realidades financeiras do Brasil e da Colômbia, pode-se afirmar que o saldo das carteiras de crédito consignado dos dois países saltou entre os anos de 2013 e 2018: Brasil + 56%, enquanto a inflação subiu 35% no período; e Colômbia + 84%, enquanto a inflação subiu 29% no período – conforme figuras 43 e 44:

Figura 43 - Saldo das operações de crédito ao setor privado, por setor, no Brasil – MM de R\$



*Dados do Banco Central do Brasil (2022b) – séries: 20579, 20581, 20590, 20612 e 20541.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Figura 44 - Saldo das operações de crédito ao setor privado, por setor, Colômbia – MM de COP

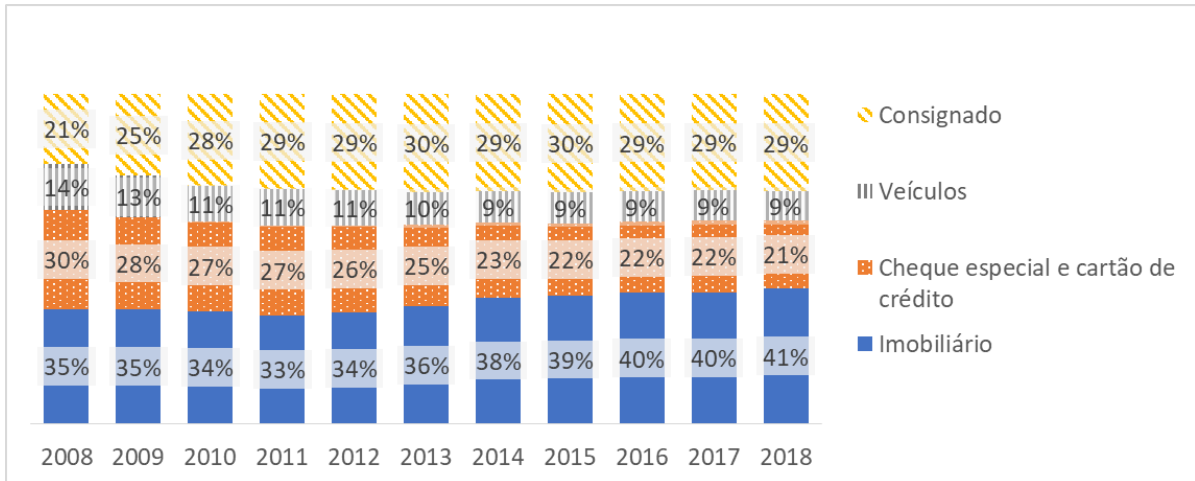


*Dados do Banco de la República (2019). Em dez/18 1R\$= 836,20 COP e em dez/13 1R\$= 816,48 COP.
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Por fim, ao longo dos dez anos entre 2008 e 2018, fica evidente que na Colômbia houve crescimento substancial da representatividade de Crédito Consignado frente aos outros itens de grande importância nos gastos das famílias

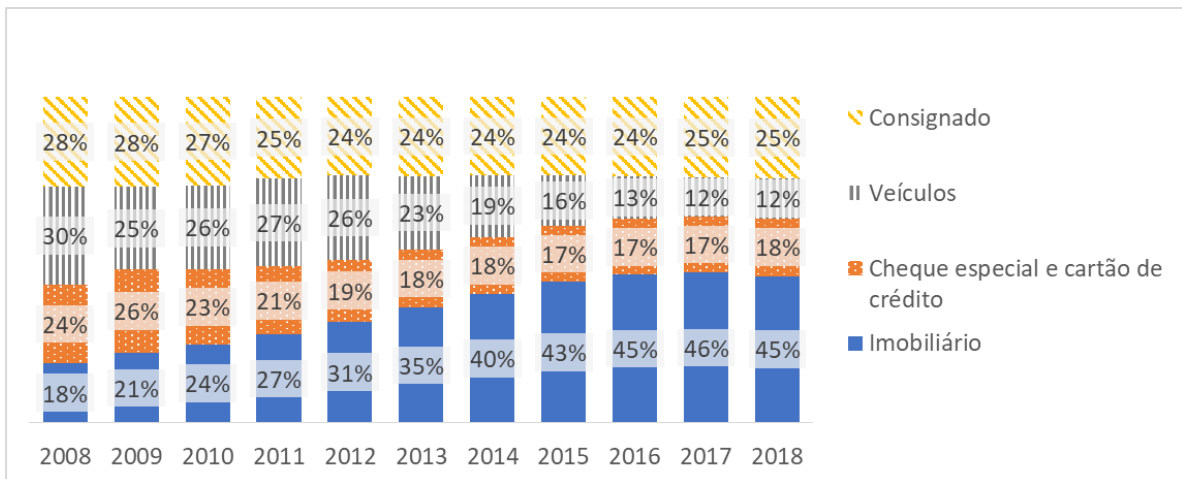
como veículos, imobiliário e cheque especial/cartão de crédito, conforme representado na figura 45. No Brasil o destaque ficou com o imobiliário que saltou sua representatividade de 18% para 45% - vide figura 46, muito como reflexo do incentivo feito pelo governo ao lançar o programa social Minha Casa Minha Vida em 2009.

Figura 45 - Representatividade dos setores nas Operações de crédito privado - Colômbia



*Dados do Banco de la República (2019).
 Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Figura 46 - Representatividade dos setores nas Operações de crédito privado – Brasil



*Dados do Banco Central do Brasil (2022b) – séries: 20579, 20581, 20590 e 20612.
 Fonte: Elaborado pela autora (2022).

7 CONCLUSÃO

O estudo comparativo entre o perfil de gastos e rendimento das famílias brasileiras e colombianas para o período de 2008 a 2018 permite concluir que o tamanho do mercado do Brasil e da Colômbia são bem distantes entre si e possuem características únicas como momentos diferentes em relação ao crescimento do PIB, mercado de trabalho e quantidade de famílias que recebem até 2 salários mínimos, contudo convergem no sentido de limitações causadas pela persistente desigualdade de renda, informalidade e outros desequilíbrios sociais que limitam a carteira de crédito e o consumo. Ainda que a situação de desigualdade enfrentada pela Colômbia seja mais grave e precise de correção intensa e ágil, as soluções em políticas públicas e planejamentos possuem características que podem se assemelhar nos dois países.

Sobre as pesquisas domiciliares, assim como era esperado, os três grandes grupos de consumo de famílias brasileiras e colombianas são bem parecidos entre si, contudo a representatividade dentre eles se altera um pouco: chama atenção o peso que o grupo de Alimentação, necessidade básica a qualquer ser humano, possui no orçamento dos colombianos, com representatividade quase equivalente ao de Habitação (maior item nos dois países) já que subiu cerca de 5 p.p. entre 2017 x 2007 e é 50% maior que o de famílias brasileiras – considerando a análise realizada a partir da realocação dos itens nos grupos de consumo a fim de que fossem comparáveis (figura 32).

A desigualdade é desafio sob diferentes óticas e pode ser representada nas distâncias entre as classes de rendimento: no Brasil as famílias de menores rendimentos (até R\$ 1.908,00) o grupo de gastos com Alimentação representava 22,6% e em famílias de maiores rendimentos (acima de R\$ 23.850,00) 7,6% em 2017. Pela visão da Colômbia, onde as realidades sociais diferem bastante entre ambientes Urbanos e Rurais mais distantes (ainda que tais conceitos geográficos espacial e social possuam suas limitações no modelo utilizado), o grupo representa 31,2% das despesas enquanto que na média do país pesa 15,9%.

Assim, ressalta-se que tais distâncias superam o nível local, pois a região rural da colômbia possui níveis de despesa e renda médias menor que a média geral do país quando se compara com Brasil, sendo ~60% inferior rural, ~50% inferior urbana e até ~70% inferior ao observar 20% daquelas com menores rendimentos.

A dicotomia rural e urbano aparece na POF do Brasil, destacando-se na Despesa Total Média Mensal por família pois em locais rurais a despesa média das famílias é 45% inferior à média do país (que é de R\$ 4.649,03). Vale destacar que o Rendimento Médio do Trabalho em zonas rurais foi R\$ 1.426,33, ou seja, 54% menor que a média do país, e portanto, apresentando uma conotação de maior dependência de ações do governo.

E o fato das populações brasileiras e colombianas apresentam grau de desenvolvimento heterogêneo dentro do próprio país com divergências entre as realidades urbano x rural, reforça a necessidade de que o governo deveria implementar políticas públicas que unissem “urbano-rural”, estimulando uma realidade para equiparar oportunidades econômicas e bem-estar social ao observar o “campo como fonte de potencial progresso” Parra-Peña, Ordóñez e Acosta (2012).

Uma das formas de tentar superar tais barreiras se dá por meio das transferências de renda que incluem aposentadorias e pensões, bolsas de estudos e programas sociais de transferência de renda e no Brasil representam 19,5% dos rendimentos das famílias, com destaque às ‘aposentadorias e pensões do INSS’, com participação de 55,0% dentro do grupo de transferências no país e de 70% das transferências especificamente em áreas Rurais. Considerando os dados da POF 2018, cerca de 15% da renda das famílias brasileiras advém de aposentadorias e essa proporção fica ainda maior quando aplicado recorte às famílias de classe média baixa que recebem entre 2 e 3 salários mínimos, chegando a compor 23,3% da renda.

As distorções existentes em áreas rurais, porém, neste tópico sobressai o fato de que a Colômbia continua menos desenvolvida que o Brasil. Os avanços que ela vivenciou nos dez anos analisados são importantes para sua estruturação social e econômica, porém são insuficientes para romper o ciclo desigualdade no país, sendo necessário que o governo revise suas políticas públicas ou dê maior celeridade nos planos atuais. Ainda que programas como o Bolsa Família e o *Más Familias em Accion* consigam melhorar a vida de muitos cidadãos, a renda recebida limita-se a colaborar com consumo de necessidades básicas de uma parte da população.

Embora existam as assimetrias destacadas acima, deve-se observar que a conta de consumo das famílias representa importante item na composição do PIB dos países, com representatividade variando em torno de 65% nos dois países; e que o saldo das carteiras de crédito dos dois países saltou entre os anos de 2013 e 2018: fica evidente que na Colômbia houve crescimento substancial da representatividade

de Crédito Consignado frente aos outros itens de grande importância nos gastos das famílias como veículos, imobiliário e cheque especial/cartão de crédito e no Brasil o destaque ficou com o imobiliário que saltou sua representatividade de 18% para 45%.

Para o saldo da carteira de crédito consignado especificamente os crescimentos foram expressivos também: Brasil + 56%, enquanto a inflação subiu 35% no período; e Colômbia + 84%, enquanto a inflação subiu 29% no período.

Portanto o consignado pode ser percebido como importante opção para as famílias principalmente naquelas em que existem aposentados ou pensionistas do INSS compondo a renda, seja como auxílio na substituição de dívidas de custo mais elevado como demonstrado na pesquisa do Banco Central do Brasil (2017) por Borça Junior e Guimarães (2015) ou então como possibilidade de mais consumo ou apoio a gastos emergenciais – fato demonstrado em Brasil e Colômbia durante o período de pandemia de Covid-19, uma vez que é um recurso de livre utilização para quem o obtém. Ressalta-se que o governo brasileiro poderia estruturar propostas melhores de taxa de juros, pois ainda que o consignado tenha as melhores taxa de empréstimo pessoal, elas ficam em patamar bem superior às praticadas na Colômbia.

E além das questões da taxa de juros, é de extrema importância que os governos brasileiros e colombianos busquem reduzir a desigualdade em seus países, pois conforme destaca FMI (2017) a redução da desigualdade amenizaria o impacto do aumento do endividamento das famílias vivenciado nos últimos anos e agravado em momento pandêmico – pois, por regra básica do sistema de empréstimo, no momento imediato as famílias acabam aumentando a capacidade de gastos, mas em médio e longo prazo ficam com os rendimentos reduzidos; e que propiciem políticas que aumentam o grau de formalidade, já que muitas pessoas acabam ficando à margem do sistema seja por falta de conhecimento (MALDONADO; URREA, 2010), por custos elevados de serviços bancários (DEMIRGÜÇ-KUNT et al., 2018; NAKANO, 2005) ou por restrições de políticas das instituições financeiras oficiais.

Por fim, acerca das políticas de transferências de renda que impactam o consumo das famílias, é possível concluir que implicam em redução da desigualdade social e melhoria na condição de vida das pessoas, mas não necessariamente resultam em mais acesso ao crédito. Na Colômbia por ter sido pouco incentivado pelos próprios bancos e no caso brasileiro por limitações em regulamentação e elevadas taxas de juros do mercado – embora esta questão esteja em revisão no ano de 2022.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Direito Civil: Família**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. 2022a. Disponível em: [h/https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?met hod=/exibirFormCorrecaoValores](https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?met hod=/exibirFormCorrecaoValores). Acesso em: 07 ago. 2022.

_____. **Estudos em Educação, Proteção e Inclusão**. 5ª Ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/reincfin/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_% 200443_2017.pdf. Acesso em: 07 ago 2022.

_____. **Perguntas e respostas: empréstimos consignados**. 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequent es-respostas/faq_emprestimosconsignados. Acesso em: 24 jul. 2022.

_____. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1**. 2022b. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=preparar TelaLocalizarSeries>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BANCO DE LA REPÚBLICA. **Estadísticas económicas**. 2019. Disponível em: <https://www.banrep.gov.co/es/estadisticas>. Acesso em: 17 fev. 2021.

_____. **Índice de precios al consumidor (IPC)**. 2022. Disponível em: <https://www.banrep.gov.co/es/estadisticas/indice-precios-consumidor-ipc>. Acesso em: 07 fev. 2021.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. av.** v. 31 n. 89, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051. Acesso em: 07 mar. 2021.

BARONE, F. M; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**. v. 42, n. 6, p. 1249-67, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/TwryKYFwx8r4zRQyKX5Q8MH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BORÇA JUNIOR, G. R.; GUIMARÃES, D. Impacto do ciclo expansionista de crédito à pessoa física no desempenho da economia brasileira 2004-2013. **Revista do BNDES**. v. 43, 2015. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/6243>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950**. Disposição sôbre a consignação em fôlha de pagamento. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1046.htm. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. **Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.820.htm. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. **Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.** Institui a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13932.htm#art2. Acesso em: 22 dez.2022.

_____. **Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021.** Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14131.htm. Acesso em: 07 ago. 2022.

_____. **Medida Provisória nº 1.006, de 1º de outubro de 2020.** Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19. Brasília, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1006.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%20RIA%20N%C2%BA%201.006%20DE%20OCTUBRO%20DE%202020&text=Aumenta%20a%20margem%20de%20cr%C3%A9dito,da%20pandemia%20de%20covid%2019.&text=Il%20%20utiliza%20C3%A7%C3%A3o%20com%20finalidade%20de,meio%20do%20cart%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito. Acesso em: 07 ago. 2022.

_____. **Relatório de Avaliação Ciclo 2020: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza.** Conselho Monetário e Avaliação de Políticas Públicas, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CANO, C. G; ESGUERRA, M. P; GARCIA N.; RUEDA, L.; VELASCO, A. 2015. Inclusión financiera en Colombia. In: **Política monetaria y estabilidad financiera en economías pequeñas y abiertas.** Banco de la Republica de Colombia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/6618/?sequence=2>. Acesso em: 07 ago. 2022.

CASAS, P. F. C; SÁNCHEZ, D. M. M; MORALES, M. M. P. **Avances e impacto en el sector financiero y cooperativo de la ley 1527 de 2012 “por medio de la cual se establece un marco general para la libranza o descuento directo y se dictan otras disposiciones”.** 2013. 144 f. Monografía (Especialização em Direito Contratual, Direito Laboral e Seguridade Social). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2013. Disponível

em:<https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/14885/CamargoCasasPaulaFernanda2013.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jul. 2022.

CNN BRASIL. **As 5 principais propostas para a Colômbia do presidente eleito Gustavo Petro**. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/as-5-principais-propostas-do-candidato-gustavo-petro-para-a-colombia/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

COLOMBIA. **Hacienda y Crédito Público - Tasas de Interés Activas - Informe Semanal**. 2022a. Disponível em: <https://www.datos.gov.co/Hacienda-y-Credito-Publico/Tasa-de-inter-s-Activa-15-/9qzn-d9we>. Acesso em: 24 jul. 2022.

_____. **Lei nº 1.527 de 2012**. Declarada exequible por la Corte Constitucional mediante Sentencia C-751 de 2013 – por medio de la cual se establece un marco general para la libranza o descuento directo y se dictan otras disposiciones. Bogotá, 2012. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=47213>. Acesso em: 06 out. 2019.

_____. **Plano Nacional de Desarrollo – 2018/2022**. Departamento Nacional de Planeacion, 2022b. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Resumen-PND2018-2022-final.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **CEPALSTAT – Estadísticas e Indicadores**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2020. Disponível em: https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/EstadisticasIndicadores.asp?idioma=e. Acesso em: 14 maio 2020.

_____. **Panorama Social de América Latina**. 2017. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42716/S1800002_es.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 07 ago. 2022.

_____. **Transferencias de ingresos para la erradicación de la pobreza**. 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37390/1/S1420810_es.pdf. Acesso em: 31 jul. 2021.

COMMODITY RESEARCH BUREAU. **CRB Commodity Index**. 2022. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/commodity/crb>. Acesso em: 07 ago. 2022.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Encuesta de Ingresos y gastos de los hogares (ENIG) - Información 2006-2007**. 2009. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/pobreza-y-condiciones-de-vida/ingresos-y-gastos-de-los-hogares>. Acesso em: 28 fev. 2021.

_____. **Encuesta Nacional de Presupuestos de los Hogares (ENPH) 2016 – 2017**. 2018. Disponível em:

<https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/enph/boletin-enph-2017.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; KLAPPER, L.; SINGER, D.; ANSAR, S. HESS, J. **The Global Findex Database**. Washington: The World Bank, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29510>. Acesso em: 19 jun. 2022.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Biparental**. 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/biparental#:~:text=1.,%3A%20heran%C3%A7a%20g en%C3%A9tica%20biparental>). Acesso em: 21 abr. 2022.

DIRECCIÓN DE METODOLOGÍA Y PRODUCCIÓN ESTADÍSTICA. **COLOMBIA - Encuesta Nacional de Presupuestos de los Hogares - ENPH - Julio 2016 - Julio 2017**. 2020. Disponível em: <http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/566/sampling>. Acesso em: 02 fev. 2020.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório sobre a estabilidade financeira mundial – out/2017**. 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Publications/GFSR/Issues/2017/09/27/global-financial-stability-report-october-2017#ch2>. Acesso em: 21 set. 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

FXTOP. **Conversão Cambial - Conversão cambial para período do passado**. 2017. Disponível em: <https://fxtop.com/pt/conversao-no-passado.php?A=1&C1=COP&C2=BRL&DD=31&MM=12&YYYY=2017&B=1&P=&I=1&btnOK=Pesquisar>. Acesso em: 07 ago. 2022.

GALVIS-CIRO, J. C.; HINCAPIÉ-VÉLEZ, G. D.; MORAES, C. O.; GARCÍA-LOPERA, J. El SPREAD de las tasas de interés en Colombia para el período 2010-2020. **Lecturas de Economía**. v. 97, 2022.

GONÇALVES, R.; POMAR, V. **O Brasil endividado, Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/307/brasil_endividado.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=resultados>. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. **POF 2017-2018: 72,4% dos brasileiros vivem em famílias com alguma dificuldade para pagar suas despesas mensais**. 2021a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31399-pof-2017-2018-72-4-dos-brasileiros-viviam-em-familias-com-alguma-dificuldade-para-pagar-suas-despesas-mensais>. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais – SIS - Taxa de formalização (%)**. 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=29143&t=resultados>. Acesso em: 02 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de Conjuntura**. n. 41, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9256/18/cc41_visao_geral.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

INSTITUTO SINCHI. **Índice de Gini de La Tierra Rural**. 2022. Disponível em: https://www.sinchi.org.co/files/Base%20de%20Datos%20Inirida/PDF/07_Indice%20Gini%20de%20la%20poblacion.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Relatório sobre a estabilidade financeira mundial**. 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Publications/GFSR/Issues/2017/09/27/global-financial-stability-report-october-2017>. Acesso em: 21 set. 2019.

JIMENEZ, C. **Colômbia: quatro anos após Acordo de Paz, mais de mil líderes sociais foram mortos**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/26/colombia-quatro-anos-apos-acordo-de-paz-mais-de-mil-lideres-sociais-foram-mortos>. Acesso em: 10 maio 2022.

MALDONADO, J.; URREA, M. **Bancarización y acceso a servicios financieros de beneficiarios urbanos del programa Familias en Acción**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, CEDE. 2010. Disponível em: <https://repositorio.uniandes.edu.co/handle/1992/8237>. Acesso em: 13 ago. 2022.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Previdência rural, seguro especial e assistencialismo. **Revista de Política Agrícola**. a. XXVII, n. 4, 2018. p. 134-152.

MARTINEZ, M. Globalização, mercado de trabalho e distribuição funcional de renda na Colômbia. **Rev. Bras. Eco. Soc. Trab.** v. 1, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/12549/7926>. Acesso em: 13 jun. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Sobre**. 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em: 03 jun. 2020.

NAKANO, Y. O regime monetário, a dívida pública e a alta de juros. **Conjuntura Econômica**. v. 11, n. 59, 2005.

OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W. **A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/177459>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility**. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/social/soc/Social-mobility-2018-Overview-MainFindings.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Décima Terceira Conferência Internacional dos Estaticistas do Trabalho**. Genebra: OIT/CIET, 1982.

_____. **Inquéritos de População Activa, Emprego, Desemprego e Subemprego: Manual da OIT sobre conceitos e métodos**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1990. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_216393.pdf. Acesso em: 17 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility**. Paris: OECD, 2018.

PAES, N. L. Mudanças no sistema tributário e no mercado de crédito e seus efeitos sobre a informalidade no Brasil. **Nova econ**. v.20, n.2, p.315-340, 2010. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1064/809>. Acesso em: 01 out. 2019.

PÁEZ-MARTÍNEZ, R. M. Tendencias de investigaciones sobre la familia en Colombia. Una perspectiva educativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. v. 15, n. 2, p. 823-837, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v15n2/v15n2a04.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.

PAIM, B. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. **Revista Indicadores Econômicos FEE**. v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3499>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PARRA-PEÑA, R.; ORDÓÑEZ, L.; ACOSTA, C. **Políticas que cierran brechas entre lo urbano y lo rural en Colombia**. Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT). Colombia, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10568/57476>. Acesso em: 07 ago. 2022.

PRADO, D. **O que é Família**. São Paulo: Editora e Livraria Brasiliense, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Colômbia rural: Razones para la esperanza**. Bogotá: Informe Nacional de Desarrollo Humano, 2011. Disponível em: <https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=1623>. Acesso em: 05 mar. 2021.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf ou <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2019>. Acesso em: 05 mar. 2021.

REICH, M. Moving towards universal health coverage: lessons from 11 country studies. **The Lancet**. v. 387, p. 811-816, 2016. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(15\)60002-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(15)60002-2/fulltext). Acesso em: 08 mar. 2021.

RIBAS, A.; CARVALHO, A.; RAMINA, L. Processo de paz na colômbia: uma análise à luz do direito internacional humanitário. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**. v. 62, n. 1, 2017, p. 273-298. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/50863/32438>. Acesso em 13 jun. 2020.

RIBEIRO, R.; SABOIA, A. L. **Família nas pesquisas Domiciliares: questões e propostas alternativas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

RIPPEL, M. O plano Colômbia como instrumento da política norteamericana para a América Latina e suas consequências. **Revista da Escola de Guerra Naval**. v. 7, 2006. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/dc7912aa3bc5b90be364bb46c581396f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4457491>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ROEDEL, S.; BRANCO, A.; NAGASHIMA, L. O Mito da Ciência como Verdade Absoluta e a Perspectiva Apresentada por Licenciandos em Ciências Biológicas. **REnCiMa**. v. 10, n. 6, p. 287-300, 2019. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/1624/1206>. Acesso em: 17 maio 2020.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**. v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781/6895>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SABOIA, A. L.; COBO, B.; MATOS, G. G. **Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

SANDOVAL, L.; RIAÑO, L.; BARRERA, R. **Cambios en la estructura de familias y hogares en Colombia**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2019. Disponível em: https://bdigital.uexternado.edu.co/bitstream/handle/001/2861/MBV-spa-2019-Cambios_en_la_estructura_de_familias_y_hogares_en_Colombia?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 nov. 2020.

SANTOS, M.; SENHORAS, E.; CAMARGO, J. Conflito Colombiano e o Plano Colômbia. **Coleção Relações Internacionais**. v. 3, 2011.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. Disponível em:

https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/447680/mod_resource/content/1/TEXT0%2006-ESTRUTURAS%20TERRITORIAIS-%20Raffetin.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

SIMÕES FILHO, W. **Medida Provisória nº 1.006, de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/notas-descritivas-sobre-medidas-provisorias/2020/nota-descritiva-da-medida-provisoria-no-1006-de-2020-do-consultor-legislativo-walter-simoes/@@display-file/arquivo#:~:text=Assim%2C%20um%20aumento%20moderado%20e,onera%20os%20benefici%C3%A1rios%20do%20RGPS>. Acesso em: 07 ago. 2022.

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. **Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Brasília: Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf. Acesso em: 31 jul. 2021.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**. a. 10, n.10, p.134-150, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429>. Acesso em: 21 nov. 2020.

THE ECONOMIST. **The Big Mac index**. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/big-mac-index>. Acesso em: 07 ago. 2022.

THE WORLD BANK. **Brasil**. 2021a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>. Acesso em: 03 set. 2021.

_____. **Data Bank: World Development Indica...** 2021b. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 03 set. 2021.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Mundial** – séries: Interest rate spread (lending rate minus deposit rate, %); Lending interest rate (%) e Real interest rate (%). 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt> e <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR>. Acesso em: 03 set. 2021.

_____. **Real interest rate (%)**. 2021c. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR>. Acesso em: 03 set. 2021.

VILLA PATINO, E. A. La libranza: una mirada actual, más allá de la ley 1527 del 2012. **Rev. ces derecho**. v. 10, n. 2, p. 535-565, 2019.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **Principais 10% de participação na renda nacional..** 2019. Disponível em: <https://wid.world/es/wid-world-es/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ZAMUNDIO V. L. El desempleo en Colombia: una aproximación. **Apuntes Del Cenes**. v. 39, n. 69, 2020. Disponible en:
<https://doi.org/10.19053/01203053.v39.n69.2020.10738>. Acceso em: 11 ago. 2022.

ANEXOS

ANEXO A - ESTRUTURA DOS QUESTIONÁRIOS POF - IBGE

POF 1 - Questionário de características do domicílio e dos moradores: informações gerais sobre o domicílio, Adicionalmente foram investigadas neste questionário a disponibilidade de crédito (cartões de crédito e/ou cheques especiais).

POF 2 - Questionário de aquisição coletiva: aquisições monetária e não monetária de produtos de uso comum da família, além das despesas com serviços e taxas, também foram levantadas informações sobre quantidade, ano de aquisição de bens duráveis.

POF 3 - Caderneta de aquisição coletiva: informações sobre aquisições monetária e não monetária de alimentos, cuja aquisição costuma ser frequente e, em geral, servem a todos os moradores.

POF 4 - Questionário de aquisição individual: tipos de aquisições de produtos e respectivas despesas monetária e não monetária com produtos e serviços caracterizados de uso ou finalidade individual, gastos individuais com serviços bancário e/ profissional, cerimônias e festas, joias etc.

POF 5 - Questionário de trabalho e rendimento individual: rendimentos monetários obtidos através de trabalho, de transferências, outros rendimentos e receitas e empréstimos, bem como as principais deduções e encargos

POF 6 - Avaliação das condições de vida: condições de vida da unidade de consumo ex: suficiência do rendimento mensal, a quantidade e qualidade dos alimentos, capacidade ou não de pagamento de algumas despesas

POF 7 - Bloco de consumo alimentar pessoal: consumo alimentar efetivo de todos os indivíduos moradores: alimento, horário, forma de preparo etc.

ANEXO B - ESTRUCTURA DOS QUESTIONÁRIOS ENPH - DANE

Cuadernillo 1. Mercado Laboral e Ingresos: medir los ingresos de los hogares tanto en dinero como en especie, distintas formas de ingreso y datos de otras variables que caracterizan la población (sexo, edad, estado civil, educación etc.).

Cuadernillo 2. Urbano - Gastos Diarios del Hogar: establecer el gasto de los hogares en las áreas urbanas, tanto en alimentos como en algunos otros servicios y artículos con alta frecuencia de adquisición.

Cuadernillo 2 Rural - Gastos Semanales del hogar: este cuadernillo se aplica en las áreas rurales. Para estos gastos se pregunta artículo, cantidad adquirida, unidad de medida, equivalencia en gramos y centímetros cúbicos, forma de adquisición, lugar de compra, valor pagado o estimado y frecuencia de compra. Sus gastos de bolsillo: transporte, bebidas alcohólicas en tiendas fondas o al aire libre, comidas preparadas fuera del hogar, lotería, entre otros.

Cuadernillo 3. Gastos Menos Frecuentes del hogar: captar el monto y algunas características (como formas de adquisición de bienes y servicios, lugares de compra, frecuencias de compra y principal medio de pago) de los gastos menos frecuentes que realizan los hogares.

Cuadernillo 4. Gastos Diarios Personales: registrar los gastos personales realizados por cada uno de los miembros del hogar de 10 años o más pertenecientes a hogares.

ANEXO C - DADOS UTILIZADOS PARA CORREÇÃO DE INFLAÇÃO

Colômbia		Brasil	
Inflação 12 meses	Ano	Inflação 12 meses	Ano
6%	2007	-	-
8%	2008	6%	2008
2%	2009	4%	2009
3%	2010	6%	2010
4%	2011	7%	2011
2%	2012	6%	2012
2%	2013	6%	2013
4%	2014	6%	2014
7%	2015	11%	2015
6%	2016	6%	2016
4%	2017	3%	2017
4%	2018	4%	2018
Inflação ao período: 01/2007 a 12/2017		Inflação ao período: 12/2008 a 12/2018	
58%		77%	
Inflação ao período: 01/2013 a 12/2018		Inflação ao período: 12/2013 a 12/2018	
29%		35%	

* As atualizações de valores do Brasil foram feitas diretamente na calculadora disponibilizada pelo Banco Central. As atualizações de valores da Colômbia foram feitas com base nesta fórmula $((ano1+1)*(ano2+1)*(ano3+1)*(ano4+1)*(ano5+1)*(ano6+1)*(ano7+1)*(ano8+1)*(ano9+1)*(ano10+1)*(ano11+1))-1$.

ANEXO D - RECLASSIFICAÇÃO DOS ITENS DE DESPESA DE CONSUMO – COLÔMBIA

Agrupamento para comparação	Itens alocados
ALIMENTAÇÃO	011 Alimentos
	012 Bebidas no alcoólicas
	021 Bebidas alcoólicas
HABITAÇÃO	041 Alquileres efectivos de alojamiento
	042 Alquileres imputados del alojamiento
	043 Conservación y reparación de la vivienda
	044 Suministro de agua y servicios diversos relacionados con la vivienda
	045 Electricidad, gas y otros combustibles
	051 Muebles y accesorios, alfombras y otros materiales para pisos
	052 Productos textiles para el hogar
	053 Artefactos para el hogar
	054 Artículos de vidrio y cristal, vajilla y utensilios para el hogar
	055 Herramientas y equipos para el hogar y el jardín
056 Bienes y servicios para conservación ordinaria del hogar	
TRANSPORTE	071 Adquisición de vehículos
	072 Funcionamiento de equipo de transporte personal
	073 Servicios de transporte
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	061 Productos, artefactos y equipos médicos
	062 Servicios para pacientes externos
	063 Servicios de hospital
EDUCAÇÃO	101 Educación preescolar y básica primaria
	102 Educación Secundaria
	104 Educación superior
	105 Educación no atribuible a ningún nivel
OUTROS	031 Prendas de vestir
	032 Calzado
	121 Cuidado personal
	082 Equipo telefónico y de facsimile
	083 Servicios telefónicos y de facsimile
	091 Equipo audiovisual, fotográfico y de procesamiento de información
	092 Otros productos duraderos importantes para recreación y cultura
	093 Otros artículos y equipo para recreación, jardines y animales domésticos
	094 Servicios de recreacion y culturales
	095 Periódicos, libros y papeles y útiles de oficina
	022 Tabaco
	023 Estupefacientes
	122 Prostitución
	096 Paquetes turísticos
081 Servicios postales	
ITENS DESCONSIDERADOS NA CONTA DE DESPESAS DE CONS	123 Efectos personales
	124 Protección social
	125 Seguro
	126 Servicios financieros
	127 Otros servicios

* E o item “126 *Servicios financieros*” da pesquisa da Colômbia é utilizado para a comparação de Serviços Bancários da pesquisa aplicada no Brasil